



UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL – GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

IVALCIR DE SOUSA GOMES

REDES SOLIDÁRIAS:

Estudo de caso sobre desenvolvimento local comunitário no bairro Areial/PB

João Pessoa

2014

IVALCIR DE SOUSA GOMES

REDES SOLIDÁRIAS:

Estudo de caso sobre desenvolvimento local comunitário no bairro Areial/PB

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado Profissional – Gestão em Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba, para fins de cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

Área de Pesquisa: Aprendizagem em Organizações

Área De Concentração: Gestão e Aprendizagens

João Pessoa

2014

G633r Gomes, Ivalcir de Sousa.
Redes solidárias: estudo de caso sobre desenvolvimento local comunitário no Bairro Areial / Ivalcir de Sousa Gomes.-- João Pessoa, 2014.
119f.
Orientador: Wilson Honorato Aragão
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE/CCSA
1. Gestão organizacional. 2. Desenvolvimento comunitário. 3. Redes solidárias. 4. Oficinas pedagógicas. 5. Educação popular solidária.

UFPB/BC

CDU: 334:658(043)

IVALCIR DE SOUSA GOMES

REDES SOLIDÁRIAS:

Estudo de caso sobre Desenvolvimento Local Comunitário no bairro Areial/PB

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado Profissional – Gestão em Organizações Aprendentes, para fins de cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de mestre

Aprovado em: 28 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão
Orientador (UFPB)

Prof^ª. Dr^ª. Mariste Fernandes de Lima
Membro Examinador Interno (UFPB)

Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto
Membro Examinador Externo (UFPB)

*“O nascimento do pensamento
é igual ao nascimento de uma criança:
tudo começa com um ato de amor.
Uma semente há de ser depositada no ventre vazio.
E a semente do pensamento é o sonho.
Por isso os educadores [e educadoras],
antes de serem especialistas em ferramentas do saber,
deviam ser especialistas em amor: intérpretes de sonhos.”*

Rubem Alves

AGRADECIMENTOS

- ☆ Primeiro agradeço a Deus, aos meus pais e ao meu filho por terem me ajudado a escolher o caminho da atividade social e do afeto como meio de comunicação com outros homens;
- ☆ Ao MPGOA, a todos/as os professores/as, especialmente meu amigo e mestre Cijame Junior pelo apoio logístico;
- ☆ Ao meu orientador, Prof. Wilson Honorato Aragão, pela bússola, sugestões de pesquisa e por me acompanhar nesta viagem;
- ☆ À comunidade do bairro Areial, à Associação de Moradores do Bairro do Areial – AMBA e aos coordenadores do projeto Ecofeira Iandé, por ter disponibilizado informações e ter ajudado a construir este trabalho.
- ☆ À Sarita (Sarah Araújo de Lucena) minha querida irmã “com a qual partilhamos vivências, angústias, dúvidas, alegrias, restrições financeiras, caminhada acadêmica”;
- ☆ À Ednaldo José de Melo, companheiro e irmão de caminhada;
- ☆ A Eduardo Soares e Rosemary Marinho, irmãos espirituais e parceiros nesta e em tantas outras viagens anteriores e que ainda virão!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da cidade de Mamanguape.....	30
Figura 02 e 03 – A feira pública do Areial.....	32
Figura 04 – Inauguração das oficinas do Projeto Ecofeira Iandé: Seu Bino, presidente da AMBA.....	35
Figura 05 – Equipe de coordenação e educadores do Projeto Ecofeira Iandé.....	38
Figura 06 e 07 – Sede do Projeto Ecofeira Iandé.....	42
Figura 08 e 09 – Inauguração do Projeto Ecofeira Iandé.....	43
Figura 10 e 11 – Oficinas Pedagógicas em Salema.....	44
Figura 12 e 13 – Reunião de articulação com Associações de bairro.....	46
Figura 14 e 15 – Módulo Esportivo/Ong Aripuás.....	47
Figura 16 e 17 – Apresentação no ENEX.....	51
Figura 18 e 19 – Inauguração das oficinas do Projeto Ecofeira Iandé.....	53
Figura 20 – Avaliação com os Aprendentes.....	59
Figura 21 e 22 – Oficinas Pedagógicas no bairro Areial.....	66
Figura 23 – Mandala de Permacultura.....	70
Figura 24 e 25 – Oficinas Pedagógicas em Salema.....	71
Figura 26 – Inauguração da RESSOAVALE.....	77
Figura 27 – Modelos de redes sociais.....	77
Figura 28 – Feira Pública.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Índice de Desenvolvimento Comunitário do bairro Areial.....	89
Quadro 02 – PES elaborado pela equipe do Projeto Ecofeira Iandé.....	90
Quadro 03 – Relação de Frequência dos Aprendentes.....	93
Quadro 04 – Produtos mais vendidos na Feira Pública.....	96

LISTA DE SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
AMBA – Associação dos Moradores do Bairro do Areal
BCD – Banco Comunitário de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CFES – Centro de Formação em Economia Solidária
COP – Comunidade de Prática
DC – Desenvolvimento Comunitário
DCS – Desenvolvimento Comunitário Sustentável
DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável
ECOSOL – Economia Solidária
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EES – Empreendimento de Economia Solidária
FAPEMA – Federação das Associações dos Pequenos Produtores do Vale do Mamanguape
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM – Integrantes da Comunidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDC – Índice de Desenvolvimento Comunitário
INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Solidários
IPEI – Integrantes do Projeto Ecofeira Iandé
IRES – Integrantes da RESSOAVALE
MPGOA – Mestrado Profissional de Gestão em Organizações Aprendentes
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OP – Oficina Pedagógica
PES – Planejamento Estratégico Situacional
PNUD – Programa das Nações Unidas
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
RECOMESSO – Rede Comunitária de Economia Social Solidária
RESSOAVALE – Rede Social Solidária de Agroecologia do Vale do Mamanguape
REMAR – Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

GOMES, Ivalcir de Sousa. REDES SOLIDÁRIAS: Estudo de caso sobre Desenvolvimento Local Comunitário no bairro Areial/PB. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema as Redes Solidárias e o Desenvolvimento Comunitário. Para aprofundar tal abordagem elegemos como objetivo geral, a partir da nossa experiência, compreender como a execução de Oficinas Pedagógicas e o apoio de uma Rede Solidária podem contribuir com o Desenvolvimento Comunitário do bairro Areial e do seu entorno, no município de Mamanguape, Paraíba, Brasil. Para tanto, assumimos três objetivos específicos: 1) Apresentar o fenômeno estudado através do registro da história do bairro, da feira do Areial e da implantação do projeto Ecofeira Iandé; 2) Relacionar conceitos referentes ao fomento do Desenvolvimento Comunitário e da Rede Solidária; 3) Refletir sobre o atual Desenvolvimento Comunitário do bairro Areial através da relação aprendentes X comunidade. O tema é relevante, pois aliado a pouca literatura científica e motivado pelo trabalho profissional desenvolvido pela nossa atuação local, optamos pelo estudo de caso, utilizando a metodologia da pesquisa-ação, envolvendo a interpretação de dados coletados através de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, sustentada por uma lógica interna argumentativa. Para contar essa história, utilizamos em alguns títulos, a metáfora de uma viagem em direção ao local através de um veículo/diligência: as Oficinas Pedagógicas (OPs) e sua estratégia de apoio – a Rede de Apoio Solidária. Temos como resultado a constatação que, apesar dos quase 63 anos de existência do bairro e quase 20 anos de existência de uma feira pública local, o índice atual de Desenvolvimento Comunitário (IDC) do bairro é pequeno, entretanto, o projeto Ecofeira Iandé vem colaborando muito com a mobilização de seus moradores, feirantes e instituições locais a favor de mudanças relacionadas ao Desenvolvimento Comunitário, através de ações que visam melhorias do meio ambiente e da geração de trabalho e renda no bairro e em seu entorno.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Comunitário; Redes Solidárias; Oficinas Pedagógicas; Educação Popular Solidária.

TITLE: Aerial Neighborhood: The study of a case of community local development of neighborhood Aerial/PB

ABSTRACT

This research has as its theme the Development Community and the Solidarity Networks. To deepen this approach we elected as its general objective understanding, from our experience, as the implementation of Pedagogical Workshops and the support of a Solidarity Network can contribute to the Development of Community neighborhood Aerial and its surroundings, in the municipality of Mamanguape, Paraíba, Brazil. For this, we have three specific objectives: 1) Present the phenomenon through the record of the history of the neighborhood, the fair of the Aerial and the deployment of the project Ecofeira Iande; 2) Describe on the concepts relating to the promotion of Community Development and Solidarity Network; 3) Reflect on the Community Development of the Aerial through relationship learners X community. The theme is very relevant, because combined with the lack of scientific literature on this subject and, motivated by professional work developed by our site, we chose the case study, using the methodology of qualitative and subjectivist, involving the interpretation of data collected through searches, documentary and field. For tell this story, we use in some titles, the metaphor of a journey in the direction of the site through a vehicle: the Pedagogical Workshops (OPs) and its support strategy (Network of Solidarity and Support). We have as resulted, the finding that, in spite of almost 63 years of existence of the neighborhood and almost 20 years of existence of a fair public site, the current index of Community Development (IDC) the neighborhood is small, however, the project Ecofeira Iande has been collaborating with the mobilization of its residents, merchants and local institutions in favor of changes related to Community Development, through actions aimed at improving the environment and the generation of jobs and income in the neighborhood and in its surroundings.

Keywords: Community Development Networks; Solidarity; Pedagogical Workshops; Popular Education Solidarity.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
1.1. Organização do relatório final.....	17
1.2. Método da investigação.....	19
2. Enredo: implantação do Projeto Ecofeira Iandé no bairro do Areal.....	29
2.1. Cenário do bairro e da feira do Areal, dentro da cidade de Mamanguape.....	29
2.2. Diligência através da implantação do Projeto Ecofeira Iandé.....	40
3. Fundamentos do processo de Desenvolvimento Comunitário (DC) e da formação de Redes Solidárias.....	53
3.1. Empoderamento: liderança, sistematização e espaços democráticos.....	56
3.2. Aprender na coletividade da Comunidade: Oficinas Pedagógicas (OPs).....	66
3.3. Rede Solidária: o que é e para quê serve.....	77
4. Crítica da Cena: concluindo a história.....	88
4.1. Relações comunitárias: meio ambiente e demais vínculos.....	93
4.2. Final da História?.....	102
REFERÊNCIAS.....	107
ANEXOS.....	116
APÊNDICES.....	119

1. INTRODUÇÃO

O pesquisador Ivalcir de Sousa Gomes nasceu em Caratinga, Minas Gerais, em 08 de Agosto de 1964. Aos 05 anos se mudou com a família para São Paulo e desde criança sonhava em ser cientista. Porém, ainda pequeno, via a ciência como instrumento para ajudar as pessoas e ao mundo a serem melhores. Filho de pais muito religiosos, em 1984, aos 19 anos optou por estudar duas vertentes aparentemente opostas: a ciência e a religião. Foi para o seminário diocesano estudar filosofia e teologia. Desde essa época, até hoje, atua como professor, educador e facilitador de atividades em movimentos sociais, educacionais e culturais nas áreas de Filosofia, História, Cidadania, Educação de Jovens e Adultos e Ensino das Religiões, Teatro e Música. Em 1999 conheceu e se apaixonou por João Pessoa, se mudando em 2000, mas foi a partir de 2005 que descobriu a Economia Solidária, se tornando um dos fundadores do primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento da Paraíba, o Banco Beira Rio, no bairro São José. Salienta-se que, desde essa época, o pesquisador defende a estratégia da organização em rede como principal instrumento para realizar o apoio solidário às atividades em que trabalha. Assim, ajudou a fundar a Rede Comunitária de Economia Social Solidária – RECOMESSO – no bairro São José em João Pessoa, participando ativamente da Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Região Metropolitana de João Pessoa – REMAR. Atuando como gestor público desde 1989, trabalhou em diversas secretarias (da Criança, de Educação e de Desenvolvimento Social) estaduais e municipais de São Paulo, João Pessoa e Patos; nelas, o pesquisador ajudou a desenvolver projetos, relatórios, análises e pareceres relacionados ao desenvolvimento comunitário, à Economia Solidária e à gestão pública. Em 2010 retomou o acompanhamento do Banco Beira Rio como assessor do projeto Banco Beira Rio/Caixa Econômica Federal – BBR/CEF, enquanto membro da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba – INCUBES/UFPB. Em 2012 ajudou na elaboração do Projeto Ecofeira Iandé, que em tupi-guarani quer dizer “é de todos”, promovido pela Associação de Moradores do bairro do Areial – AMBA – e desde meados de 2013 é coordenador pedagógico deste Projeto.

O estudo tratado a seguir alude ao desenvolvimento local e comunitário do bairro Areial, localizado no município de Mamanguape, Paraíba, Brasil. O Areial é um dos doze bairros que fazem parte deste município. Apesar de relativamente urbano, o bairro ainda possui características bastante rurais.

Souza (1987) assevera que os centros e meios urbanos, enquanto espaços de moradia são os mais suscetíveis à geração de lutas e movimentos sociais, devido às contradições sociais, ali mais aguçadas. Desta forma, as contradições existentes no bairro Areial também se configuram acentuadas por sua condição mista (urbana e rural) e por sua condição de bairro periférico.

Não há dados estatísticos oficiais consolidados sobre o bairro (nem mesmo na Secretaria Municipal da Saúde) e a maioria das informações foi adquirida através dos moradores e instituições locais. Segundo eles, em linhas gerais, atualmente o bairro possui cerca de 5.000 habitantes e uma associação de moradores denominada AMBA – Associação de Moradores do Bairro do Areial. Segundo a diretoria da AMBA, há anos o bairro vem sendo negligenciado pelo poder público e, devido à própria falta de articulação institucional local, carece de ações que combatam a apatia e a falta de participação da maioria dos moradores nos problemas sociais locais. Sendo assim, em 2012, a AMBA convidou um grupo de educadores populares para diagnosticar e propor um projeto de fomento que ajudasse a melhorar a situação socioeconômica dos moradores.

A partir de uma análise situacional e de informações prestadas pela AMBA, vários elementos foram levantados por estes educadores como possíveis dificuldades para alavancar o desenvolvimento local comunitário. Dentre estes, um merecedor de especial atenção é a feira pública que acontece sempre aos domingos, nas principais vias do bairro.

Após decidirem que esta feira seria um espaço apropriado para uma atuação no local, os educadores estabeleceram conversas informais com os feirantes e moradores do bairro. Nestas conversas dois desafios se destacaram entre outros: a feira funcionando sem o investimento necessário do poder público e a necessidade de melhores condições de trabalho e higiene na feira. O projeto Ecofeira Iandé nasceu dessa proposta. Foi enviado em 2012 e aprovado em 2013, pelo Edital *Oi Novos Brasis* (grifo nosso) e tem como principal instrumento pedagógico a Educação Popular Solidária através de Oficinas Pedagógicas (em Agroecologia, Permacultura e Comercialização Solidária) e de uma Rede Solidária. Tem como objetivo principal fomentar o Desenvolvimento Comunitário, não só do bairro Areial como do seu entorno. Tal desenvolvimento pressupõe uma organização local, um processo democrático de participação comunitária e deve se desenrolar através de processos de comunicação e transformação social, sob o prisma do diálogo e da democracia. Contudo, é relevante destacar que apesar da feira pública ter sido criada há quase vinte anos atrás pelos moradores, a feira foi sendo descaracterizada ao longo dos anos, pela falta de assessoria do poder público e pela própria falta de mobilização comunitária interna. A equipe de educadores

que elaborou o projeto Ecofeira Iandé descobriu, mais tarde, que a maioria dos feirantes de hortifrúti (bem como de outros setores da feira) não é moradora do bairro, o que tornou bem mais difícil a proposta das Oficinas Pedagógicas de Agroecologia com os próprios feirantes – mas não impossibilitando que o projeto possa fazer contribuições significativas dentro e fora do bairro e da feira.

A fim de fortalecer as ações projetadas para o local e seu entorno foi pensado também o fomento da Rede Solidária como instrumento propositivo de articulação e mobilização da sociedade civil e do poder público no município e no entorno, visando melhorias sustentáveis seguindo a linha da Agroecologia e da Educação Popular Solidária. As Oficinas Pedagógicas também seguiram nesta direção; para participar delas foram convidados primeiro os feirantes (público alvo do projeto), depois os moradores do bairro e o público do entorno interessados em participar do projeto. Para atingir seus propósitos, o projeto Ecofeira Iandé se adaptou à realidade local: junto aos feirantes, vem trabalhando os conceitos de compostagem, horta orgânica e comércio solidário; junto aos moradores, vem trabalhando a Permacultura de seus quintais, visando o consumo saudável e consciente; finalmente, junto a todos os públicos alcançados, vem trabalhando a produção agroecológica de forma coletiva, tanto para seu próprio consumo como para possível comercialização através de Feiras Agroecológicas. Sendo assim, o projeto Ecofeira Iandé tem como meta “fomentar práticas agroecológicas, na perspectiva da Educação Popular e Solidária, de feirantes de hortifrúti no bairro do Areial, visando implantação de políticas públicas em Economia Solidária e Agricultura Familiar no município de Mamanguape/PB”, até julho de 2015. Apesar de aprovado em janeiro de 2013 o projeto iniciou suas atividades em julho de 2013. Sendo assim, optamos pelo prazo de duração da pesquisa de julho de 2013 a fevereiro de 2014, delimitando o estudo na implantação e funcionamento das Oficinas Pedagógicas e da Rede Solidária.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa visa compreender, a partir de uma pesquisa-ação, como as Oficinas Pedagógicas e a Rede Solidária podem contribuir com o Desenvolvimento Comunitário do bairro Areial e do entorno. Para tanto, assumimos três objetivos específicos:

- 1) Apresentar o fenômeno estudado através do registro da história do bairro, da feira do Areial e da implantação do projeto Ecofeira Iandé.
- 2) Relacionar conceitos referentes ao fomento do Desenvolvimento Comunitário e da Rede Solidária.

3) Refletir sobre o atual Desenvolvimento Comunitário do bairro Areial através da relação aprendentes X comunidade.

Para melhor entender a situação atual da pesquisa, lembramos que, no primeiro semestre de 2013, sob a supervisão de nosso orientador, alteramos o projeto inicial que era sobre a implantação de um Banco Comunitário para o acompanhamento do projeto Ecofeira Iandé, devido às mudanças ocorridas no processo de gestão interna destes. Entretanto, mantivemos o mesmo tema sobre Desenvolvimento Comunitário e, em abril de 2013, mudamos nossa residência para o município de Mamanguape/PB, para melhor ajudar a desenvolver este novo projeto (o Ecofeira Iandé) como coordenador pedagógico. Desde março de 2013, vínhamos coletando dados e informações, inicialmente com o trabalho de pesquisa relevante ao levantamento bibliográfico sobre os temas referidos; em julho de 2013, iniciamos o trabalho de sistematização dos pressupostos teóricos básicos que serão ademais apresentados.

Vale ressaltar que, desde a primeira pesquisa, optamos em destacar a análise sobre Redes Solidárias. Entretanto, em outubro de 2013, decidimos dar destaque também à implantação de Oficinas Pedagógicas em Agroecologia como contribuição ao desenvolvimento do local. Isso se deu porque desde a implantação do projeto, apenas um encontro maior de rede foi realizado – o da abertura do projeto em setembro de 2013 – em função de diversos *contratempos (grifo nosso)* contingentes ocorridos nesta atividade. Desta forma, a equipe do projeto Ecofeira Iandé acredita que as ações de rede não se dão apenas nos encontros maiores, quando se reúnem todos os participantes da rede, mas também nas ações realizadas pelos nós da rede¹. Tal importância dada às oficinas não se deu apenas pela ausência desses encontros maiores e pelo sucesso da execução das oficinas – sendo realizadas desde setembro do mesmo ano, mas também porque nosso orientador sugeriu tal mudança ou ampliação do tema. Desta forma, queremos destacar a importante contribuição dada pelo Professor Wilson Honorato Aragão não só como orientador, mas também como mestre, auxiliando-nos no entendimento sobre o que é empoderamento e o que é empoderar-se – neste caso, em relação a nossa própria pesquisa. Também se ressalta a contribuição das orientações dadas por outros educadores do MPGOA, tais como as práticas e teorias educacionais trazidas pelos professores Jorge Fernando Hermida e Marisete Fernandes e os conhecimentos sobre democracia no mundo e no Brasil, trazidos pela professora Marcia Costa e Edna Brennand.

¹ O modelo de rede desejado e seguido pelo projeto Ecofeira Iandé é o mais descentralizado e menos hierárquico possível, ou seja, o modelo de rede social distribuída.

Até abril de 2014, o projeto ainda aguardava o repasse da segunda parcela para dar continuidade a suas atividades. No entanto, já detínhamos boa quantidade de materiais e dados de pesquisa (fotografias, entrevistas, relatórios, amostragens, etc.) para realizar o estudo do caso no bairro do Areial e no seu entorno, tendo esse processo avançado quanto ao fomento às Oficinas Pedagógicas e a Rede Solidária.

1.1 Organização do relatório final

Nesta introdução, apresentada como primeiro capítulo, o estudo tem como principal natureza a análise subjetiva qualitativa, ou seja, parte do ponto de vista dos sujeitos históricos que constroem a realidade. Para suavizar tal processo utilizamos em alguns títulos a ideia de uma viagem como metáfora para identificar o processo de construção em direção a história, ao “caso” que foi vivenciado e que agora quer ser contado. Nesta viagem, nosso ponto de referência, tanto de partida quanto de chegada, é o bairro Areial, localizado no município de Mamanguape, PB. Desta forma, a pesquisa tem como foco o estudo sobre a implantação do Projeto Ecofeira Iandé e seu impacto neste local a partir da nossa experiência de gestão onde buscamos compreender os elementos da constituição histórica e da interação social da comunidade entre si e com o projeto.

A fundamentação teórica foi construída a partir de dois temas: o Desenvolvimento Comunitário e a Educação Popular Solidária, através das Oficinas Pedagógicas e a Rede Solidária. Nesta perspectiva construímos nossa metodologia baseada no método de investigação e exposição dialética de Karl Marx (1982), buscando, inicialmente, a materialidade das relações sociais pelo desvelamento desta realidade através da exposição de seu movimento, que lhe é intrínseco. Desta forma, Marx diferencia o processo da investigação e da exposição da pesquisa:

A investigação (ou pesquisa) tem que se apropriar do material em detalhe, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e detectar o seu liame interno. Somente após a conclusão deste trabalho é que se pode passar para a exposição do movimento real efetivo. (MARX apud MALAGODI 1993, pg. 56).

E é a partir da realidade social do território que a pesquisa procura seguir a subjetividade da nossa experiência relacionada às experiências e vivências do fenômeno pesquisado, trazendo, primeiro, a dimensão concreta para depois se refletir sobre ela:

A primeira questão a ser considerada é que para Marx, a realidade é algo que se apresenta de maneira caótica. O concreto aparente que temos acesso através de

nossos sentidos não permite que enxerguemos a totalidade das relações sociais, pois não temos como perceber a historicidade e o movimento que faz as transformações acontecerem (COVER, 2010, pg. 03).

Assim, a exposição deste trabalho segue o método dialético marxista de apresentação da realidade, seguido da reflexão de vários autores sobre os diversos aspectos desta mesma realidade para, enfim, emitirmos nossa opinião – *doxa* – subjetiva, baseada na análise das contradições apresentadas. Para investigar a realidade do fenômeno em questão utilizamos diversos materiais e instrumentos de pesquisa tais como relatórios, fotografias de campo, mapas mentais, planejamento estratégico, coleta e análise de dados do campo, mapas mentais, entre outros, objetivando identificar e reconstruir as fontes históricas e o contexto geográfico e situacional atual do bairro, da feira e do projeto em questão.

Destarte, após esta introdução metodológica, o segundo capítulo apresenta o fenômeno de estudo, ou seja, contextualiza a história do bairro e da feira do Aerial, da cidade de Mamanguape e a implantação do projeto Ecofeira Iandé que busca a mobilização local visando o Desenvolvimento Comunitário, utilizando o instrumental pedagógico da formação de Oficinas Pedagógicas e de Rede Solidária.

Neste sentido, o terceiro capítulo assume a condição de contraponto à realidade, para indicar referenciais teóricos de diversos autores – artigos, livros, dissertações e teses de outros pesquisadores – sobre as Oficinas Pedagógicas, a Rede Solidária e o Desenvolvimento Comunitário. A reflexão sobre as Oficinas Pedagógicas são compostas por conteúdos que versam sobre Permacultura, Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Traz também alguns elementos norteadores através da caracterização de Feiras Agroecológicas e Redes, considerando as redes sociais de apoio local como sendo Redes de Movimentos ou Rede Solidária – aqui chamada de Rede Social Solidária de Agroecologia do Vale do Mamanguape – RESSOAVALE ou Rede de Apoio Solidário. Lembramos que a Rede Solidária é apontada aqui como principal sustento ao projeto e às suas OPs. Quanto à realização de Feiras Agroecológicas, apesar de não constar na avaliação e análise deste estudo, sentiu-se a necessidade de apresentar uma breve noção sobre elas como um modelo de trabalho de rede e um elemento de Empreendimento de Economia Solidária, já que o projeto Ecofeira Iandé trabalha com a humanização de feiras públicas e a formação de grupos de produção. Neste capítulo colocamos também o debate conceitual sobre mobilização e Desenvolvimento Comunitário (DC). Esta compreensão é fundamental para perceber e

analisar a possibilidade efetiva do envolvimento e desejo de transformação dos moradores das comunidades citadas através do seu empoderamento e busca de melhor qualidade de vida.

A partir deste contraponto podemos finalmente avaliar a totalidade, partindo dessa “contradição” e perpassando através do quarto capítulo que se inicia com uma “crítica da cena”, ou seja, uma reflexão sobre a realidade a partir dos referenciais escolhidos para “iluminar” o caminho percorrido, para, ao fim do capítulo, tentar “concluir” a história através da sua contextualização situacional onde, após sua leitura, percebe-se a necessidade da continuação da prática e da reflexão deste trabalho. Desta forma,

Temos aqui, a partir da obra de Marx, três categorias importantes para a ciência social: a materialidade das relações sociais; a totalidade sempre renovada a partir da atualização da síntese de múltiplas determinações e, a contradição como inerente dos processos sociais (COVER, 2010, pg. 03).

1.2 Método de Investigação

O método dialético de Marx implica em dois momentos inseparáveis: a investigação/pesquisa e a exposição/apresentação. Acreditamos que o método de investigação é o empenho do conhecimento para se apropriar do conteúdo do objeto/fenômeno, nele mesmo; “uma apropriação reflexiva e analítica do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica” (CHAGAS, 2011). É nesta direção que nossa pesquisa caminha, fazendo uma observação direta da realidade, examinando suas partes – que não estão isoladas, para depois buscar as conexões encobertas e ir novamente recompondo a realidade, desvelando o que não é possível ver a olho nu. Toda pesquisa dissertativa de cunho social, apesar de diversificada, exige o emprego de um conjunto de procedimentos coerentes e sistematizados que devem ser planejados com particularidade.

Neste processo de investigação, seguimos o caminho sugerido por Gil, onde o pesquisador deve inicialmente planejar, coletar os dados, analisar e interpretar os mesmos para a redação do relatório (2006, p. 47). Neste estudo de caso, construímos uma perspectiva epistemológica que levasse em consideração a aprendizagem adquirida a partir das relações em grupo e, deste resultado, de novas relações com outros grupos. Sendo assim, nosso estudo seguiu a base do sócioconstrutivismo, ou melhor, do construcionismo social. Sendo a construção social uma dinâmica que não acaba jamais (ÍÑIGUEZ In: MARTINS, J. B., HAMMOUTI, N. E., & ÍÑIGUEZ, L., 2002), a narrativa é uma possibilidade de expressão

desta realidade através de palavras, que tem como característica essencial orientar de forma sensível a análise desta realidade humana, que se apresenta de forma fluída e variável. O construcionismo social está muito relacionado ao construtivismo social pelo fato de ambos tratarem do processo de construção que as pessoas realizam em seu desenvolvimento, no entanto, “o construcionismo procura dar conta das construções que os indivíduos elaboram coletivamente, enquanto que o construtivismo busca dar conta da construção das estruturas cognitivas que o indivíduo elabora no decorrer do seu desenvolvimento” (ARENDDT, 2003). Ou seja, o construcionismo social foca nos aprendizados que são criados através de interações sociais realizadas em grupos, enquanto que o construtivismo foca no aprendizado do indivíduo que acontece como resultado de sua interação com um ou demais grupos. É nesta direção que a perspectiva epistemológica do construcionismo social aponta, através do método de análise do discurso, que é possível determinar, ou melhor, verificar, como os “indivíduos” constroem a sua realidade (MERRIAM, 2009) nos grupos. Desta forma, acreditamos que a partir das relações sociais entre as pessoas o conhecimento ideológico e político são influenciados por valores sociais (SCHWANDT, 2006).

Adotamos também o modelo da classificação ideográfica de Burrell e Morgan (1979), que enfatiza a análise das comprovações subjetivas que os sujeitos da pesquisa geram no desenvolvimento de suas atividades, de suas experiências, ou seja, na conjuntura em que os mesmos interagem. Os autores partem do método indutivo que considera que o conhecimento é baseado na experiência, não levando em consideração princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização provém de observações de casos da realidade concreta. As verificações particulares levam à elaboração de generalizações (GIL, 1999).

Na visão de Burrell e Morgan, a natureza do conhecimento se refere aos pressupostos sobre como comunicar esta forma de conhecimento a outras pessoas e como podemos compreender e visualizar melhor o mundo. Desta forma a “pesquisa social é essencialmente relativista e pode unicamente ser compreendida do ponto de vista dos atores que estão diretamente envolvidos nas atividades estudadas” (BURRELL, 1979, p.5). A Economia Solidária compartilha deste mesmo princípio na realização de suas atividades que também utilizam métodos subjetivos de interação social tal como a Educação Popular e a Pedagogia da Alternância (SENAES/MTE, 2005).

Do ponto de vista dos objetivos gerais desta pesquisa concordamos com Gil (1991), que assevera que a pesquisa qualitativa tem caráter exploratório, porque exige do pesquisador maior envolvimento com o problema para torná-lo mais explícito. Abarca o método de entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema

pesquisado e o levantamento bibliográfico de materiais. Desta forma, determina a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados tais como questionários e observações de campo. Por fim, tem caráter explicativo porque penetra no conhecimento da realidade e tenta identificar os fatores que motivam ou contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos nossa pesquisa teve as seguintes características: a) Estudo de caso: porque envolveu o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos fenômenos locais de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento b) Bibliográfica: porque foi elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de artigos, livros e atualmente com material disponibilizado na internet; c) Documental: porque também foi elaborada a partir de material que não receberam tratamento analítico; d) Pesquisa-ação: porque foi concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo; e) Levantamento: porque visou a interrogação direta das pessoas, cujo comportamento se deseja conhecer. Partindo destas referências, afirmamos que o pesquisador e demais participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (GIL, 1991, p. 38 – 50).

Os participantes desta pesquisa se incluem em três grupos ligados à comunidade do bairro Areal e do seu entorno e todos estão direta ou indiretamente ligados ao projeto Ecofeira Iandé e, portanto, ao processo de criação/implantação das Oficinas Pedagógicas e das atividades relacionadas à criação da RESSOAVALE.

Desta forma, foi associada a seguinte codificação:

Grupo 1 (IPEI): Integrantes do Projeto Ecofeira Iandé: representantes que compõem a coordenação e a execução do projeto (coordenadoria geral, educadores e colaboradores) e da AMBA, promotora da ação (presidência, secretaria e conselho fiscal) – 08 pessoas no total;

Grupo 2 (IRES): Integrante da RESSOAVALE: Representantes do poder público e das entidades civis que estão compondo a RESSOAVALE que são organizações de apoio externas à comunidade, envolvidas com o projeto de implantação do Projeto Ecofeira Iandé; 06 pessoas no total.

Grupo 3 (ICOM): Integrante da Comunidade: aprendentes, moradores e participantes das OPs instaladas nas comunidades: 08 pessoas no total.

Esclarecemos que a identificação dos entrevistados é sigilosa e anônima, sendo utilizados apenas símbolos referenciais; também foi utilizada uma autorização formal para manipulação das informações oferecidas. Consideramos que os participantes da pesquisa estavam sempre ligados a nós através de conversas informais, de reuniões, de encontros ou mesmo a partir das entrevistas. Por motivos de respeito e ética, foram esclarecidos aos participantes da pesquisa os dados relativos à mesma e o papel do pesquisador como membro efetivo do projeto. Os participantes foram selecionados por conta da sua relação com os temas, com o projeto Ecofeira Iandé ou com a rede, já que todos, de alguma forma, estão relacionados ao projeto e ao estudo do processo de organização social local (MALHOTRA, 2001). Em momento posterior à coleta dos dados, realizamos uma análise da amostragem por julgamento, de forma não probabilística, utilizando o recurso de comparação de dados fornecidos pelas planilhas em formato Excel e pelos mapas mentais conceituais. Seguindo com esta metodologia, passamos ao processo de coleta de dados:

Todo viajante necessita de um roteiro, uma bússola ou mesmo um planejamento organizado para empreender sua viagem. A equipe do projeto Ecofeira Inadé decidiu utilizar duas ferramentas conceituais para orientar e analisar seu roteiro: o sistema visual de mapas mentais conceituais e o PES – Planejamento Estratégico Situacional.

Segundo Hermann & Bovo (2005), mapas mentais são diagramas hierarquizados de informações, no qual podemos facilmente identificar as relações e os vínculos entre as informações. O uso do mapa facilitou o direcionamento da elaboração de questões para entrevistas e outras ações de pesquisa de campo. Por ora, queremos discorrer sobre os processos comparativos trazidos pela coleta de dados e pelo Projeto Ecofeira Iandé. É importante salientar que o processo de coleta de dados pelo projeto foi iniciado muito antes dessa pesquisa começar: desde outubro de 2012 a equipe foi a campo colher informações para elaborar o projeto para o edital da *Oi Novos Brasis* – no bairro Areial e no seu entorno. Em dezembro de 2012 a equipe realizou seu planejamento estratégico – e atualmente faz uma revisão estratégica utilizando um dos momentos de análise do Planejamento Estratégico Situacional – PES. Cabe aqui esclarecer primeiro tal processo:

Para melhor entender os processos que levaram a equipe a elaborar o projeto Ecofeira Iandé, ou seja, quais foram suas motivações, utilizamos uma ferramenta de análise explicativa denominada Planejamento Estratégico Situacional – PES, que foi elaborado por

Carlos Matus² (1972). Segundo ele, tal planejamento criado não tinha a intenção de substituir nenhum outro *modus operandi* (grifo nosso), mas de complementar os que já existiam. Para ele o plano era

um re-exame dos pressupostos [...] e uma posição mais modesta frente às aspirações de controlar o processo social até determinados objetivos. Ainda que pareça paradoxal, essa maior modéstia traz consigo a necessidade de aplicar métodos muito mais complexos para permitir a síntese entre o político e o econômico. Essa conclusão não deve ser considerada desalentadora, mas sim um desafio para abordá-la com métodos mais eficazes (p.6).

Tal enfoque principia da complexidade e do reconhecimento da fragmentação e da incerteza que diferenciam os processos sociais, mas que se assemelham a um sistema probabilístico e aberto, onde os problemas se apresentam, em sua maioria, não estruturados e onde nenhum ator detém o controle total das variáveis onde estão envolvidos, porque o poder de decisão é compartilhado. Matus parte também da teoria da complexidade de Morin, quando este afirma que o problema da complexidade:

Não é a busca, mas a necessidade de responder ao desafio da complexidade. Em contrapartida, eu diria que o pensamento complexo tira sentido da palavra latina *complexus*: tecido junto. Trata-se do pensamento que liga os conhecimentos separados. Por que ligar? Porque o conhecimento só é pertinente quando situado no seu contexto e na globalidade. Ligar, contextualizar e globalizar fazem parte da necessidade natural do conhecimento (MORIN, 2011).

Embora o método do PES tenha sido desenhado para ser utilizado em níveis mais amplos e mais complexos, seu formato flexível favorece as aplicações em níveis locais, regionais ou mesmo setoriais, sem, contudo, deixar de colocar os problemas num contexto global com maior amplitude, que admite manter a qualidade da explicação situacional e a riqueza da análise de viabilidade e de possibilidades de intervenção na realidade por meio do que Matus prefere chamar de *momentos* ao invés de *etapas* (grifos nossos). O Método PES prevê quatro momentos (MATUS, 1972; 1993) a fim de processar de forma técnica-política os problemas: os momentos *explicativo*, *normativo*, *estratégico* e *tático-operacional* (grifos nossos). Cada um desses momentos tem em seu bojo instrumentos metodológicos específicos, que podem, entretanto, ser reformuladas nos momentos seguintes. Como o PES se trata de um planejamento ativo, ou seja, de atuação estratégica eficaz a ser aplicada a parti da descrição do problema, utilizamos aqui apenas o momento explicativo, como forma interpretativa dos dados levantados pela equipe e, a partir daí, foram construídas algumas teorias sobre a possibilidade do desenvolvimento comunitário no bairro Areial.

² Autor chileno que criou o método PES a partir de sua vivência como ministro da Economia do governo de Salvador Allende, no período de 1970-73.

O momento explicativo do PES é o momento da análise e seleção dos problemas avaliados como relevantes para o ator social e sobre os quais este pretende intervir. Após selecionar os problemas, o ator social passa para o momento de descrever os mesmos através de descritores (indicadores) que o determinem com clareza. Muitas vezes não podemos usar somente descritores quantitativos e podemos contar apenas com descritores qualitativos. Os descritores qualitativos ou quantitativos devem ser necessários e suficientes para identificar e expressar o problema sem confundi-lo com outros ou com suas próprias causas e consequências. É importante lembrar que o descritor não explica o problema, mas o define e caracteriza, o expressa através de “sintomas” que o manifesta e define. No capítulo 04 deste trabalho é apresentado o momento e a análise explicativa do mapa conceitual realizado a partir dos dados coletados em entrevistas realizadas com os moradores sobre o perfil do Índice de Desenvolvimento Comunitário (IDC) do bairro Areal, do qual elaboramos o plano estratégico de ação para dar continuidade ao Projeto Ecofeira Iandé.

Após o processo de coleta de dados demos sequência à pesquisa no processo de análise através das técnicas de entrevistas e levantamento de materiais documentais, para re-elaborar o processo histórico e situacional das comunidades e dos participantes entrevistados.

Halbwachs assevera que o curso da história pode ser mudado segundo a ótica de quem vê o mundo, ou seja, as memórias individuais podem construir memórias coletivas diferentes das individuais, interagindo umas com as outras. Neste processo a pesquisa refaz lembranças e tenta redesenhar, mesmo com certa imprecisão ou divergência, as afinidades entre os elementos essenciais. (apud LUCENA 2013, p.83). Desta forma a metodologia de recorrer aos testamentos das pessoas serve para construir a ideia que se tem de um evento ou um fenômeno reforçando ou enfraquecendo os conhecimentos que se tem sobre estes.

Segundo Spink, os dados mais importantes são retirados do campo-tema da pesquisa-ação, através das conversas informais e formais, das anotações de campo, da participação em encontros e outras atividades do cotidiano (SPINK, 2013, p. 73). Em nosso conceito, na busca de garantir a *objetividade/subjetividade* (grifo nosso) da investigação científica, o agente da pesquisa deve ter uma visão do outro a partir de uma objetividade construída intersubjetivamente, sem se submeter a uma postura de indiferença ou de distância do fenômeno e do contexto da pesquisa. A inserção no contexto da pesquisa é desejada sem abandonar tal objetividade. Afinal, quando a pesquisa acontece de forma horizontal, passa a se conectar com os fluxos constantes relacionados ao campo, sendo eles pessoas ou espaços,

onde há momentos do fluxo diário, abertos às possibilidades da convivência cotidiana (idem, p. 74).

Nossa estratégia inicial nos primeiros meses da pesquisa de campo foi de se inserir na comunidade através de atividades/reuniões formais para executar o projeto em que fazemos parte – o projeto Ecofeira Iandé, aprofundando o contato e a relação com os atores (moradores do bairro Areial) ligados à implantação do mesmo. Durante os diversos encontros que aconteceram, foram observadas e anotadas no caderno de campo as falas, os acontecimentos e os comportamentos dos participantes citados no item anterior e retiradas informações de documentos cedidos e pesquisados e das diversas sistematizações realizadas. O papel de membro participante e competente em uma determinada comunidade, assim como é citado por Spink, vai sendo desenvolvido a contento, na medida em que o objetivo de nossa atuação não se limita apenas a coletar informações para a escrita do trabalho científico, mas também na participação da execução e articulação do projeto, bem como no real interesse em ajudar a promover o desenvolvimento local comunitário.

Nossa atuação em diversos projetos sociais e a formação em Filosofia e Gestão Pública, nosso trabalho no campo da Economia Solidária desde 2005 e o fato de atuarmos diretamente na comunidade do bairro Areial, desde 2012, bem como nossa atuação no terceiro setor, em especial, no acompanhamento a Empreendimentos Econômicos Solidários e às diversas comunidades, contribuiu não só na escolha da área de pesquisa como também para garantir a abrangência da subjetividade humana. As aprendizagens adquiridas no Programa do Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes (MPGOA) e a compreensão dos significados atribuídos às experiências das pessoas, também contribuíram para o pesquisador assumir uma postura participativa na comunidade, refletindo junto com ela a problemática comunitária, propondo ações, elaborando projetos e buscando informações para construir a história local. Desta forma buscamos ter acesso a projetos, leis, reportagens, fotografias, vídeos, etc., nos órgãos governamentais, embora já tenhamos dito que não há muita coisa sobre o bairro citado. Toda documentação recebida foi estudada e utilizada em parte, sendo um recurso esclarecedor de situações relacionadas direta e/ou indiretamente ao fenômeno de pesquisa em foco (SOUZA, 1987). Buscamos também documentos disponibilizados por membros da comunidade, da coordenação do projeto Ecofeira Iandé e outros representantes locais e do poder público do município.

Em relação à estruturação da pesquisa foi utilizada com os participantes do projeto, inicialmente, uma entrevista aberta para levantar os pontos mais importantes a serem estruturados para, em seguida, aplicar um questionário voltado especificamente para os

grupos citados no item 1.2 e assim delimitar os temas abordados. A escolha da técnica de entrevista aberta atingiu finalidades exploratórias e contribuiu para o detalhamento de questões e de formulação mais precisa dos conceitos relacionados. Segundo Boni e Quaresma, a entrevista aberta,

É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante. A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema, segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos (2005, p. 74).

Na continuidade da aplicação da pesquisa, seguimos com um modelo semiestruturado de entrevista, pois, segundo esses autores, as entrevistas semiestruturadas são muito utilizadas em pesquisas de estudo de caso já que combinam questões abertas e fechadas, onde o pesquisado tem condições de discorrer sobre o tema sugerido.

O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (*idem*, p.75).

Nesta pesquisa, portanto, foi mais utilizado o modelo de entrevista semiestruturada, admitindo um aprofundamento melhor sobre determinados assuntos. Para além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado beneficiou as respostas espontâneas, possibilitando maior abertura e proximidade entre os mesmos, dando oportunidade a abordagem de assuntos mais complexos e delicados que ofereçam melhor compreensão no tratamento dos dados.

O processo de tratamento dos dados levantados nesta pesquisa seguiu a orientação de Minayo (1993), através da ordenação, da classificação e da análise final dos dados. Na ordenação e classificação dos dados foram realizados os seguintes procedimentos: Inicialmente foi construída uma referência teórica partindo da literatura em geral, através do levantamento e informações relacionadas às diversas temáticas abordadas neste trabalho e, de forma mais focada, na realidade do projeto Ecofeira Iandé e na comunidade do bairro Areial.

A partir desta ação realizamos uma pesquisa sobre possíveis trabalhos científicos e acadêmicos associados aos temas mencionados. Dentre estes trabalhos ressaltamos o aspecto ambiental da dissertação de Manuel Jaime Jossefa, “Desenvolvimento Comunitário e Gestão Ambiental: o caso das Associações de Produtores Apoiadas pela Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade (AMDC)”, realizada em 2012; o aspecto comunitário da dissertação de Sarah Araújo de Lucena, “A Implantação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento: um estudo sobre o processo organizativo comunitário”, realizada em 2013 e a tese de doutorado em Agroecologia, de Rodrigo Machado Moreira, “Da hegemonia do Agronegócio à heterogeneidade restauradora da Agroecologia”.

Após a análise das ideias e referências destes trabalhos, realizamos uma sistematização e um cronograma de ação, junto com a equipe de coordenação, formados a partir de um mapa mental tanto da área trabalhada quanto da sua problemática, que ajudaram a sintetizar ainda mais as informações, originando a localização das palavras-chave ou categorias semelhantes. As técnicas de mapas mentais conceituais foram apropriadas porque contém mais de um centro de análise e as relações são expressas por linguagem, de acordo com a necessidade. “Esse método possui grande flexibilidade de expressão, sendo que as próprias técnicas de anotação dependerão do conteúdo a ser tratado” (HERMANN & BOVO, 2005, p. 08). O processo de análise final se deu no cruzamento dos conjuntos de informações sistematizadas – trazidas dos mapas mentais do referencial teórico e da coleta de dados no campo, onde traçamos novas comparações através do plano mental das ações, das entrevistas e das palavras-chaves trazidas pelos autores e, assim, construir um quadro de análise elaborado em planilhas do programa Excel, com o mesmo objetivo de sintetizar e localizar as palavras-chave ou categorias identificadas.

De posse destas informações e dos conteúdos próprios do pesquisador, da equipe e de outros documentos acessados (como leis, projetos, fotografias, e outros) – realizamos o ajustamento das categorias de análise em concordância com os objetivos e a inserção dos dados. Tais técnicas permitiram orientar as conclusões deste trabalho.

O estudo de caso foi escolhido como método de pesquisa geral e, portanto, não tem a pretensão de ser generalizável, pois seu objetivo é compreender um fenômeno específico e local, uma vez que possuímos convivência com essa comunidade (Gil, 1991). Com a intenção de se obter dados que gerem interpretações significativas, utilizamos o método de análise interpretativa do discurso, pois a partir dele podemos nos ater às falas mais representativas, e procurar identificar temas e relações posteriores. Nesta investigação qualitativa buscamos explorar com os entrevistados o seu entendimento sobre os problemas

principais do bairro e da cidade; a situação atual do meio ambiente; a situação atual da Feira Pública; qual o impacto do Projeto Ecofeira Iandé na comunidade e município; o que se aprendeu/aprenderá com as oficinas; visão sobre a Autogestão do projeto; o que se aprende nas Oficinas Pedagógicas e como se dá sua metodologia; a situação do acesso à saúde, da alimentação saudável e da geração de trabalho e renda no bairro; de que forma o trabalho de rede contribui para atingir os objetivos do projeto; Qual o tipo de rede se reconhece; Como as redes ajudam o desenvolvimento comunitário; principal metodologia da RESSOAVALE; qual o grau de satisfação sobre o poder público; processo e índice do desenvolvimento comunitário.

A reflexão sobre o universo das informações coletadas foi valorizado em relação à análise dos comportamentos, sem se limitar à análise do que foi verbalizado, levando em consideração as reações dos sujeitos participantes do processo de pesquisa (MARTINS e BÓGUS, 2004) e o contexto do bairro e da feira pública do Areal, bem como seu IDC atual aqui demonstrado.

2. Enredo: implantação do Projeto Ecofeira Iandé no bairro do Areial

Conforme foi citado em nossa introdução, apesar desta pesquisa não ser uma narração, utilizamos em alguns títulos metáforas narrativas como se estivéssemos empreendendo uma viagem a um local determinado – o bairro Areial e seu possível Desenvolvimento Comunitário – para contar uma história, um enredo, ou seja, realizar o estudo de caso. Segundo a enciclopédia pública wikipédia, “enredo [...] é o esqueleto da narrativa, aquilo que dá sustentação à história, ou seja, é o desenrolar dos acontecimentos”. Neste caso os atores se misturam aos personagens já que são os protagonistas e personagens de uma mesma história. Ainda segundo este referencial narrativo, “geralmente, o enredo está centrado num conflito, responsável pelo nível de tensão da narrativa” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Enredo>). O conflito determinante desta história/pesquisa seria: o projeto Ecofeira Iandé, através de seus instrumentos pedagógicos conseguiria auxiliar a promoção do DC do bairro Areial e do seu entorno?

Para tentar dar uma resposta a essa questão nos valemos da apresentação dos dados coletados a partir do material documental formal e informal disponível. Dividimos a apresentação em dois blocos centrais:

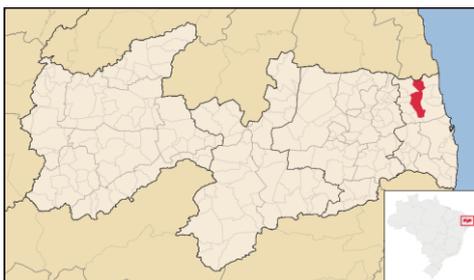
- O cenário/história do bairro e da feira pública do Areial bem como de suas lideranças e moradores (âmbito geral da vida da comunidade);
- O momento em que foi constituído o projeto Ecofeira Iandé (aqui chamado de diligência) e seu instrumental pedagógico responsável pelo enredo da história.

2.1 Cenário do bairro e da feira do Areial, dentro da cidade de Mamanguape

O cenário onde acontece nossa história é a comunidade do bairro Areial, localizado no município de Mamanguape, no Estado da Paraíba. O município foi criado em 1839, na microrregião do litoral Norte. De acordo com o IBGE, em 2012, sua população era de 42.330 habitantes³, com uma área territorial de aproximadamente 349 km.

³Estimativa Populacional 2012 . Estimativa Populacional 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (01 de julho de 2012). Página visitada em 09 de setembro de 2012.

Figura 1 – localização da cidade de Mamanguape



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: Mamanguape/PB

O nome Mamanguape vem do tupi “mamã-guaba-pe”, que significa "onde se reúne para beber, bebedouro (de um rio ou lagoa)"⁴. A presença dos potiguaras é marcante, com áreas de aldeamento em municípios próximos como: Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação. É uma região marcada pelo plantio da cana-de-açúcar.

A antiga área de ocupação da cidade compreendia territórios hoje pertencentes a dez municípios: Rio Tinto, Baía da Traição, Marcação, Itapororoca, Jacaraú, Pedro Régis, Cural de Cima, Capim, Cuité de Mamanguape e Mataraca, contando com praias como Barra de Mamanguape e Praia de Campina, hoje pertencentes a Rio Tinto. Graças ao acidente geográfico natural, o Rio Mamanguape, é um importante centro pesqueiro no interior do estado, exportando toda a sua produção excedente aos municípios vizinhos. O setor de comércio e serviços é diversificado, sendo o responsável pelo abastecimento de toda a região. A conexão de Mamanguape com a BR-101 permitiu que o município se tornasse um grande centro logístico no interior do estado (WIKIPÉDIA, 2013).

O município está dividido em doze bairros e conjuntos habitacionais. Um deles é o do Areal que nasceu na década de 50. Havia duas famílias tradicionais, proprietárias de terra, que a dividiram em pequenos terrenos negociados para moradores do próprio município, de outros municípios e de Estados próximos como Pernambuco e Rio Grande do Norte (SOARES et al, 2013, p.03). Segundo dados fornecidos pela AMBA, há cerca de 5.000 habitantes no bairro Areal que é afastado do centro da cidade e considerado periférico. O bairro conta com uma feira pública, três escolas municipais e uma estadual. Há dois postos de saúde próximos, mas tem ausência de posto policial. É notória a ausência de outros equipamentos e de políticas públicas (idem, 2013, p.03). Dentre as várias dificuldades observadas nesta comunidade, três foram destacadas: o índice alto de violência, a ausência de água e a falta de saneamento básico. Podemos constatar isso através do depoimento de um dos moradores em entrevista:

⁴ Revista do Instituto de Arqueologia e Geografia Pernambucano

Os principais problemas da comunidade?... Tem muita coisa... Acho que segurança pública... Como também no Brasil, a saúde... É tanta coisa que falta que é complicado (...) a solução deve vir da comunidade, também não esperar só pelo governo, se a gente não cobra [...] (ICOM 1).

A ausência citadas se refere à falta de políticas públicas para o bairro, que é um dos maiores descasos em relação a estes fatores. Tal descaso é citado também em relação à feira pública do bairro citado. Mas nem todos veem a situação da feira só como um problema do governo: “Vejo a situação atual da feira do bairro como muito suja... Acho que para melhorar cada feirante deve cuidar do seu espaço, mantendo limpo e organizado” (ICOM 2). Sendo a principal ação do Projeto Ecofeira Iandé voltada à questão da saúde e do meio ambiente, pretendemos, em seguida, checar as origens da Feira Local e buscar traços históricos para entender porque isso acontece.

— História da feira pública do Areal contada pelos associados/as

O processo de sistematização da feira foi realizado em parceria com a UFPB, através do resultado de escuta e de humanização de moradores e alguns feirantes, em parceria com o Programa de Bolsa de Extensão – PROBEX da Universidade Federal da Paraíba, que tem como bolsista a pesquisadora responsável pela elaboração da história da feira, Lidevânia Ribeiro de Souza. O que se fez neste primeiro momento da sistematização foi retomar a memória de quase 20 anos da Feira Pública, sendo revista pelos próprios moradores (SOUZA, 1998). Apresentamos a seguir um texto reelaborado – partindo do relatório elaborado pela pesquisadora citada, enviado ao *PROBEX* e a *Oi Novos Brasis* (grifos nossos)⁵:

Em resumo, a ideia da feira e sua constituição nasceram em 1994. Ela foi uma iniciativa da Associação dos Moradores no Bairro do Areal em parceria com a UFPB – Universidade Federal da Paraíba, devido à necessidade de haver uma feira mais próxima, já que o acesso à única feira, a pé, é de cerca de 30 minutos. Ela acontece aos domingos e participam feirantes de toda a redondeza. As bancadas, de péssima qualidade, são alugadas e pertencem a diversas pessoas particulares e são alojadas de forma imprópria. A maioria dos produtos é trazida de outros centros comerciais fora do bairro e até do município: as frutas e verduras vêm do CEASA (em João Pessoa), de Recife e Fortaleza. Com isso, há uma frágil estrutura, precária higienização, exploração dos atravessadores, escasso aproveitamento das sobras de alimentos, ineficiente divulgação, ausência do poder público e de organização

⁵ Este item é um texto extraído de anexos do Relatório Trimestral do projeto Ecofeira Iandé – outubro de 2013.

popular (ibidem, 2013). É essa dura realidade que se pretende transformar com o Projeto. Um dos primeiros passos foi contar e registrar a história da formação da feira pública do Areial.

Nascido a partir da divisão de terras por duas famílias proprietárias que negociaram pequenos terrenos como as famílias dos atuais moradores, o bairro Areial começou em pequena escala e depois foi se expandindo de acordo com o fluxo de pessoas. Essas pessoas contribuíram muito para o desenvolvimento do bairro, pois trouxeram suas experiências de outros Estados e sua cultura, possibilitando o desenvolvimento da comunidade com comércios, residências e etc.

Figura 02 e 03 – A feira pública do Areial



Acervo do pesquisador/ 2013/Local: Areial/Mamanguape/PB

No Areial nunca havia existido uma feira pública. A população fazia suas compras em cidades vizinhas ou na feira do centro da cidade (localizada muito distante do bairro). Desde sua fundação, alguns moradores cultivam seus próprios alimentos, pois muitas casas do bairro mantêm ainda características rurais, possibilitando o plantio e cultivo agrário nos seus quintais bem como a criação de galináceos e bichos caseiros.

Antes da feira local os moradores tinham que se deslocar do Areial até a feira da cidade, a pé ou em transporte alugado, tais como carros baixos, pau-de-arara, carroças puxadas por cavalos ou burros, carros de mão (frete), entre outros. Algum tempo depois surgiu o ônibus, que de certa forma amparou o povo, resolvendo em parte o problema, pois a quantidade de gente era grande; o ônibus não conseguia acolher a demanda de pessoas que se deslocavam à feira. Havia várias pessoas que não podiam pagar o ônibus, mas mesmo quando o preço do transporte se tornou mais acessível seu uso era precário já que só existia um e estava sempre bastante lotado. Afinal, com o passar do tempo, o Areial crescia e a população também. Ficou impossível de transportar a quantidade de pessoas que queriam fazer suas compras na feira da cidade. Essas pessoas reclamavam frequentemente e, além disso, estavam

correndo risco de vida, por utilizar um transporte com quantidade excessiva.

Em 1994, a AMBA, na pessoa do seu presidente, o senhor Antônio Simão Tavares (seu Tota), junto com o ex-vereador Valdemir Silva da Rocha, idealizou a formação de uma feira no bairro, tentando acabar com a lotação do ônibus e dando à população a oportunidade de fazer suas compras sem arriscar a própria vida e também facilitando a vida de moradores de bairros vizinhos. Há várias versões deste início, entre elas, que a criação da feira foi realizada pela diretoria da AMBA. Outros afirmam que este início foi obra do ex-vereador Valdemir. Mas uma coisa está em evidência: esses dois atores contribuíram muito na criação da feira. Portanto, a AMBA idealizou a feira – *segundo a opinião da pesquisadora* (grifo nosso), mas não a executou. Sua ideia era que a feira se constituísse só de associados e não de moradores do bairro nem de fora do bairro. Percebe-se isso na entrevista realizada com a Sr.^a Analice da Cruz, de 67 anos, ainda associada e, na época, tesoureira da Associação. Ela comenta:

“A ideia era que a feira fosse só de associados, que todo o lucro da feira era para ser dos associados e da Associação. E seu Tota que ajeitou todo processo de formação da feira, foi pra Brasília, às vezes eu ia com ele também. Mas, infelizmente não deu tempo de começar, porque Valdemir se interessou e acabou tomando a ideia, pegou as rédeas da situação. Pegou, abriu espaço para todos os moradores do bairro e pessoas de bairros vizinhos e cidades vizinhas, e expandiu a feira”.

Essa fala revelou não só a criação da feira, mas também a delicada relação entre a sociedade civil organizada e interesses políticos partidários. No entanto, seu Tota, com seus 74 anos, não se promoveu como primeiro idealizador da feira e sempre enfatiza que a ideia foi da diretoria da AMBA. Nos seus relatos coloca:

“Não foi eu sozinho, a diretoria que me ajudou. A feira começou no mandato de Guilherme, que era o prefeito na época. A feira começou nas sextas-feiras a noite, depois os feirantes começaram a pedir que fosse aos domingos, então colocaram aos domingos”.

A feira foi fundada, nas principais ruas do bairro, no dia 18 de dezembro de 1994, no governo municipal de Guilherme Leonel. A princípio, realizava-se nas sextas-feiras à noite, mas depois, a pedido de alguns feirantes, foi colocada aos domingos pela manhã. Alguns relatos falam que a feira se iniciou com 08 bancos, outros que foi com 03 bancos.

A Sr.^a Hosana Alves de Araújo, hoje residente do bairro Cidade Nova, próximo ao Areial (é associada, mas atualmente está afastada) perdeu o processo da idealização do começo da feira, pois estava no Rio de Janeiro. A mesma comenta que a feira se iniciou com 03 bancos e que ela foi a primeira associada a colocar um banco na feira, após ter chegado do Rio de Janeiro, completando 04 bancos. Em seus relatos, explica da seguinte forma:

“O povo era desinteressado. Os associados naquele momento estavam meios desinteressados. Os primeiros bancos colocados eram de pessoas de fora. Depois que coloquei o meu banco aí que foi aumentando aos poucos. Sim, no começo os bancos eram alugados de seu Antônio do Móvel e Valdemir ainda não era associado, depois foi que ele se associou, mesmo assim, sem ser associado, ele ajudou a fazer a feira.”

O ex-vereador Valdemir (atualmente segundo tesoureiro da AMBA) coloca nos seus relatos, que, “o povo do Areal e da Associação, não quiseram a feira, então eu fui e chamei gente de fora”. Ele ainda comentou que já tinha a ideia de fazer uma feira no Areal e que a associação só fez reforçar sua ideia. Então, o Sr. Valdemir e o Sr. Antônio Ramos Ferreira, conhecido por Antônio do móvel, fizeram um trato. O Sr. Antônio fazia os bancos e Valdemir entrava com o material. Assim cada pessoa que usasse o banco pagaria R\$ 2,00 a cada uso. O Sr. Antônio do móvel, por ser marceneiro na época, aceitou o pedido e fez os bancos. Ele diz: “Valdemir pediu pra eu fazer os bancos e colocar atrás da casa dele. Ele me dava os materiais e eu fazia os bancos”.

Quando a feira começou a crescer em quantidades de bancos, de 03 para 08 bancos e depois aumentando para 200 bancos, a prefeitura começou a cobrar a taxa de imposto, de acordo com o tamanho dos bancos.

De 1994 a 2007, a feira mudou em alguns aspectos: aumentou na quantidade de bancos, na chegada de diversos feirantes, no pagamento de impostos feito pela prefeitura. Mas como não havia outro espaço melhor para a feira, ela continuou se localizando nas ruas Santana de Brito Barbosa, na Travessa do Grupo e na Leonel Tomaz Barbosa, próxima aos comércios locais (mercadinhos, padarias, barraquinhas de lanches e etc.). Ou seja, nos treze anos que se passaram a feira não cresceu nem em qualidade nem em implantação de políticas públicas para seu melhoramento. A própria população do bairro pouco se importou pela melhoria da feira. O Sr. Valdemir, quando era vereador criticava a situação da feira, mas pouco podia fazer, pois não tinha nem poder nem apoio da população. A única obra realizada na feira foi a construção de um banheiro público para os feirantes.

Os bancos construídos pelo Sr. Antônio do Móvel foram sendo divididos entre outros comerciantes, por conta de vendas, aluguéis e etc. Há controvérsias nesta versão dos bancos, mas finalmente, muitos dos bancos foram vendidos e alugados para outros comerciantes que não fizeram parte do processo de implantação da feira e nem residiam no bairro. Atualmente, em 2013, a feira é construída por mais de 200 bancos. Os donos são variados, chegando a 03 donos. Uns tem mais que outros. O Sr. Lindalvo Alves da Silva, morador do Areal, tem até 30 bancos. O Sr. Antônio Avelino, morador de Itapororoca, é o que mais possui bancos chegando a quase 200. O terceiro proprietário não foi possível encontrar.

Na feira tem pessoas de Itapororoca, Rio Tinto e Mamanguape (distritos de Alagoas, Mendonça, Pindobal, Itapecerica) entre outras cidades.

Com isso, percebeu-se que 98% dos feirantes do Areial vieram de fora do bairro e por isso não se importam se a feira pode melhorar ou mesmo se pode existir políticas públicas melhores para ela. O único interesse deles é vender e lucrar com as vendas. Desta forma, os educadores responsáveis pelo Projeto Ecofeira Iandé desenvolveram uma metodologia de trabalho que conta com a sistematização e mobilização das lideranças locais, do entorno e da RESSOAVALE, para apoiar a organização comunitária provocando a comunidade e o poder público local.

— Lideranças comunitárias: moradores e atores protagonistas

Figura 04 – inauguração das oficinas do Projeto Ecofeira Iandé:
Seu Bino, presidente da AMBA



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: bairro Areial/Mamanguape/PB

Uma ação a ser destacada no processo de aprendizagem coletiva é a da liderança que, na prática inclui a habilidade de partilhar o saber e o fazer, ou seja, possibilitar que todos tenham a oportunidade de vivenciar e expor seu aprendizado. No Areial as lideranças trabalham de forma agregada, coletiva e, por isso, são consideradas lideranças comunitárias (LEVY, 2007; BROTTTO, 1997; HUNTER, 2004). No entanto, para se falar das lideranças ligadas à comunidade do bairro Areial, é preciso fazer menção aos conflitos presentes no bairro.

Como já foi citado, dentre os vários problemas observados, a violência e a falta de infraestrutura foram os itens mais citados pelo moradores/entrevistados. Porém, entre estes, a

feira pública também foi citada como um problema para o bairro em entrevistas anteriores a este trabalho. Entre as diversas lideranças históricas que lutam pela melhoria e desenvolvimento da feira e do bairro, pode-se citar o primeiro presidente da AMBA, o senhor Antônio Simão Tavares - seu Tota, o ex-vereador Valdemir Silva da Rocha, dona Analice da Cruz, o senhor Severino Cordeiro da Silva (seu Bino) e Jorge Targino da Costa, atual presidente da AMBA.

Em *nossa opinião* (grifo nosso) a feira, apesar de idealizada a partir da associação de moradores, foi realmente promovida pelo ex-vereador Valdemir que coloca nos seus relatos, o descaso de muitas pessoas da comunidade e mesmo da associação e por isso convidou pessoas externas (comerciantes) interessadas em participar da feira. Segundo o mesmo, a feira não foi registrada, pois não deu tempo. O seu mandato acabou, e ele não teve como registrar e ninguém se interessou em diligenciar o processo:

“90% da feira fui eu que lutou para concluir, pois os materiais dos bancos e a permissão do prefeito fui eu que procurei organizar, pois não aguentava mais ver as pessoas se deslocarem do Areial até a feira do centro. Eu Tinha medo que acontecesse algum acidente...”

Nesse relato percebemos que apesar da conquista de algumas lutas de melhoria do bairro, em relação à feira, a associação de bairro nunca se apropriou realmente da situação da feira. Atualmente a feira se tornou um enorme evento no bairro, contribuindo com o acesso dos moradores aos alimentos e demais utensílios, mas trazendo outros problemas para a comunidade:

- 1) A falta de organização dos feirantes e de participação de pessoas da comunidade nela e na organização dela;
- 2) A falta de higiene e de cuidado com os produtos oferecidos, sendo que a maioria dos produtos hortifrutigranjeiros são oriundos de diversas procedências que utilizam agrotóxicos e comprados com dias de antecedência;
- 3) A falta de compromisso e interesse dos feirantes em melhorar as condições da feira e de contribuir com o desenvolvimento do bairro.

As atuais lideranças que trabalham no bairro, incluindo aí a AMBA, perceberam que existe certo *incômodo* (grifo nosso) para a comunidade na execução da feira pública, já que os moradores não têm atualmente maiores dificuldades em adquirir produtos em outras localidades. Junto com as questões de organização e higiene da feira acumulam-se outros problemas do bairro, como o saneamento básico e da falta de outras políticas públicas.

A feira é muito precária... Nem todo feirante tem cuidado com os produtos que

vende... Deveria separar o que é fruta, carne e roupa e não vender tudo junto [...] quanto aos problemas são a falta de água e coleta de lixo [...] para melhorar, deveria que a população colocasse seu lixo no dia da coleta (ICOM 1).

A falta de organização e de políticas públicas locais são dificuldades comuns nas comunidades empobrecidas e têm raízes históricas. Com a formação das Comunidades Eclesiais de Base – as CEBs, que foram criadas a partir da década de 70 (CARVALHO, 2004, p. 183), a luta por melhorias locais ficou mais organizada. Na década de 80 muitas lideranças locais de Mamanguape surgiram deste importante movimento social. As CEBs fizeram parte do movimento revolucionário promovido por seguidores da Teologia da Libertação, teologia de cunho socialista da Igreja Católica na América Latina e que teve como representantes, entre outros, Padre Comblin, Frei Tito e Frei Beto e bispos nordestinos como Dom José Maria Pires (Arcebispo Emérito da Paraíba); Dom Tomás Balduino (Bispo Emérito de Goiás) e Dom Pedro Casaldáliga (Bispo Emérito de São Félix do Araguaia). A Teologia da Libertação contribuiu muito para a formação das CEBs (CARVALHO, 2004, p. 183) e a disseminação dos princípios da Educação Popular nas comunidades mais pobres partindo do pressuposto que a solução dos problemas sociais e econômicos está na própria comunidade em que se encontram os mais pobres, pois que a riqueza se encontra no próprio local, seja bairro ou município. Tal processo se confirma através da Economia Solidária e se ilustra pela célebre frase do secretário Paul Singer (da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES): “Ninguém supera a pobreza, sozinho”. E é nessa ação coletiva que as CEBs, assim como vem fazendo a Economia Solidária em sua já histórica luta como forma de resistência ao capitalismo, conseguiram chegar até aos mais empobrecidos, ajudando-os a se organizar para, coletivamente, através de uma série de práticas concretas de organização da comunidade, atingir um melhor grau de desenvolvimento comunitário.

Apesar do voluntarismo religioso, configurado a partir da dádiva (FRANÇA FILHO, 1999; ARRUDA apud CATTANI, 2003; CARBONARI, 1999; SINGER, 1997) nas CEBs e na Teologia da Libertação, ter se enfraquecido, na década de 90 até os dias de hoje, mesmo tendo a maioria das suas lideranças populares migrado para os movimentos populares, seus efeitos benéficos ainda são sentidos através destas lideranças em suas comunidades. Foi justamente destes movimentos que surgiu uma liderança importante no bairro Areal: Jorge Targino da Costa, que participou das primeiras pastorais da juventude no Estado (PB) na década de 70/80 e foi atuante na luta pelas melhorias e conquistas do bairro. Candidato a vereador pelo município de Mamanguape, em 2012, é um dos fundadores do grupo teatral Força Divina, no bairro Areal.

Na realidade o grupo [...] está com 10 anos [...] ele (o grupo) tem o propósito de evangelizar através do teatro mas também não só, tem também o grupo tem uma ligação social [...] construir casas, livrar jovens das drogas[...] Incentivo a levar os jovens a universidade, hoje o grupo tem 15 jovens universitários [...] o grupo contribuiu com tudo isso...

Apesar destas intervenções e articulações locais, segundo a pesquisa realizada sobre o DC em janeiro de 2014, os indicadores de qualidade da educação no bairro Areial ainda são insatisfatórios. Não só nesta localidade, mas também porque apesar das constantes ações voltadas para a educação e cidadania, a educação política no país ainda é um desafio na maioria das escolas e famílias brasileiras (HERMIDA, 2011). Neste caso, o empoderamento comunitário no bairro Areial foi se tornando cada vez mais aquém das necessidades de seus moradores, carecendo, ainda de projetos que agreguem e somem com o desejo da comunidade de se desenvolver mais. Por isso o Projeto Ecofeira Iandé foi idealizado pelas lideranças/educadores populares que foram convidadas para auxiliar a AMBA na busca da promoção de seu DC.

Figura 05 – Equipe de coordenação e educadores do Projeto Ecofeira Iandé



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: bairro de Salemas/Rio Tinto/PB

Entre estes educadores populares, destacamos Rosemary Marinho da Silva, atuante na Pastoral da Juventude e que, junto com Jorge Targino da Costa, fez também história como Educadora Popular nesta área. Rosemary atualmente é professora de filosofia no campus IV da UFPB/Mamanguape. Ela e seu marido, Carlos Eduardo Soares, pedagogo, nascido em Pernambuco, estão casados há seis anos e residem atualmente em Salema, distrito de Rio Tinto, bem próximo a Mamanguape. Ambos faziam parte do grupo Multicultural

ARXOTE, em João Pessoa e, juntamente com outro integrante do grupo, Ivalcir de Sousa Gomes (realizador desta pesquisa), foram os principais idealizadores do Projeto Ecofeira Iandé. Os três educadores têm boa experiência na elaboração e execução de projetos sociais, mas diante do fato de nunca terem trabalhado com Agroecologia e Permacultura, convidaram Thiago e Fabiana Nazzárró, ambos casados e advindos recentemente do estado de São Paulo. Thiago tem conhecimentos e experiências em trabalhos com Permacultura e sua mulher, Fabiana em Advocacia e Administração.

Apesar de serem lideranças externas ao bairro, estes educadores fixaram residência nas proximidades do bairro Areial e estão responsáveis pela execução do projeto – embora o casal Thiago e Fabiana Nazzárró não esteja mais envolvido com o projeto por motivos de pessoais. Segundo um dos coordenadores,

As OPs são voltadas para a difusão da Agroecologia e do consumo saudáveis voltadas para a autonomia e ao trabalho coletivo, partindo da própria autonomia das pessoas de formar grupos de produção visando não só a geração de trabalho e renda, mas também a Educação Popular Solidária... (IPEI 6).

Com o desafio de descentralizar o poder e promover uma liderança circulante a fim de que as habilidades e competências individuais sejam desenvolvidas e compatibilizadas com as demandas locais para recriar a engenharia do laço social [Dahrendorf (1992), Kisil (2005)] na comunidade, depois da aprovação do projeto, outros educadores e colaboradores foram chamados para compor a equipe. Entre eles, Lidevânia Ribeiro e Souza (conhecida por “Foquinha”), moradora do bairro Areial, responsável pela sistematização do projeto através do PROBEX. Lidevânia relata como moradora a situação do meio ambiente local:

O meio ambiente aqui é muito complicado... Aqui a gente mora próximo a usina tem a questão das duas coisas: quando ela tá moendo ela dá muito emprego mas também tem a parte da sujeira (queimada) e da questão do pó de cana que contribui como aquecimento global.

Não obstante, apesar da efetiva participação de membros/moradores da comunidade do Areial e da AMBA, sentiu-se a necessidade de convidar outros educadores que tivessem experiência tanto na questão acadêmica da Agroecologia e da Permacultura quanto ao trato com o povo através da Educação Popular. Após a chegada dos recursos do Projeto Ecofeira Iandé, a coordenação empreendeu uma busca de líderes capacitados para a empreitada; recorrendo aos próprios contatos pessoais anteriormente estabelecidos pelas suas práticas com projetos sociais, realizaram diversos encontros com agricultores e educadores da terra, do assentamento de Novo Salvador, em Jacaraú, PB. Desses encontros, o educador Luiz Marques se colocou a disposição para ajudar em oficinas sobre Plantas Medicinais e

Fitoterapia.

Outra ação importante da equipe foi a articulação com o poder público a qual levou a equipe até a pessoa do educador João Batista de Sousa; também formado em Ciências Agrárias e Geografia, é tutor do curso a distância de Ciências Naturais e coordenador do Núcleo de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do município de Mamanguape. Segundo ele,

Todo projeto quando chega é passível de causar um impacto; sabemos que o projeto Ecofeira Iandé mexeu com as pessoas, de qualquer maneira a semente foi plantada... Acredito que ele tenha muito a contribuir com o desenvolvimento do bairro.

Além destes importantes educadores e lideranças locais, podemos ainda citar a ação de lideranças significativas ligadas ao projeto, tais como a senhora Maria Nazaré Targino Costa, a senhora Edneuzza Henrique de Sousa e a jovem Aline Silva de Lima (aprendentes do projeto) e Maria das Dores Tavares da Silva, chamada por Rejane (segunda tesoureira da AMBA), todos moradores e lideranças atuais do bairro Areial. Como disse uma dessas lideranças, “esse é um projeto bom, que ajudaria melhorar bastante a população [...] É um projeto excelente que ajuda as pessoas a se preocuparem mais com o meio ambiente” (ICOM 1).

Poderíamos ainda citar antigas lideranças religiosas tais como o padre Anchieta que colaborou com algumas ações na comunidade, entretanto é significativo dizer que atualmente as lideranças religiosas presentes nada ou pouco fizeram pela melhoria do bairro. Foi por isso que a AMBA solicitou ajuda ao grupo que idealizou e elaborou o Projeto Ecofeira Iandé na tentativa de criar um instrumento de propulsão ao desenvolvimento comunitário local.

2.2 Diligência através da implantação do Projeto Ecofeira Iandé⁶

Neste item faremos uma análise situacional do processo de implementação do Projeto Ecofeira Iandé – aqui comparado a uma diligência, um veículo, um meio de empreender a nossa viagem. Mas toda a viagem tem o seu roteiro. Se quisermos empreender uma viagem pessoal basta traçarmos um roteiro simples do itinerário (mapa) e cuidarmos da organização da estadia, da bolsa e demais materiais necessários para dar início à viagem. No entanto, quando esta tem cunho profissional, deve ter as orientações de outrem para que ela

⁶ Texto extraído de anexos do Relatório Trimestral do projeto Ecofeira Iandé – outubro de 2013.

tenha sucesso na sua realização. Como este estudo é baseado também nas atividades profissionais dos coordenadores, destacamos que no mês de junho de 2013 realizou-se, no Rio de Janeiro, o IX Encontro *Oi Novos Brasis*. A coordenadora geral do Projeto Ecofeira Iandé, Rosemary Marinho, participou do encontro representando toda a equipe. Segundo ela,

[...] Os projetos estavam em torno da Agroecologia rural e urbana com diversos recortes, da reciclagem artística de resíduos sólidos e temas geracionais como juventude, familiares e criança. O nosso Projeto foi apresentado no final da tarde do dia 12 e foi bem acolhido pela equipe da Oi como também pelos demais representantes de Projeto.

Neste encontro foram elencadas várias demandas para o Projeto. Entre elas, autorização do uso de imagem; planejamento e organização do evento oficial de abertura dos Cursos; criação de blog, e-mail e facebook do Projeto; planejamentos e resultados esperados, alcançados e imprevistos; parcerias previstas e imprevistas; relatório pedagógico e financeiro trimestral de monitoramento que transmita a vida do projeto. Outro elemento importante foi pensar grupos de produção no final do Curso de Agroecológico e que seriam formados durante o ano 2014/2015.

— Início do Projeto:

No mês de maio de 2013 iniciaram-se as reuniões oficiais da equipe de coordenação para deliberar sobre as atividades, sendo colocadas expectativas e novas ideias e propostas para o trabalho. Devido à saída da pessoa responsável pela coordenação administrativa do projeto, a equipe da coordenação resolveu transferir as atribuições administrativas à Coordenação Executiva, já que este seria apoiado por um secretário estagiário e por um escritório de contabilidade. Também se decidiu redimensionar as OPs de Permacultura e Agroecológica a partir das experiências colhidas de outros grupos de educadores e pessoas que vivenciam tal proposta.

No mês de junho, em reunião da coordenação executiva com a direção da AMBA, um dos membros da associação chamou a atenção sobre uma informação equivocada dada na elaboração do Projeto: a maioria dos feirantes de hortifrúti e de outros gêneros alimentícios, que trabalham na feira pública do domingo, não são moradores do bairro, pois são oriundos de diversos outros bairros do entorno e mais além (ver item sobre o relato de feirantes e moradores). Contudo, tal informação reforçou ainda mais a necessidade de se trabalhar com feirantes e moradores no intuito de, além de melhorar sua qualidade de vida social e profissional, que eles também cuidem melhor do espaço que usufruem na comunidade. Uma

das estratégias levantadas e sugeridas foi estender o trabalho de educação, capacitação e formação de grupos de produção aos demais moradores do bairro e do entorno a fim de que se reapropriem do espaço da feira.

No mês de julho a coordenação se reuniu com lideranças do assentamento Novo Salvador, no Vale do Jacaraú, cidade do Vale do Mamanguape, para buscar novos apoios/sugestões para o projeto e convidar lideranças experientes para o trabalho das oficinas agroecológicas. Outra articulação importante se deu em dois momentos: na Feira Agroecológica da Associação Ecovárzea, realizada na Universidade Federal da Paraíba – UFPB/campus I, em João Pessoa; e na sede da CPT – Comissão Pastoral da Terra, em João Pessoa, que resultou no convite a dois educadores da CPT para auxiliar nas oficinas de Comercialização em Feiras Agroecológicas e Solidárias.

Durante todo mês de agosto, a equipe de coordenação se encontrou tanto para deliberar, avaliar e preparar à abertura oficial e formal do projeto – que foi realizada nos dias 02 e 03 de setembro, respectivamente, com o Encontro de Abertura com oficialização da RESSOAVALE e a I Oficina Pedagógica Aberta, realizada na Rua Santina de Brito Barbosa, onde também funciona a feira e está localizada a sede do Projeto.

— Espaço da sede e inauguração do Projeto

Figura 06 e 07: Sede do Projeto Ecofeira Iandé



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: bairro Areal/Mamanguape/PB

O espaço da sede se concretizou a partir de parceria com o Grupo Teatral Jovem Força Divina, cujo coordenador e outros membros são participantes da AMBA. Para organizar a sede, foi providenciada a pintura das paredes, a compra de materiais e equipamentos para o funcionamento, além de atividades de fomento e divulgação do projeto no bairro através de

carro e carrocinhas de som, visitas às casas de moradores, à feira pública e às escolas municipais e estaduais.

Ainda no mês de agosto, para completar o quadro de pessoal foram selecionados 01 secretário estagiário e 03 educadores/oficineiros: João Batista da Silva França (formada em Ciências Agrárias e coordenador do Centro Educação Produtiva – CEP, localizado no distrito de Pindobal, em Mamanguape), Marilene Vieira Barbosa (formando-se em Agroecologia na UFPB) e João Batista de Souza (formado em Ciências Agrárias e ligado a Secretaria do Meio Ambiente). Todos possuem larga experiência não só com a Educação Popular, como também com a área acadêmica e científica.

O encontro de abertura e inauguração do projeto foi realizado no Espaço Cultural Fênix, com o apoio da Prefeitura Municipal de Mamanguape, no dia 02 de setembro. O evento foi realizado com a apresentação oficial do Projeto e formação de mesa com debatedores de temáticas em Agroecologia, Economia Solidária, atuação do Poder Público, Projetos Sociais e oficialização da RESSOAVALE. Após os debates, houve apresentações culturais, tais como o grupo musical do Mestre Antônio Merengue e o coquetel foi animado pela ciranda do Sr. Pinto Cirandeiro.

Figura 08 e 09: Inauguração do Projeto Ecofeira Iandé



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: Teatro Fênix /Mamanguape/PB

Além disso, o evento permitiu o primeiro contato do projeto com moradores do município, lideranças governamentais e as comunidades interessadas no projeto no intuito de estabelecer contato com os colaboradores da RESSOAVALE, ou seja, poder público (secretarias da Ação Social, da Educação, da Agricultura, do Meio Ambiente, entre outras) e sociedade civil (Associações e representantes de Federação, representantes de igrejas, de Ongs, etc.). Neste dia foi lançada a proposta da rede e feito o convite para a primeira Oficina

Pedagógica aberta ao público, que foi realizada no dia 03/09, na terça-feira. Neste encontro as Oficinas Pedagógicas foram caracterizadas como processo de aprendizagem coletiva em Agroecologia e Economia Solidária.

— Motor da diligência: as Oficinas Pedagógicas (OPs)

A dimensão cognitiva é a base teórica que sustenta esta investigação de tal modo que possa ser verificada a estratégia de aprendizagem promovida pelo projeto e pelo desenvolvimento da RESSOAVALE. A aprendizagem deve condizer com os princípios formulados pela Educação Popular Solidária, principalmente através dos princípios citados nos documentos do CFES (OFICINA SENAES/MTE, 2006). Entre os diversos grupos de trabalhadores ligados ao CFES, encontram-se aqueles ligados diretamente ao setor rural, ou seja, os grupos de Agricultura Familiar. Este foi o principal setor consultado para serem definidas as ações do projeto voltadas para a Agroecologia e a Comercialização Solidária. As Oficinas Pedagógicas são realizadas seguindo os princípios da Educação Popular e da Economia Solidária e tem no acervo de material teórico e experimental o alargamento das possibilidades do aprendente desenvolver projetos e tarefas específicas.

Figura 10 e 11: Oficinas Pedagógicas em Salema



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: bairro de Salemas/Rio Tinto/PB

A aprendizagem nas OPs contribui para superar as dificuldades contextuais e de limitações pessoais, voltando-se para a autonomia do aprendente (COSTA, 2001).

As OPs são voltadas para a difusão da Agroecologia e do consumo saudável, voltada para a autonomia e ao trabalho coletivo, partindo da própria autonomia das pessoas de formar grupos de produção visando não só a geração de trabalho e renda, mas também a Educação Popular Solidária (IPEI 4).

Nesta perspectiva, a interação entre todos termina por produzir uma relação pedagógica diferenciada no interior do processo de aprendizagem, facilitando a construção da resposta à indagação: como se ensina e como se aprende a realidade, enquanto um conjunto de significados? Segundo MÜTSCHLE e GONSALES FILHO (1997) se a oficina é adequadamente concebida e organizada, ela pode ser um ambiente fecundo para “(...) liberar a criatividade, propiciar condições de expressão de pensamentos, ideias e sentimentos, de várias maneiras” (p. 19). A Oficina Pedagógica, qualquer que seja a sua referência de situacionalidade, é um espaço de aprendizagem estruturado a partir de unidades de trabalho.

A primeira Oficina Pedagógica foi realizada de forma aberta à comunidade, na rua principal do bairro, sob 02 tendas, em frente à sede do projeto – importante ressaltar a imediata adesão às ações da RESSOAVALE pela Secretaria Municipal de Ação Social, através da cessão das tendas e pela Secretaria de Educação, através da cessão da quadra de uma das escolas municipais do bairro – a qual não foi utilizada, naquele momento. A OP teve início com um café da manhã saudável – com bolos, tapiocas e sucos naturais providos da Associação Eco várzea. Após o café, houve palestras realizadas pelos educadores/oficineiros dos seguintes temas: Agroecologia, Permacultura e Saúde provinda da Alimentação e das Plantas Medicinais. Este momento, de profunda riqueza, terminou com a ciranda do Sr. Pinto Cirandeiro e com um saldo de 40 matrículas realizadas.

Segundo Armando (et all, 2002) a agricultura familiar no Brasil é uma das principais fontes de abastecimento de alimentos em nosso país. Para além dessa capacidade de produção as lideranças do campo são verdadeiros “celeiros” de sabedoria popular e conhecimento sobre as facilidades e dificuldades de se trabalhar nesta área, principalmente na região urbana. Conforme foi citado antes, uma das referências para estruturar as oficinas foram os debates promovidos com os educadores do assentamento Novo Salvador. Além de refletir sobre toda a dinâmica e propósito dos cursos de Agroecologia e comercialização solidária, avaliamos a possibilidade de sensibilizar os feirantes e, caso as vagas não fossem preenchidas, abrir as inscrições para os moradores. Sendo assim, uma das sugestões vindas desses encontros foi trabalhar os quintais das casas dos/as participantes, como forma pedagógica de sensibilização e articulação local para a Agroecologia e a Comercialização Solidária.

Durante todo o mês de setembro e outubro tal sugestão foi colocada em prática, já que a maioria dos inscritos eram moradores do bairro Areial. Apenas 08 feirantes que comercializam hortaliças na feira do Areial se inscreveram. Eles/as são moradores do bairro de Itapecerica e também são produtores de hortaliças sem agrotóxicos. Estão interessados não

só em aprenderem novas técnicas como também em comercializar seus produtos enquanto orgânicos. A primeira unidade foi o contato inicial com a temática da medicina provindas das plantas e dos alimentos saudáveis e princípios da Agroecologia enquanto introdução geral às vivências de produção de alimentos e plantas livres de agrotóxico.

Segundo um dos seus coordenadores,

A feira do bairro é muito precária... Fiquei surpreso ao saber que não havia feirantes moradores do bairro e chateado porque ao divulgar o projeto e as oficinas agroecológicas, eles não se interessaram...nem mesmo em se reunir uma vez para pensar melhorias pra feira e pro bairro... (IPEI 6).

No mês de outubro, a unidade de trabalho foi o diagnóstico dos quintais produtivos para identificar os tipos de solo e possíveis formas de cultivo e plantio. Sendo as oficinas realizadas de acordo com os princípios da Educação Popular e Solidária, a interação entre todos resultou numa relação pedagógica diferenciada no interior do processo de aprendizagem, facilitando a construção da fórmula de como se ensina e como se apreende a realidade, enquanto um conjunto de significados.

Outra ação importante, nestes meses citados, foi a reunião entre a coordenação com o vice-secretário de Desenvolvimento Urbano e Rural, Sr. Antônio Macedo e com três lideranças de Associações de Bairro no município vizinho a Mamanguape, chamado Rio Tinto. Tal articulação promoveu um encontro na associação de Salema, com a presença de representantes do Conselho de Desenvolvimento Rural, do Sindicato Rural, do poder legislativo, e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, além de diversos moradores e sócios interessados na proposta do projeto, vindos das comunidades de Salema, Maracujá, Boa Vista, Rua Nova e Sítio Passagem da Cobra – localizadas no Município de Rio Tinto. Deste encontro nasceu uma demanda de 26 pessoas inscritas.

Figura 12 e 13: Reunião de articulação com Associações de bairro



Acervo do pesquisador/ fevereiro de 2014

Local: bairro de Salemas/Rio Tinto/PB

Outra articulação do projeto foi com a ONG “Aripuás” em Mamanguape, que trabalha o esporte integrado a vida saudável. Segundo um dos coordenadores,

Temos a perspectiva de ajudar na melhoria da qualidade de vida do cidadão mamanguapense [...] eles perdiam muitas oportunidades na busca de novos projetos e precisa agir através da coletividade [...] o desafio maior que encontrei aqui é as pessoas procurarem a coletividade... Mas as pessoas são muito individualistas. (IRES 1).

Desta parceria surgiu a possibilidade de utilizar um terreno no bairro do Centro, próximo ao Areial, chamado Módulo Esportivo, para cultivo de horta comunitária e uma sala para guardar material das oficinas. A *Ong dos Aripuás* disponibilizou também uma pessoa para cuidar da segurança e do cuidado com a horta e do que mais fosse produzido ali. Em contrapartida, o projeto reproduziria uma grama natural para ser aplicada no minicampo do módulo.

Segundo um dos representantes da Ong,

Entramos nisso para ajudar a feira se estruturar melhor, se ela conseguir produzir sem agrotóxico seria uma boa para os moradores do bairro [...] minha sugestão é de produzir, conscientizar, ensinar as pessoas a atenderem melhor [...] Eu transferiria a feira do bairro para o bairro novo [...] (IRES 1).

Figura 14 e 15: Módulo Esportivo/Ong Aripuás



Acervo do pesquisador/ fevereiro de 2014

Local: bairro do Centro/Mamanguape/PB

Com estas duas ações acima citadas, o projeto elaborou um cronograma para incluir uma turma no Módulo Esportivo, enquanto ‘espaço escola’ com o grupo de 26 pessoas de Rio Tinto e mais 10 novas vagas de outros bairros do município de Mamanguape – já que as do bairro Areial ainda não haviam sido preenchidas (até aquele momento se tinha em média 60 vagas preenchidas), promovendo, assim um intercâmbio e uma troca de experiência com

outras associações. Tal decisão foi tomada também porque se detectou a configuração de uma possível parceria e fortalecimento de Feiras Agroecológicas em Mamanguape e no distrito de Salema/Rio Tinto. A prefeitura de Rio Tinto disponibilizou o transporte para conduzir o grupo em duas manhãs até o Módulo.

No Areal, dando sequência as atividades dos quintais, ainda no início do mês de novembro, houve a decisão, tomada de forma coletiva com os aprendentes, de escolher entre os quintais, um que pudesse servir de ‘quintal-escola’ para serem reproduzidas as técnicas nos outros quintais. O quintal escolhido foi o da aprendente chamada Aline. Neste quintal foi sendo iniciada a atividade de limpeza e formação dos primeiros canteiros, como também o conhecimento de técnicas de bombeamento caseiro.

Então as oficinas de Agroecologia e Permacultura têm representado um espaço concreto e funcional do aprender e do fazer humano, mas, sobretudo, do emancipar-se. Emancipação que encontra, no trabalho, a própria essência da construção de projetos de vida, vinculados à avaliação e a sistematização contínua desses processos realizados. As OPs (a diligência) estão a todo vapor, graças a sua manutenção através do financiador e dos apoiadores que fazem parte da RESSOAVALE e terminaram em dezembro de 2013.

— Conservação e manutenção da diligência através da RESSOAVALE

Toda diligência precisam de um local seguro para realizar manutenção do transporte e repouso/alimentação de seus passageiros para seguir com a viagem. Nada melhor do que uma rede para, não só descansar, mas também pensar nos rumos a se tomar quando reiniciar a viagem. É isto que a Rede Solidária ao Desenvolvimento Comunitário do bairro Areal faz: dar suporte às OPs e consolidar toda e qualquer atividade ligada ao projeto. O Projeto Ecofeira Iandé inaugurou sua Rede de Apoio no dia 02/09/2013, juntamente com as atividades iniciais do projeto. No entanto, entende-se que o espaço formal de articulação das ações da rede não se dá somente em reuniões oficiais, mas também nos encontros e reuniões entre os parceiros. Então, a articulação da rede vem sendo realizada “a partir dos seus nós”, através de diversos encontros entre a coordenação e seus parceiros e apoiadores.

A RESSOAVALE tem sido uma importante ferramenta para a construção das atividades tanto das OPs quanto as outras atividades do projeto. Como já dissemos, apesar de não haver um encontro formal da rede, vários encontros de articulação entre os parceiros já foram realizados. Entre eles está o projeto da segunda etapa das OPs que ocorrerá na EMEF Adeilton Coelho, no bairro do Guguri.

“A primeira etapa foi a de educação, de troca de experiências... A segunda seria a da produção da horta orgânica, da compostagem e das plantas medicinais para depois passar para a terceira que é a de comercialização” (IPEI 7).

Sendo a RESSOAVALE uma rede de movimentos ou rede solidária (SCHERER-WARREN, 1996), ela tem como princípio a aprendizagem:

O que eu acho da rede? Bom, tudo o que a gente consegue interligar... Quando você interliga as histórias interliga também os saberes. A troca de experiências... Quando você consegue errar menos e consertar mais... Quando você interliga o poder público poder privado, as entidades... Esse elo é muito importante para a comunidade... (IPEI 3).

Esta interligação vem se dando através da Educação Popular Solidária promovida pelas OPs no bairro Areial e no seu entorno, nos encontros formais entre os atores sociais locais e representantes de diversos segmentos públicos e privados. Tal princípio permite que os vínculos interpessoais favoreçam o desenvolvimento de um ambiente de partilha social da riqueza, do poder e do saber, e contribui para o empoderamento de cada um e de todos (FRANÇA FILHO, 1999; CARBONARI, 1999; SINGER, 1997; GAIGER2003).

Como diz Mance (2006), as redes correspondem à formação de articulações entre diferentes atores que interagem entre si, fortalecem todo o conjunto e também são fortalecidas por este, permitindo a expansão em novas unidades ou mantendo um equilíbrio sustentável no conjunto. O grupo IPEI (integrantes do Projeto Ecofeira Iandé) vê nas ações autogestionárias da RESSOAVALE um dos principais instrumentos de sustentação deste equilíbrio de trabalho:

Qual a principal metodologia da rede de apoio? Sem dúvida a autogestão é a principal metodologia do trabalho da rede de apoio, mas também uma das ideias do projeto é trabalhar com a formação de grupos de produção ecológica, não só para combater o desemprego, mas ajudar as pessoas a mudar sua forma de ver as relações no trabalho... Sair da ideia competitiva e hierárquica de empregado e patrão... Ver que ao fazer economia é possível trabalhar também a igualdade e a solidariedade... (IPEI 4).

Uma das principais características da RESSOAVALE é o compromisso mútuo assumido por seus membros de discutir, planejar e fomentar as ações a serem desenvolvidas pelo projeto, ou seja, além de consultiva ela é mobilizadora de recursos para o fortalecimento da execução das demais ações de ECOSOL no bairro, para atingir seus objetivos comuns (WENGER, 1998). Para além dessas especificidades a RESSOAVALE tem uma articulação interinstitucional a partir das ações do projeto no bairro Areial, mas também no seu entorno envolvendo outros bairros e municípios.

Fizemos um encontro aqui na Associação de Salema com vários moradores daqui e de outros bairros [...] ficamos todos agradecidos pela oportunidade de participarmos neste projeto, agradecemos a todos os presidentes das associações que comparecem

e demais lideranças que vieram nos apoiar e prestigiar... (IRES 4).

A RESSOAVALE tem sido respeitada na sua forma de integrar e horizontalizar programas públicos com outros projetos e atividades da sociedade civil com foco na realidade territorial e, paulatinamente, recriá-los e rearticulá-los a partir de novos arranjos institucionais e das oficinas de desenvolvimento, com autonomia, representatividade e legitimidade. É por isso que a RESSOAVALE não tem cargos hierárquicos, ou melhor, os encontros são organizados de forma autogestiva e não hierarquizada, já que este princípio é básico para a atuação pública de seus interlocutores participantes. A autogestão é uma promoção da democracia em organizações e empreendimentos econômicos que estão sendo organizados (SINGER, 1988; COSTA, 2006; GRACIANI, 1999; FACHINELLI, 2009).

A formação da RESSOAVALE vem se consolidando através do processo de comunicação pessoal e interinstitucional e tem questionado a política do poder heterogestionário, sem, no entanto, abrir mão da pedagogia do conflito (SATO E ESTEVES, 2002). Apesar de diversas dificuldades operacionais da coordenação do projeto Ecofeira Iandé e da AMBA, várias reuniões tem sido realizadas no primeiro trimestre de 2014, discutindo e re-planejando as ações, permitindo que as decisões “institucionais” realmente aconteçam somadas com a comunidade, num processo endógeno, de dentro pra fora e vertical – de baixo para cima.

O trabalho de rede não permite a heterogestão, de forma alguma... As relações entre as pessoas na rede são sempre de igual para igual de preferência cooperativa... A rede não permite relações de determinação nem mesmo de autodeterminação... As coisas são sempre discutidas e através das opiniões da discussão e dos conflitos que vão surgindo vão se formando consensos e através deles vão se formando as ações da rede focando em uma ação.. (IPEI 4).

A articulação de políticas públicas é o maior desafio a ser sobrepujado pela proposta ideal do desenvolvimento territorial, pois ela surge como uma necessidade, justamente para questionar os níveis de poder e hierarquia, níveis esses não só instituídos dentro do estado como também na visão das pessoas sobre o poder público (CARVALHO, 2008; VIANNA, 1978). A fim de sistematizar tal atividade com o poder público e a sociedade civil, a coordenação do projeto vem promovendo diversos encontros e ações que favorecem a autogestão da rede (SOUZA, 1998) e a integração dos poderes de forma comunicativa (HABERMAS, 1997)

Figura 16 e 17 – Apresentação no ENEX – Encontro Nacional de Extensão: artigo e banners expostos pela coordenação em novembro, na UFPB, Campus I, em João Pessoa;



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: João Pessoa/UFPB

Relacionamos aqui alguns destes encontros de articulação:

Julho – reunião com lideranças do assentamento Novo Salvador, no Vale do Jacaraú, cidade do Vale do Mamanguape;

Agosto – Reunião de apresentação do projeto e convite de participação às lideranças do movimento da Comissão Pastoral da Terra – CPT; reunião de articulação com a Secretaria de Agricultura de Mamanguape – Secretário Igor Cunha; participação em Seção na Câmara de Vereadores do Município de Mamanguape; reunião de articulação com a coordenação do Centro de Educação Produtiva - CEP Pindobal; articulação e mapeamento de artistas populares (Pinto Cirandeiro, Antônio da Rabeca, Carneirinho Cantador, Dona Maria de Tula); reunião de produção de artigo científico para o SECAMPO; visita da coordenação ao CEP Pindobal/ auxílio na elaboração de projeto; articulação de tendas com a Secretaria de Ação Social/articulação da cessão de quadra de esportes de uma Escola Municipal do bairro pela Secretaria de Educação; inauguração do projeto e da RESSOAVALE, no Centro Cultural Fênix.

Setembro – Assembleia do Desenvolvimento Territorial; visita às escolas municipais e estaduais no município de Mamanguape, para divulgação do projeto; Conferência Municipal de Meio Ambiente; reunião com a coordenação da ONG Aripuá; visita aos agricultores de Itapecerica;

Outubro – Encontro de divulgação do projeto na Associação de Salema; auxílio na elaboração de projeto com o CEP Pindobal; entrevista na Rádio Litoral; reunião de articulação com a EMATER; troca de experiência dos aprendentes com o CEP Pindobal.

Não podemos deixar de salientar a participação em eventos promovida pelo Projeto, que possibilitou ao Projeto Ecofeira Iandé uma maior divulgação de suas ações como também favoreceu à coordenação a produção acadêmica e articulação com outras

organizações no município de Mamanguape e Rio Tinto. De forma resumida, houve participação em eventos como o “I Encontro de Educação no Campo e Práticas Agroecológicas”, na UFPB, Campus IV, em Mamanguape; na Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Conferência Regional Cultural, ambas realizadas no Centro Cultural Fênix, em Mamanguape; na reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Rio Tinto; a coordenação apresentou um artigo intitulado “Gestão da Rede de Apoio no Projeto Ecofeira Iandé - desafios do Desenvolvimento Comunitário no bairro Areial, em Mamanguape, PB”, no “III Seminário de Educação Popular no Campo”, na UFPB, Mamanguape. É importante destacar as reuniões de articulação com o Secretário de Agricultura de Rio Tinto. Este colocou o projeto em destaque na Jornada de Inclusão Produtiva promovida a partir da parceria da Prefeitura Municipal de Rio Tinto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER.

A participação no encontro da EMATER ajudou a divulgar nosso trabalho e mostrou que estamos organizados e que existe um trabalho voltado pra Agroecologia. Isso é muito bom (IRES 3).

No próprio evento houve uma conversa com o Sr. Ezequiel Firmino, secretário de Meio Ambiente de Rio Tinto com reunião marcada para novembro a fim de articular a coleta seletiva de resíduos orgânicos nas Feiras Públicas para a ação de compostagem; entrevista sobre o Projeto na Rádio Litoral de Mamanguape com alcance intermunicipal; participação no Seminário de Produção Orgânica promovido pelo SEBRAE no município de Pedras de Fogo/PB; apresentação de dois textos produzidos por alunos voluntários e bolsistas do Programa de Bolsa de Extensão – PROBEX, nos dias 29, 30 e 31 de novembro, no Campus I, em João Pessoa;

Todas estas atividades foram articuladas através de encontros formais e informais entre a coordenação e seus apoiadores; no entanto, elas não seriam possíveis sem a mobilização de recursos fornecida pela AMBA e pela empresa Oi e seu programa *Oi Novos Brasis*, principal financiadora deste projeto. Todas essas ações foram resultado do projeto Ecofeira Iandé na busca de melhorar o Índice de Desenvolvimento Comunitário – IDC – do bairro Areial. Para esta etapa e as próximas – de articulação política e comunitária, a ação da RESSOAVALE é fundamental para o DC do bairro.

3. Fundamentos do processo de Desenvolvimento Comunitário (DC) e da formação de Redes Solidárias

Figura 18 e 19 – inauguração das oficinas do Projeto Ecofeira Iandé



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: bairro Areial/Mamanguape/PB

Entre os diversos trabalhos acadêmicos pesquisados sobre o Desenvolvimento Comunitário, destaca-se o enfoque dado pela dissertação de mestrado de Jossefa, “Desenvolvimento Comunitário e Gestão Ambiental”, que relata sobre os conflitos mundiais ligados à “pobreza, saúde, acesso à água e saneamento, à educação e formação, até afluir aos grandes problemas ambientais” (2012, p.42). O desenvolvimento tecnológico e os novos padrões de comportamento relacionados a questão de cidadania e à participação ativa das comunidades locais na gestão dos recursos, contribuiu para que as Nações Unidas em documento datado de 1950 e intitulado “O progresso social através do Desenvolvimento Comunitário” (Silva, 1962 apud JOSSEFA, 2012), colocasse o DC como prioridade para o desenvolvimento dos diversos países ligados a este órgão internacional.

Segundo ainda esta autora, Santos (2002 apud JOSSEFA, 2012) enfoca o DC como um instrumento necessário para “melhorar as condições de vida daqueles que habitam um local (...) tomando em linha de conta a especificidade desse local”. De forma mais ampla, o DC procura o “desenvolvimento equilibrado e integrado” através de seus agentes e moradores locais, respeitando seus valores e riquezas históricas (idem, p.41). A autora apresenta como parâmetro o entendimento que

[...] o DC demanda a necessidade da observação do uso sustentável dos recursos naturais, simultaneamente à valorização e preservação da cultura do lugar. [...] o DC é uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática da população, no

estudo, planeamento e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida [...] (ibidem. p.41).

Ademais, no decorrer de suas constatações, Jossefa salienta o aspecto do DC como processo de “materialização dos interesses e preocupações da comunidade” (2012, p.44), onde este processo metodológico de organização social os moradores conseguem expandir suas expectativas de vida individual e colectiva, articulando-se para a participação em níveis mais amplos da sociedade, pressupondo momentos educativos e ações “norteadores da prática” (Santos, 2002, p.42). Assim, Souza aponta o DC como um processo/atividade/momento em que uma determinada comunidade torna-se protagonista de seu próprio desenvolvimento. Esse procedimento ocorre por meio do envolvimento contínuo das pessoas em suas comunidades, através da construção coletiva do conhecimento, da mobilização comunitária, da criação e manutenção de espaços de participação, da valorização dos talentos e recursos locais e da articulação interinstitucional das parcerias. A capacidade dos moradores dentro da comunidade e a existência da mobilização local são muito importantes, não desprezando pessoas e recursos externos que, de alguma forma, venham a ser oferecidos (SOUZA, 1987; FRANÇA FILHO et al. 2013).

Segundo diversos pesquisadores da ECOSOL o combate à pobreza passa pela promoção do desenvolvimento local, ou seja, as diversas soluções a serem encontradas não podem ser individualizadas, mas sim coletivas. Segundo França Filho,

É assim que tal concepção enfatiza a importância dos territórios; ou seja, aposta-se na capacidade dos territórios de serem sustentáveis, mesmo aqueles aparentemente mais carentes. Considera-se como premissa fundamental, nessa visão, a valorização de soluções endógenas a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas. Afinal de contas, qual solução pode ser considerada sustentável se não estiver assentada nas próprias raízes locais? Em outras palavras, tal solução questiona as formas de desenvolvimento baseadas exclusivamente na atração de investimentos externos (2008, p. 223).

Schilithler (2004) também aponta o DC como um processo onde todos ganham, ou seja, quando há também o desenvolvimento das pessoas junto com o desenvolvimento comunitário através do fomento ao protagonismo e a liderança local e do aumento da capacidade de articulação dos atores e organizações dos três setores – privado, público e sociedade civil organizada.

Para a autora, a promoção do DC é continuamente ligada ao fortalecimento dos potenciais de uma região com a finalidade de ampliar a qualidade de vida e do bem viver para seus habitantes. A promoção do DC é gerada pelo empenho conjunto de pessoas e organizações que tem o sentimento de pertença com uma comunidade, se sentem parte ou

estão se implicados com sua localidade e tem o entendimento de que os objetivos individuais são provavelmente alcançados de forma coletiva, na medida em que todos atingem suas metas. É desta forma que os propósitos coletivos e individuais são alcançados.

Assim sendo, quando as capacidades comunitárias ficam fortalecidas, novas lideranças se despertam e outras inquietações, lutas e vitórias são desencadeadas, ampliando a mobilização e a participação cidadã da população. “É no território que interagimos e construímos redes de relações sociais e políticas que repercutem no desenvolvimento político, econômico e cultural do município/estado/nação” (MELO NETO e MAGALHÃES, 2006, p. 20).

Outro aspecto que pode ser verificado no processo de organização comunitária com vistas ao desenvolvimento local é a lógica do cuidado, que transcende os limites internos de um único grupo, como por exemplo, um empreendimento solidário, e abarca a ideia de aperfeiçoar o entorno ou mesmo toda a comunidade, com vistas a uma transformação da sociedade civil, uma vez que os trabalhadores se organizam politicamente, debatem sobre soluções para os problemas comuns, sob a forma da democracia direta e participativa (CARBONARI, 1999; SINGER, 1998). Trata-se de alcançar, por exemplo, o que Gaiger chama de eficiência sistêmica, a qual contempla a concretização de benefícios sociais, e não apenas monetários ou econômicos que incluem iniciativas de Economia Solidária envolvidas (2003, p. 125). Para tanto, é necessário constante acompanhamento por parte das lideranças e educadores sociais na perspectiva de uma educação mais popular e libertadora. Uma das metodologias mais utilizadas para se atingir o DC é partir não só da educação para a cidadania e para a solidariedade, mas também a geração de trabalho e renda, por exemplo, através da Economia Solidária.

Contudo, não se pode confundir desenvolvimento com mobilização comunitária, onde muitas vezes *mobilizar* (grifo nosso) significa fazer as pessoas participarem de ações específicas, sem que as mesmas façam parte de um processo mais prolongado, mas que, apesar disso, tomem parte e ajudem a concretizar determinadas ações, sem, no entanto, envolverem-se num processo de transformação e de desenvolvimento mais profundo (IESE, 2008). Podemos tomar como exemplo, uma comunidade assolada pelas enchentes provocadas pelo excesso de chuva em uma determinada localidade, que pode impelir as pessoas a se mobilizarem para ações solidárias de apoio aos desabrigados e a se manifestarem – sob a forma de protesto, de solicitação de audiência pública, de denúncia em diferentes meios de comunicação – a demanda por uma intervenção estatal efetiva. Nesse tipo de situação, provocada por perdas, fica evidente os dois níveis de envolvimento: o que se limita à

circunstancialidade do caos, com participação pontual de pessoas na doação de materiais, mas também o envolvimento mais amplo, com participação em momentos de protesto, de apoio mais prolongado e de processos de luta por melhorias para a comunidade. Na medida em que o tempo passa, o processo de mobilização serve para criar uma cultura de participação, a qual permite que as pessoas sejam tratadas como sujeitos ativos em torno de objetivos comuns, que dialoguem sobre os problemas comuns, que identifiquem as melhores soluções, que tenham suas relações interpessoais com mais proximidade e que vislumbrem transformações mais amplas (ibidem). A comunidade, estando já num processo de organização comunitária, torna-se protagonista de seu próprio desenvolvimento. Esse processo ocorre por meio do envolvimento das pessoas e das comunidades através da construção solidária e coletiva do conhecimento, da mobilização comunitária, da valorização dos talentos e soluções locais, da criação e manutenção de espaços de participação popular e da articulação intersetorial das parcerias, por exemplo, através de redes sociais. A capacidade dos moradores dentro da comunidade e a existência da mobilização local devem ser bastante valorizadas e consideradas, principalmente as lideranças locais e seu empoderamento, não desprezando outras lideranças e recursos externos que, porventura, venham a auxiliar o projeto de desenvolvimento dos seus objetivos (SOUZA, 1987; FRANÇA FILHO et al, 2013).

3. 1 Empoderamento: liderança, sistematização e espaços democráticos

A ideia de responsabilidade se traduz no melhor sinônimo para a liderança. James Hunter, em sua obra, assevera que “em um curso para executivos sobre ética nos negócios, a palavra responsabilidade foi partida em duas — resposta e habilidade. (...) O estímulo sempre vem a nós, mas, como seres humanos, temos a habilidade de escolher nossa resposta” (2004, p. 49). Neste sentido, a habilidade de escolher dar a resposta é a melhor definição da reação humana, seja essa decisão pessoal ou coletiva. Podemos notar que aqueles que assumem o compromisso da liderança geralmente se sentem compelidos a isso, sem, no entanto, absterem-se da decisão de dar uma resposta. Como diz Hunter, “comportamento é escolha”. As escolhas são sempre decisões responsáveis de pessoas ou mesmo de grupos. Desta forma, em se tratando de trabalho e decisões comunitárias, o melhor seria se referir a liderança como liderança comunitária.

Também podemos ressaltar, ao invés da responsabilidade individual, a corresponsabilidade social. A noção de corresponsabilidade social é entendida em diversos momentos comunitários com o objetivo de lembrar aos participantes o compromisso

assumido. Lévy (2007) afirma a importância da valorização do saber coletivo e do leque variado de saberes de cada indivíduo para promover o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, para mobilizá-las, para participarem de projetos coletivos. Isso fortalece a autoestima individual e o reconhecimento da contribuição que cada um pode dar ao andamento grupal.

Outra ideia a ser destacada no processo de aprendizagem coletiva da liderança, na prática, inclui a habilidade de partilhar o saber, ou seja, possibilitar que todos tenham a oportunidade de vivenciar e expor seu aprendizado. Essa partilha do saber e, portanto, do poder, reforça a importância de cada membro do grupo para a construção coletiva e para o estreitamento dos laços sociais, assim como o fortalecimento do sentimento de pertença ao grupo (LÉVY, 2007; BROTTTO, 1997).

As lideranças *comunitárias* (grifo nosso), afirma Dahrendorf (1992), impulsionam ações transformadoras que ainda não foram visualizadas pelos demais membros do coletivo. O conjunto de tarefas que líderes locais podem executar para a promoção do desenvolvimento local enumeradas por Kisil (2005) exige habilidades e competências distintas que superam as condições individuais de algumas lideranças. Mesmo com limites, o grupo pode realizar ações e estabelecer parcerias para potencializar os efeitos das ações, para agregar competências que contribuam para a promoção do DC. Assim, o maior desafio é o de descentralizar o poder e promover uma liderança circulante a fim de que as habilidades e competências individuais sejam desenvolvidas por todos, compatibilizando com as demandas locais para criar a engenharia do laço social (LÉVY, 2007, p.56).

Hunter traz a afirmação de que a “chave para a liderança é executar as tarefas enquanto se constroem os relacionamentos”. Se a chave é construir relacionamentos parece que a porta de entrada para o líder é a prestação de serviços. Não é a toa que este é um dos setores que mais cresce e é valorizado no mundo moderno. Em verdade, todas as pessoas são prestadoras de serviços. As indústrias e demais empresas produtoras, além de oferecer bens, oferecerem serviços. O poder público tem como referência a prestação de serviços e tem dado aos seus funcionários, o título de “servidores”. No terceiro setor, tanto a fundamentação das tarefas se dá através de relacionamentos e parcerias, como sua ação ou objetivo, em geral, é a prestação de serviços. Ou seja, todos os cidadãos são de alguma forma, servidores e/ou prestadores de serviço. E consumidores também.

E é nessa troca, nesse relacionamento, que se enriquecem as atividades profissionais, sociais, individuais e até domésticas. Aliás, um dos mais claros exemplos dado por Hunter, é o serviço da paternidade e da maternidade, onde os pais/adultos cuidam e

servem às necessidades (e não às vontades) dos seus filhos/crianças. Isso nos remete a outro conceito tratado por Hunter, que diz respeito ao verdadeiro sentido de ser líder: a alegria ou, se quiser, a felicidade. Acredita-se que todos querem alcançar a felicidade. É possível ser feliz, sem ser líder? Claro quem sim. No entanto, com certeza seríamos bem mais felizes descobrindo o valor de liderar através da prestação de serviço, especialmente na liderança comunitária:

A maioria dos grandes líderes que se apoiaram na autoridade tem falado dessa alegria - Buda, Jesus Cristo, Gandhi, Martin Luther King, até Madre Teresa. Alegria é satisfação interior e a convicção de saber que você está verdadeiramente em sintonia com os princípios profundos e permanentes da vida. Servir aos outros nos livra das algemas do ego e da concentração em nós mesmos que destroem a alegria de viver. (Hunter, 2004, p. 80).

Na promoção desta alegria de ser uma liderança comunitária naturalmente se cria o empoderamento comunitário. Segundo Horochovski e Giselle (2007), o debate sobre empoderamento conceitual tem se dado de forma mais frequente dentro do campo da psicologia comunitária. Para eles,

A definição de empoderamento é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. [...] (idem, 2007, p. 486).

Os autores ainda afirmam que empoderar é

o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. Como o acesso a esses recursos normalmente não é automático, ações estratégicas mais ou menos coordenadas são necessárias para sua obtenção (ibidem2007, p. 486).

É também neste sentido que a maioria das entidades sociais podem se tornar não só instrumentos de empoderamento comunitário dos moradores, como também ser um catalisador de parcerias e ações numa perspectiva de rede que vai além do próprio locus comunitário, gerando e levando os moradores a interagirem com outros atores e demais parceiros em reuniões, encontros, oficinas e outros espaços de troca de experiência. Assim, nesses espaços, sejam eles associações, sindicatos, Ongs, etc., as pessoas falam de suas necessidades pessoais e coletivas decidindo sobre suas vidas e se qualificam através da abertura ao diálogo e da participação democrática de todos, ajudando grupos e comunidades a desenvolverem seu real poder comunitário.

Já que a comunicação é base para o empoderamento comunitário, este vai criando “corpo” na medida em que o coletivo reflete e atua em seu cotidiano. Para tanto, é necessário dialogar e observar, analisando e sistematizando todo o processo vivido. Um dos instrumentos de empoderamento mais utilizado pela Educação Popular é a sistematização de atividades. De acordo com o avanço de suas ações é preciso que o grupo vá registrando, discutindo, avaliando, enfim, sistematizando sua prática não só para não se perder no meio do caminho como, também, registrar e avaliar erros e acertos. Segundo Souza (1998), sistematizar é refletir a partir da prática, identificando os conflitos e problematizando as contradições, buscando as relações entre tudo que é realizado pelo grupo. E é preciso que a sistematização aconteça de forma coletiva, trabalhando juntos em opiniões que ajudem a explicar o que se tem realizado. Essas experiências são tomadas para análise e interpretação por todos os atores. Muitas vezes, experiências interessantes caem no esquecimento em que foram realizadas e poucas vezes se dá conta do que ocorreu no acontecimento e realização das atividades e de suas contradições. Se a realidade é transformação contínua é preciso sempre analisá-la para podermos atuar melhor sobre ela mesma.

Figura 20 – Avaliação com os Aprendentes



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: Salema/Mamanguape/PB

A sistematização é uma ação que favorece a produção de saberes e permite que os atores a se apropriarem de sua experiência. Sendo fomentada a partir de educadores ligados à Educação Popular na América Latina, na década de 70 (SOUZA, 1998), atualmente ela ganha destaque em todo trabalho de promoção social, educação e desenvolvimento.

Por manter relações com os processos de avaliação a sistematização possibilita dar consistência a essa pesquisa como uma modalidade do tipo “estudo de caso”, onde se

qualifica pela descoberta e formulação das extensões subjetivas, mas sem perder a objetividade no trabalho produtivo, organizativo e político, por meio da reflexão sistemática ampliada pelos próprios atores deste trabalho.

Por fim, a sistematização dá sentido a toda e qualquer atividade humana, possibilitando a apropriação da experiência por aqueles que a vivem, dando aos seus atores a oportunidade de se autoanalisarem e descobrir seu real potencial. Nesse sentido, o empoderamento coletivo acontece nestas relações grupais de forma comunicacional, pois a base da formação do coletivo é o diálogo, dirigindo-se, inclusive, para a reestruturação da política do poder. É nessa direção que caminha a proposta de Habermas (1997) e Freire (1970) que apontam o diálogo como principal instrumento de empoderamento – libertação, organização e método organizacional, que possibilite um melhor exercício da cidadania e do real desenvolvimento comunitário.

Para que a cidadania aconteça é preciso haver espaço de negociação e diálogo. Para que o diálogo aconteça de forma fluente e horizontal é necessário que espaços comunitários democráticos sejam garantidos para realizar o debate e a discussão dos problemas coletivos. Estes espaços devem ser abertos – ou reabertos, ou mesmo criados – na comunidade e fora dela, de forma presencial e virtual. Eles se configuram, desde sua forma física/estrutural, como espaços para realização de atividades sociais, culturais e de debate político e também, na sua forma institucional, como espaços de discussão e embate sócio-político, tais como conselhos, fóruns, redes, encontros, planejamentos, orçamentos participativos, etc.

Esses espaços dizem respeito também ao lócus da efetivação da cidadania através dos diversos aparelhos estatais, seja nas relações de trabalho, seja na comunidade em que se vive. Nota-se que em alguns destes espaços sociais ainda falta uma forma de *comunicar+ação* mais engajada com as mudanças e debates importantes para a transformação social. A atividade social depende dos procedimentos de comunicação entre as pessoas da comunidade e entre a sociedade civil e a representação pública. Para entender melhor tal realidade vamos considerar aqui alguns conceitos sobre diálogo, cidadania, democracia e trabalho e entre o que é público e privado.

Em especial nos últimos livros de Paulo Freire, é possível encontrar declarações que, destacam a importância dos processos do diálogo e da comunicação na constituição do conhecimento. Numa de suas últimas declarações escritas, ao discutir sobre a questão do que seria “um pensar certo”, Freire afirma que é uma questão dialógica: “(...) não há

inteligibilidade que não seja comunicação”. (PASSETI; FREIRE, 1998, p. 42). O autor já havia tratado do assunto no livro *Pedagogia do Oprimido* e em demais obras, tratando o diálogo como matéria-prima da comunicação, na constituição de uma educação autêntica:

“Somente o diálogo, que implica num pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele, não há comunicação e sem esta, não há verdadeira educação (...) A educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo”(FREIRE, 1970, p. 98).

Porém, o que tem sido visto na sociedade atual é que o sistema capitalista impõe ao cidadão uma mordida e causa um constrangimento social que dificulta a organização social na comunidade. Muitas vezes, servidores de secretarias públicas do município ou do estado, agentes de ONGs, de associações de bairro e igrejas ou mesmo trabalhadores de empresas privadas, alegam não participar de atividades de reivindicação devido ao receio de perseguição política ou administrativa nas suas atividades profissionais e/ou organizações trabalhistas. Esping-Andersen (1991) afirma que os trabalhadores “dependem inteiramente do mercado e é difícil mobilizá-los para uma ação de solidariedade” (p. 13). O mesmo autor coloca que os assalariados encontram-se “estratificados no mercado, obrigados a competir, inseguros e dependentes de decisões e forças fora de seu controle. Isso limita sua capacidade de mobilização e solidariedade coletiva” (idem, p. 13/14). É nesse sentido que a alienação e a apatia social, dificultam o desenvolvimento de diversas organizações sociais que deveriam estar reivindicando melhorias para a comunidade.

De outra forma, Carvalho (2008) reforça que tal limitação social é consequência de que o processo democrático, em nosso país, se deu de forma inversa, porque se instalaram primeiro vários direitos civis/sociais, implantados em um período de supressão de direitos políticos e de redução dos direitos civis/sociais por um ditador populista; em seguida, veio a busca de conquistar outros direitos políticos, sob um regime de ditadura militar, onde o efeito e razão do voto, não representavam o ideal democrático (p.221). Assim, ainda hoje, tanto a conquista quanto a realização de muitos direitos civis/sociais não foi empreendida pela maioria da população. Consequentemente, tal população supervaloriza o poder executivo que passa a ser visto como “todo-poderoso”, porque promoveu os direitos sociais. Essa herança histórica que o brasileiro carrega é denominada, por Carvalho, de “*estadania*: uma cultura voltada mais para o Estado do que para a representação social, em contraste com a cidadania” (p. 221/222). Em consequência desta cultura política estatista surge uma visão corporativista dos interesses coletivos, que aumentam na medida em que a sociedade não consegue uma ampla organização mais autônoma e coletiva. No entanto,

[...] experiências recentes sugerem otimismo ao apontarem na direção de colaboração entre sociedade e Estado [...] o surgimento de Ongs que, sem serem parte do governo, desenvolvem atividades de interesse público. Estas organizações se multiplicaram a partir dos anos finais da ditadura, substituindo aos poucos os movimentos sociais urbanos (CARVALHO, 2008, p.227).

Da mesma forma em alguns governos municipais, o surgimento dos chamados *orçamentos participativos* (grifo nosso), onde a população opina na formulação e execução de políticas públicas, tem contribuído bastante para a organização e reivindicação dos direitos civis e trabalhistas da sociedade em geral (idem, p.228). No entanto, o autor assevera que o neoliberalismo, para além da redução do papel do Estado, acentuou o desenvolvimento da cultura de consumo, que atinge enormes massas da população mais carente, criando uma anomalia: as pessoas passam a reivindicar o direito ao consumo e a cidadania é vista como uma mera relação de consumo; esta cultura torna mais lenta a marcha em busca de melhores condições de vida para se exercer a cidadania (ibidem).

De outro lado, para se entender melhor esta relação dualista entre sociedade e indivíduo, Sader (2003) faz uma análise interessante entre o que é público x mercantil, estatal x privado: coloca tal dualidade como possibilidade de um discernimento entre os interesses que perpassam por todas as ações ligadas à sociedade, à economia e à política (2003, p.2 a 6) e define que esta ideia de dualidade é negativa e reforça a desconsideração daquilo que é estatal. Em outro sentido, tal prática escamoteia a realidade de exploração do trabalhador e coloca o privado como algo que possibilita a criação, a eficiência e a liberdade individual. Oculta a frágil articulação social coletiva e a fragmentação dos direitos civis. Sob a lógica neoliberalista, o sistema explicitamente reprime a cidadania e o indivíduo como sujeito de direitos, fundamentando tal desigualdade de forças entre “compradores e vendedores da força de trabalho” (VIANNA, 1978, p.27). Para este autor, existe uma batalha entre as naturezas humanas, entre ser cidadão e ser indivíduo.

De certa forma, estas duas concepções são acentuadas também por Habermas em sua teoria do discurso onde baseia os princípios do estado de direito com fundamento no princípio da soberania popular restaurado de acordo com a relação do poder comunicativo e o poder administrativo. Tal relação somente pode ocorrer por causa da tensão interna entre direito e política dentro do estado de direito. Habermas critica o capitalismo, afirmando que existe uma irracionalidade nas relações econômicas, sociais e políticas. Todavia, essa irracionalidade pode ser superada a partir do agir comunicativo, cuja configuração pressupõe o reconhecimento dos outros participantes da comunicação (HABERMAS, 1994, p. 209).

Para Habermas (1997) toda sociedade é por si mesma sociedade política. Por

consequente, a democracia deliberativa é sinônima de auto-organização política da sociedade. A formação da opinião pública tem um poder comunicativo que pode direcionar o poder administrativo. Além do mais, é importante lembrar que a política é semelhante a uma arena, na qual processos de poder emergem. Portanto, todos os assuntos a serem regulados pela política precisam ser discutidos publicamente. No entanto, o autor destaca que é importante distinguir os assuntos “privados” dos “públicos”, os discursos “limitados” dos “ilimitados”. Isso porque a esfera íntima deve ser resguardada da curiosidade e dos olhares críticos das outras pessoas que não têm relação com o assunto em questão, bem como também nem tudo o que é ocultado realmente não deve ser colocado para um debate público (p.35/39). A revelia do pensamento habermasiano, o que vemos na realidade brasileira é um poder que se configura como corporativista, escamoteando e favorecendo interesses de pequenos grupos hegemônicos que solapam os interesses da grande maioria e escamoteia o debate público aprovando leis e promovem mudanças no sistema público administrativo à revelia da coletividade. Mais ainda: segundo Vianna, o poder do Estado envolve a ação manipulativa de manter um domínio do que é intelectual e moral segundo seus aparelhos ideológicos, em detrimento da real organização e demanda social (p. 44) referindo-se que não é saudável para a sociedade que o Estado, seguindo a proposta do modelo neoliberalista, contribua para um dualismo semelhante ao do estado de assistência social, onde “os mais pobres contam apenas com a ajuda do Estado” (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Faz-se urgente que se concretize a primazia do público sobre o privado, ou seja, que o privado se subordine ao público, ou ainda, segundo a filósofa Hanna Arendt (2004), que a economia se subordine a política. Para a autora, a política é a atividade humana que diz respeito à ideia da coletividade e da cidadania definida no próprio espaço público, onde a liberdade e a igualdade política entre homens e mulheres se referem à construção coletiva da sociedade e do governo, especialmente no direcionamento de suas ações. A esfera pública política deve ser revigorada contra “o privatismo de uma população despolitizada [...], para que uma cidadania regenerada possa (re) apropriar-se do poder burocratizado do Estado, imprimindo-lhe formas de uma auto-administração descentralizada” (idem, p. 20). Então, a ação política é uma atividade essencialmente coletiva e solidária, que depende inteiramente da participação dos cidadãos envolvidos num determinado território. Nesse sentido, a esfera da política se diferencia da esfera da economia, que se refere à casa (oikia), ao espaço da necessidade, do privado, da família e da hierarquia. Contudo, na prática da política contemporânea, pequenos grupos de interesses se beneficiam e dominam essa esfera, rompendo com a igualdade política, não reconhecendo o dissenso, e inviabilizando o debate

político e público (ARENDR, 2004).

Para ela, a crise que vivemos não é só econômica: é também política, já que ela se dá a partir da mistura (e até sobreposição dos interesses de pequenos grupos dominantes) dos espaços da economia, provocando a justificativa do “status quo” dessa minoria e da criação de uma esfera híbrida, o “social” (aqui percebido como o coletivo, a maioria), onde os interesses privados passam a ter importância pública sobrepujando os interesses mais amplos. Além disso, a sociedade atual impõe regras que buscam normatizar e confinar os comportamentos, abolindo a participação da maioria dos cidadãos, configurando, Então, a passividade diante da possível mudança e recuperação do valor e da distinção dos aspectos políticos e econômicos.

Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis (ARENDR, 2004, p.64).

Além destes espaços públicos serem necessários para a manutenção de instrumentos que viabilizem o debate entre os diversos grupos/interesses sociais, é preciso recuperar o conceito de trabalho como espaço real de participação e debate. Tomando por base a crise contemporânea da nossa democracia e levando-se em conta o regime de regulação capital-trabalho predominante na nossa sociedade, pautado em relações de trabalho precárias e na desigualdade social, pode-se afirmar que o capitalismo tem conseguido se desenvolver nos países onde não se possibilitam o debate sobre melhores distribuições de renda porque, ao longo dos anos, isso tem auxiliado na repressão dos movimentos sociais e, em especial, o movimento das classes trabalhadoras e, com isso, “a flexibilização dos direitos do trabalho e o medo do desemprego passou a coagir muito mais brutalmente a capacidade organizativa dos trabalhadores” (COSTA, 2010, p.172). Também para Mattoso (apud COSTA, 2010), o desemprego, o trabalho autônomo e as *cooperativas de fachada* (grifo nosso) provocaram a desestruturação do mercado de trabalho e a ampliação da informalidade no país. Tal processo se constitui para Weber em

(...) dominação puramente condicionada pela situação do mercado ou por situações de interesses pode ser sentida parcialmente por sua falta de regulamentos como algo muito mais opressivo que uma autoridade expressamente regulamentada na forma de determinados deveres de obediência (1999, p. 191).

Costa (2010) explica que a precariedade nas relações de trabalho desenvolvidas na última década tem sido avigorada na medida em que empresários avaliam que vale a pena

“sonegar e ludibriar”, porque os custos de uma possível descoberta e/ou punição do crime são compensados pelos ganhos decorrentes da sonegação. Os governos não exercem seu papel de controle e de fiscalização destas relações e a trajetória do crescimento econômico do Brasil, cujo ápice ocorreu na década de 70 no âmbito do mercado formal de trabalho, atingiu apenas 50% da população economicamente ativa empregada no meio urbano. (POCHMANN, apud COSTA, 2010). Esse fenômeno de exclusão fez expandir uma disparidade enorme em relação às formas de trabalho informal, principalmente aquele realizado por pequenas empresas urbanas e/ou rurais e em formas de trabalho autônomo e doméstico, à margem dos padrões de contratação e assalariamento descritos pela legislação trabalhista e social. Bobbio (2007) afirma que se torna urgente que cada cidadão tome consciência de que pode e deve contribuir para o bem comum, mesmo ocupando cargos públicos que são pagos com os salários de nossos impostos. Bobbio destaca que todos os cidadãos são, ao mesmo tempo, independentes e ineficientes nas democracias, pois que poucos podem realizar sozinho, mudanças estruturais e, ao mesmo tempo, ninguém é capaz de obrigar seus semelhantes a lhe emprestar a sua cooperação, ou seja, “se não aprenderem a se ajudar publicamente, caem todos na impotência” (Bobbio, 1987, p.81).

Portanto, é enorme a necessidade de reorganização social e de mudanças estruturais no país, mas que sejam de forma efetiva e duradoura, pois é necessária a afirmação contra o modelo liberal que mercantiliza tudo e todos; é necessário tornar os direitos civis/sociais fundamentais e a democracia social prioridade absoluta neste país. Assim, podemos observar que o problema maior não está na informalidade em si, mas na forma como a sociedade trata a *coisa pública* (grifo nosso) e como distribui suas riquezas, ou seja, cuidar para que haja menos desigualdade econômica-social (COSTA, 2010, p. 187; CARVALHO, 2004, p. 229). Para que haja um sistema de distribuição de renda mais equitativo, no qual a prioridade do Estado seja não só diminuir a busca desenfreada dos empresários por dinheiro (lucro) e poder – e, portanto, dominação, mas também, implementar políticas públicas baseadas no princípio da cidadania e do estado democrático de direitos. Mais que isso, é necessário resgatar e fortalecer os movimentos e organizações sociais que buscam a cidadania e a igualdade de trabalho, uma vez que, em princípio, estes movimentos têm poder de intervir nos meandros políticos (e econômicos) na busca coletiva do consenso visando contribuir para o bem estar de todos/as que buscam melhorar a qualidade de vida e o Desenvolvimento Comunitário. Um dos caminhos percorridos pelo Projeto Ecofeira Iandé é o fortalecimento comunitário através das discussões e articulações políticas da Redes de Apoio Solidário e o processo de educação popular através da Oficinas Pedagógicas.

3.2 Aprender na coletividade da Comunidade: Oficinas Pedagógicas (OPs)

Figura 21 e 22 – Oficinas Pedagógicas no bairro Areial



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: bairro Areial/ Mamanguape/PB

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2012, “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde” (PNUD, 2012). Sendo assim, acredita-se que os níveis em que se encontram as relações de aprendizagem numa comunidade ou grupo é um grande indicador de IDH.

Na verdade, a aprendizagem é o sustento da formulação de estratégias emergentes e criativas pressupondo abertura e mudança de atitude partindo do individual para o coletivo, repercutindo em mudanças na própria comunidade. Tal pressuposto orienta pensar a aprendizagem como resultante de um processo que se inicia em nível individual sem, no entanto, desvalorizar as relações deste com o coletivo, de forma a preservar os princípios da cidadania. Segundo Hermida, na proposta elaborada pela sociedade civil para o Plano Nacional de Educação - PNE, a educação fundamental, tem como padrões de excelência as formulações sociais adequadas aos interesses da maioria. Por isso a educação deve preservar uma série de valores fundamentais, dentre eles solidariedade, justiça, honestidade, autonomia, liberdade e cidadania (HERMIDA, 2011). Tal proposta é promulgada como objetivo geral no Projeto de Lei n.º 1.258/88 que determina que a educação deva promover “o desenvolvimento omnilateral dos educandos, de modo a torná-los aptos a participar ativamente na sociedade” (Cap. 3, artigo 16). Pode-se dizer que a educação, de forma geral, também tem como objeto as

experiências coletivas e, portanto, a troca de experiências entre os educandos como meio de gerar aprendizado e conhecimento.

No caso das Oficinas Pedagógicas, essas visões e práticas podem ser compartilhadas e exploradas pelos participantes através de reuniões mensais, seminários, encontros e informações presenciais ou virtuais, versando sobre temas relacionados à gestão de atividades. Devido à importância dada ao compartilhamento de experiências via encontros grupais, a aprendizagem faz referência “às mudanças que ocorrem no comportamento do indivíduo não resultantes unicamente da maturação, mas de sua interação com o contexto” (ABBAD e BORGES-ANDRADE, 2004, p. 238).

Compreende-se, então, que o ciclo do aprendizado iniciado em um indivíduo pode repercutir no aprendizado grupal. Desta forma, as estratégias de aprendizado através das quais se dão as trocas de experiências podem ser configuradas como intercâmbio de ideias, de informações e de experiências em diversos níveis. No estudo de Bloom (1973) são considerados três níveis de aprendizado: o cognitivo, o afetivo e o psicomotor. O caminho da aprendizagem no domínio cognitivo se estrutura em seis níveis: o conhecimento; a compreensão; a aplicação; a análise; a síntese e a avaliação. O autor também apresenta outras dimensões da aprendizagem relacionadas aos aspectos afetivos (domínio social e emocional), cognitivos (domínio intelectual) e psicomotores (domínio físico) [BLOOM, 1973, p.78]. Acredita-se que tais níveis de aprendizagem podem ser atingidos não só pela educação formal como, também, seguindo princípios formulados pela Educação Popular Solidária.

A Educação Popular Solidária é compreendida a partir de como uma construção social expressa os conflitos inerentes ao mundo do trabalho e, portanto, do modelo do campo de pacto entre os diversos atores sociais, articulando-se por meio da sustentabilidade social e ambiental e tendo como objetivo o desenvolvimento estratégico em todos os níveis territoriais. No domínio dos atores da Economia Solidária, o debate sobre a educação dos trabalhadores/as progrediu para um conjunto de diretrizes políticas metodológicas que foram sistematizadas na 1ª Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária (OFIINAS SENAES/MTE, 2006), considerando os seguintes eixos:

- Educação Popular: o processo de educação em Economia Solidária deve ser apontado pelos princípios, práticas, fundamentos e metodologias da educação popular, o que requer intercâmbio com redes e organizações que tem como ponto de partida essa perspectiva educativa (círculos de cultura, aprendizagem partindo da leitura do mundo, de si e da cultura formal);

- Pedagogia da Alternância: deverão ser valorizados e recuperados os acúmulos da

pedagogia da alternância, que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, beneficiando os conhecimentos que sejam invariavelmente experimentados, aprimorados e ampliados;

- Intersetorialidade e complementaridade: articulação com outras ações e políticas de fomento e apoio à ECOSOL, tais como: assistência técnica, assessoria, promoção do desenvolvimento local e de novos estudos, incubação, pesquisas e tecnologias aplicadas à ES, crédito e finanças solidárias e etc.

Outros conceitos discutidos no documento é o reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores/as envolvidos nos atos autogestionários e a gestão participativa, ativa e consciente de representantes da Economia Solidária na concepção e na coordenação política-pedagógica dos CFES⁷ (OFICINA/MTE, 2006).

Nesta perspectiva, as OPs são criadas como processo real e concreto de Aprendizagem Solidária. A troca de experiências se dá inicialmente entre os aprendentes na metodologia das OPs. Ela é uma das metodologias centrais utilizadas para práticas da Educação Popular Solidária. Nestas oficinas há um espaço voltado ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por educadores/mobilizadores onde estão disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas áreas da aprendizagem ou desenvolvimento profissional.

As oficinas são estratégias pedagógicas que incentivam a participação das pessoas, estimulam o interesse coletivo e criam um clima de confiança, permitindo que se fale, por exemplo, sobre a fome, a desnutrição e doenças sem expor as pessoas a situações constrangedoras ou comprometedoras. Cabe ao educador motivar sempre o debate e a expressão de diferentes pontos de vista, a valorização de sua opinião e de sua maneira de expressá-la, a reflexão e o pensamento crítico e a busca da informação (OESTERREICH, 2008, p.02).

O educador/mobilizador pode usar toda essa diversidade de atividades, mas pode escolher aquelas que ele considera as mais adequadas ao seu grupo, fazendo ajustes, acréscimos e adaptações para atender às especificidades dos grupos. É importante que cada grupo recrie ou construa as suas próprias atividades.

As OPs trabalham também com a Pedagogia da Presença. No âmbito de uma visão mais temporal do surgimento das OPs ligadas à realidade da aprendizagem, esta pedagogia é caracterizada pela inserção da instituição na vida do aprendente e, por isso, o que caracteriza o apoio psico-sócio-educativo destas oficinas é a presença de atores consorciados

⁷ O Centro de Formação em Economia Solidária– CFES – é um dos principais organismos promotor da orientação e princípios da Educação Popular Solidária e da Qualificação Social e Profissional dos diversos grupos, urbanos e rurais, espalhados por todo o Brasil.

como sinergia de desenvolvimento da aprendizagem de suas individualidades.

A Pedagogia da Presença representa um passo na direção do grande esforço, que se faz necessário, para a melhoria da qualidade da relação estabelecida entre educador e educando, tendo como base a influência construtiva, criativa e solidária favorável ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens (COSTA, 2001, p.04).

Acrescenta-se a esta relação de aprendentes acima citados por Costa, adultos e pessoas da terceira idade, especialmente as mulheres, já que estes estão diretamente inseridos no âmbito do atendimento relacionado à Economia Solidária. Não se está cogitando, apenas, do aspecto exterior da presença, senão do envolvimento inteiro da instituição educativa e dos seus participantes com o aprendente, possibilitando-lhe ir construindo, com segurança, uma *aprendizagem auto compreensiva* (grifo nosso), inteiramente focada na valorização e no aprofundamento do que é positivo para o aprendente.

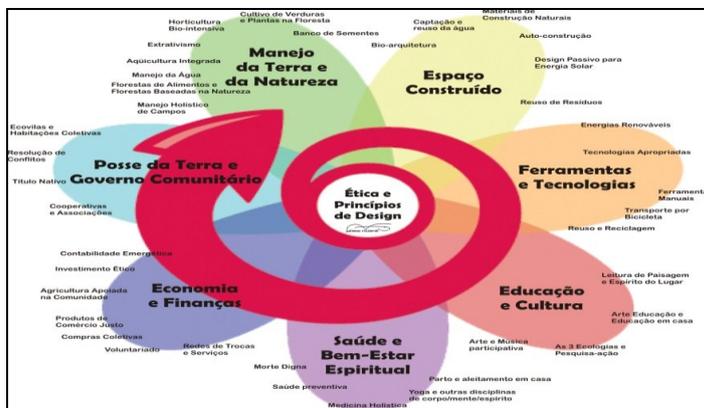
Para Costa (2001) o desenvolvimento pessoal e social é composto por degraus que ele chama de níveis, onde se encontra no seu alicerce a *identidade* e em seu topo a *plenitude*. Dentre estes diversos aspectos se destaca a identidade que é necessária para, primeiro aceitar-se e compreender-se e só depois aceitar e compreender os demais; a *resiliência* que é a capacidade de resistir à adversidade e de utilizá-la para crescer onde cada pessoa é capaz de trazer dentro de si; a *plenitude*, que são aquelas oportunidades e momentos de culminância na vida de uma pessoa em que o querer e o ser se encontram [grifos do autor] (COSTA, 2001).

Estas dimensões têm responsabilidade objetiva na superação direta de dificuldades e limitações pessoais por parte do aprendente. É necessário não perder de vista que a dimensão básica da Pedagogia da Presença, marca registrada das OPs aqui enfocadas, é destacar o que há de positivo no aprendente para que ele possa desenvolver plenamente suas efetivas possibilidades humanas, retomando sua autonomia inserida como uma unidade holística que permite o acesso a uma forma de representação de si. Segundo Maturama, "sem aceitação e respeito por si mesmo não se pode aceitar e respeitar o outro, e sem aceitar o outro como legítimo outro na convivência, não há fenômeno social" (MATURAMA, 1999, p. 31). Tal fenômeno ocorre no cotidiano da vida social onde a interação se faz presente. E para trabalhar com as incoerências que naturalmente surgem no convívio em grupo, é preciso ter entendimento da importância da autoaceitação e do autorrespeito. Outro aspecto a ser considerado nestas oficinas são seus conteúdos relacionados à Agroecologia e à Permacultura. Essas duas ciências ajudam no processo de construção e difusão de uma cultura sustentável, tanto na manutenção do projeto como nas atividades eco pedagógicas.

— Permacultura: cultura permanente do urbano ao rural

A Permacultura foi desenvolvida inicialmente pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren na década de 70 e se baseia no estilo de vida integrado à natureza das comunidades aborígenes tradicionais e clássicas da Austrália. O termo inicialmente queria significar agricultura permanente (*permanent agriculture*), e mais tarde passou a ter o sentido de cultura permanente (*permanent culture*).

Figura 23 – Mandala de Permacultura



Acervo do pesquisador/ 2013

A ideia inicial de sustentabilidade ecológica da Permacultura se concretizou na sustentabilidade de todo e qualquer assentamento humano local (ENLAZADOR 2011, p.07), seja na zona urbana ou rural. É um método sistêmico que busca manter sistemas socialmente justos e em escala humana, tendo como base fundamentos básicos que envolvem a natureza, integrando construções, plantas, animais e pessoas em um ambiente produtivo e com harmonia e estética. Além disso, visa proporcionar uma forma sistêmica de se considerar o mundo e os vínculos entre todos os seus componentes.

Diante do fato de que culturas não podem sobreviver sem uma base agrícola sustentável e uma ética no uso da terra, a Permacultura lida com plantas, animais, edificações e infraestruturas como água, energia e comunicações e as relações que podem ser estabelecidas entre estes elementos e os seres humanos, [...] Por isso, a Permacultura pode ser classificada como um sistema de desenho para a criação de ambientes humanos sustentáveis, economicamente viáveis e ecologicamente corretos. A ideia é produzir um sistema de apoio à vida para a cidade ou a zona rural, aplicando qualidades inerentes das plantas e animais combinadas com características naturais dos terrenos ou edificações, utilizando a menor área possível (INSTITUTO PERMACULTURA DA BAHIA, 2012).

Partindo de uma cultura permanente do lugar, se pode estabelecer em nosso cotidiano costumes e hábitos de vida simples, ecológica e de um estilo de cultura integrada direta e equilibrada com o meio que se vive, buscando manter diariamente atividades de produção referentes não só a abrigo, alimento, transporte e saúde, como também à educação e energia renovável.

Permacultura é a utilização de uma forma sistêmica de pensar e conceber princípios ecológicos que podem ser usados para projetar, criar, gerir e melhorar todos os esforços realizados por indivíduos, famílias e comunidades no sentido de um futuro sustentável. (ENLAZADOR 2011, p.06).

Na sua afinidade com a atividade agrícola a Permacultura faz uma fusão entre as práticas tradicionais com ideias inovadoras, unindo o conhecimento secular de vários povos às descobertas da ciência moderna, proporcionando o desenvolvimento agregado da propriedade rural de forma segura e viável para aqueles que vivem da agricultura familiar. Por isso, a permacultura foi também sendo difundida junto aos princípios da Agricultura Natural, criada pelo japonês Masanobu Fukoka (FUKOKA, 2001).

Os pilares da Permacultura na sua forma contemporânea são o cuidado com as pessoas, cuidado com a Terra e repartir os excedentes – o equilíbrio dos ecossistemas saudáveis utiliza as sobras de cada elemento para nutrir os outros.

Entre os princípios da Permacultura se destacam: observar e interagir; captar e armazenar energia; obter rendimento; praticar autorregulação e aceitar retorno; usar e valorizar os serviços e recursos renováveis; integrar em vez de segregar; usar soluções pequenas e lentas; usar e valorizar a diversidade (WIKIPÉDIA, PERMACULTURA, 2013).

Entre as diversas ciências e movimentos aglutinadores dos princípios da Permacultura se encontram a Agroecologia e o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS).

— Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)

Figura 24 e 25 – Oficinas Pedagógicas em Salema



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: bairro de Salema/ Rio Tinto/PB

Seguindo princípios semelhantes ao da Permacultura, o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), nas últimas décadas, tem sido apontado como um dos grandes desafios da sociedade moderna. O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da atual geração sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

A temática do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) faz parte dos debates sobre desenvolvimento como categoria inovadora, introduzindo fatores que contrapõem o modelo tradicional adotado pelos governos de planejar o desenvolvimento. Arraigado na desconstrução do viés do crescimento econômico, os pressupostos do DLS partem da reformulação das forças existentes no local para a efetiva definição de um processo de desenvolvimento participativo e autossustentável, apostando na melhoria integral da qualidade de vida da população. (BRITO e RIBEIRO, 2009 p. 03).

É justamente esta população agrícola que, através da Agricultura Familiar tem importante colaboração no abastecimento de alimentos em nosso país. Apesar de representar uma significativa parcela na produção nacional, os agricultores familiares ainda carecem de sistemas de produção apropriados à sua capacidade de investimento, ao tamanho de suas propriedades rurais e ao tipo de mão-de-obra empregada (ARMANDO, 2002).

Em entrevista dada para o Instituto Humanitas Unisinos, José Tardim afirma que

A reforma agrária é uma política estrutural fundamental para criar uma ampla base de agricultura camponesa no país, que possa, nesse momento, ampliar em larga escala a produção de alimentos básicos e a garantia de uma soberania alimentar, assim como produzir trabalhar com uma agricultura ecológica, no sentido de produzirmos alimentos saudáveis para a vida (TARDIM, 2008, p.4).

Contudo a agricultura não pode ser excepcional no fomento econômico para o desenvolvimento do meio rural. A estratégia seguida pelos agricultores familiares tem sido vincular as atividades agrícolas com outras atividades econômicas, tornando-se uma opção para a melhoria da qualidade de vida e o aumento da renda. Assim, fica conectado à formulação de saberes científicos e acadêmicos o resgate de saberes de comunidades camponesas e indígenas tradicionais, buscando a unidade e a cooperação desses distintos saberes na constituição da Agroecologia.

Tardim ainda assevera que a Agroecologia incide numa perspectiva alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente sustentável e viável. O conceito pode ser visto de vários ângulos: como ciência, como movimento e como prática. Desta forma, a Agroecologia não permanece de forma isolada, mas agrega conhecimentos de outras ciências de forma integrada, onde saberes tradicionais e populares são oriundos das experiências de agricultores familiares de comunidades camponesas e indígenas.

Em 1928, a palavra “Agroecologia” foi utilizada pela primeira vez pelo agrônomo

russo Basil Bensin (WEZEL, A., SOLDAT, V., 2009, p. 07). A partir desta data, os critérios de sustentabilidade aconselharam que as discussões para uma agricultura sustentável devessem garantir a preservação dos ecossistemas naturais, dos recursos hídricos e do solo, além de realizar uma melhor segurança alimentar. A partir da década de 70, quando alguns pesquisadores em agronomia começaram a perceber o valor da ecologia nos sistemas agrícolas, o termo começa a ser mais utilizado e trabalhado com mais determinação, sendo incluída tanto como ciência integradora como campo de produção científica, preocupada com a aplicação direta de seus princípios na agricultura, na determinação e estabelecimento de novas formas de relação entre natureza e sociedade e na organização social. Esta direção “acabou por influenciar outra perspectiva muito próxima: o interesse pela diversidade local e regional das condições de produção e de melhoria dos solos” (ALMEIDA, 2004, p. 04).

Apresentando um conjunto de princípios, conceitos e metodologias a Agroecologia é uma ciência de caráter multidisciplinar que permite analisar e avaliar ecossistemas, aprofundando o estudo e o planejamento das intervenções humanas em função do DRS. Para tanto, tais ecossistemas através das transformações energéticas, dos processos biológicos e das relações socioeconômicas se constituem como o centro de onde se busca uma análise das relações e transformações de forma sistêmica (ALTIERI, 1989, p. 85). O principal objetivo da pesquisa agroecológica é a otimização do equilíbrio do ecossistema que acontecem nestas unidades geográficas, sociais e culturais, e não a maximização da produção de uma atividade. Ela serve como base para reorientar ações de ensino, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes ecossistemas. A inovação metodológica proposta pelos estudos agroecológicos permite o entendimento acerca da Agroecologia como ciência, como movimento e como prática dedicada ao estudo das relações produtivas entre homem-natureza, visando sempre às diversas sustentabilidades (idem).

A Agroecologia é uma ciência e uma prática que cresce cada vez mais e, na década de 80, especialmente no Brasil, são as organizações não governamentais – ONGs – que passam a promover e divulgar a Agroecologia em todo mundo (BENTHIEN, 2007). E são justamente as Ongs quem tem acompanhado e mobilizado o pequeno agricultor e sua família a criar novos vínculos e práticas Agroecológicas buscando a organização coletiva e a cobrança de políticas públicas.

Segundo Gonçalves (2009) a prática agroecológica e agropecuária para sistemas de produção lutam contra a produção centrada no atrelamento de insumos químicos e na alta mecanização da monocultura, além de reprovar a exploração do trabalhador rural, a

concentração de terras produtivas e o consumo externo e não local da respectiva produção. Tal postura faz oposição e frente direta ao agronegócio já que as práticas agroecológicas se baseiam na força de trabalho familiar, na pequena propriedade e em sistemas produtivos diversificados e complexos, harmonizados às condições locais e ligados a redes regionais de distribuição e produção de alimentos.

Assim, ao se falar em conversão, busca-se uma nova poção mágica ou caixa preta, que substitua a caixa preta do agroquímico. Tanto para a maioria dos agrônomos como dos agricultores, o que lhes ocorre é a substituição de *um* produto indesejável por *outro* que satisfaça as normas da agricultura orgânica. Está criado o problema. Primeiro, porque na natureza raramente *um* problema tem *uma única* causa, *uma única* consequência ou *uma única* solução. Segundo, porque afora algumas poucas exceções, a maioria dos problemas é resolvida na agricultura orgânica com processos. [s do autor] (KHATOUNIAN, 2001, p.296).

Tais atividades são consideradas métodos de resistência da agricultura familiar já que as paisagens de cultivo são tratadas de maneira homogênea perante a exclusão social e rural destes agricultores.

O sistema agroalimentar atual, como resultado da articulação de sistemas agropecuários global e financeiramente mercantilizados, dependentes da energia fóssil e da aplicação sistemática de uma variedade notável de venenos agrícolas, sob os modelos produtivos vinculados ao paradigma científico que dirigiu a internacionalização da agricultura industrializada, vem mostrando cada vez mais os seus limites concretos. Travestido do pseudônimo *agronegócio* (*tradução ipso literis de agribusiness*), como se tudo relativo ao sistema agroalimentar pudesse ser denominado apenas de *agronegócio*, o modelo agrícola (convencional) atualmente vigente no Brasil faz tornar ainda mais aguda a crise relativa à utilização irresponsável dos recursos naturais. (MOREIRA, 2012)

De acordo com Ivani Guterres (apud BENTHIEN, 2007, p.78), no atual sistema de desenvolvimento capitalista vivemos uma “crise conjuntural”, onde esta teria sido aguçada pelo modelo de exploração do agronegócio, incentivando as privatizações, a mercantilização da terra e a precarização das condições de trabalho no campo. Para a pesquisadora, são fundamentais os progressos nos estudos científicos na área da agricultura ecológica alternativa e o resgate de saberes tradicionais pela própria comunidade visando a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis,

Segundo o Portal Ambiente Brasil (2010), em nosso país, o segmento da Agroecologia é ainda incipiente, tanto no que diz respeito às projeções de seus produtos no mercado interno quanto ao número de produtores que passaram pelo processo de transição. Porém, com a divulgação e a promoção cada vez mais constantes da Agroecologia, esse mercado, ainda predominantemente hortifrutigranjeiro, tende a aumentar.

Para ter uma ideia dos atuais avanços da Agroecologia, o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras ações governamentais, ainda que fragmentadas, também buscam robustecer esse vínculo com a Agroecologia por meio de financiamento de redes, projetos e ONGs ou mesmo através de linhas de crédito. Desde a safra 2003/2004, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) criou novas modalidades para o PRONAF, dentre elas, o PRONAF Agroecologia, que ampara aqueles que já estão em processo de transição agroecológica, ou seja, agricultores familiares preocupados em não utilizar insumos químicos (SCHNEIDER, S. Mattei, L.; CAZELLA, A. A, 2004, p. 21-50).

Para Campos (2012) a Agroecologia também serve para apoiar o processo de conversão do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica e, também, a transformação do modelo convencional de desenvolvimento (que tem como parâmetro somente a questão econômica) aos processos de DRS. Assim, sugere ferramentas teóricas e metodológicas que consideram de forma integrada as seis dimensões da sustentabilidade: a ecológica, a ética, a social, a cultural, a política e a econômica. Também segundo Dias (1992, p. 09), a educação Ambiental, se caracteriza por incorporar tais dimensões, o que significa que ao tratar de qualquer problema ambiental, todas as dimensões devem ser consideradas:

- A dimensão ecológica diz respeito à preservação e conservação dos recursos naturais como condição essencial para a sequência dos processos de reprodução socioeconômica e cultural da sociedade, numa perspectiva atual e futura, particularmente quanto à produção agropecuária.
- A dimensão ética traz considerações relevantes sobre o que está em risco não é propriamente a natureza, mas a vida de todo o planeta, devido à forma como tratamos e destruimos os recursos naturais. Desta forma, exige pensar e fazer viável novos valores que estimulem tanto a solidariedade como as novas responsabilidades das pessoas com respeito à preservação do ambiente.
- A dimensão social inclui a busca incessante de melhor qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade elevada cultivados com tecnologias limpas e sem agrotóxicos, advindas de opções sociais de natureza ética ou moral.
- A dimensão cultural inclui os valores locais das populações rurais bem como seus saberes e conhecimentos que precisam ser utilizados como ponto de partida e de chegada aos procedimentos de desenvolvimento rural espelhando a “identidade cultural” das pessoas que vivem e trabalham em um agroecossistema. Nesse contexto deve-se respeitar e considerar a necessidade de operações que respeitem a cultura local.

- A dimensão política deve ser concebida a partir das práticas e de ideais culturais e políticos dos diversos grupos sociais envolvidos, considerando suas relações de diálogo e integração com a sociedade, por meio de representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e sociais, considerando o contexto dos processos democráticos e participativos que se desenvolvem a produção do DRS.
- Por fim, a dimensão econômica visa à integração de outras atividades econômicas às atividades agrícolas e esta tem sido a estratégia adotada pelos agricultores familiares, tornando-se uma alternativa para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida. Todos os resultados econômicos obtidos pelos agricultores, bem como sua forma de partilha, são elementos-chave para fortalecer o movimento da Agroecologia e do DRS.

Para Campos,

o desenvolvimento endógeno é o elemento fundamental dessa tática, pois valoriza os recursos e processos locais, recriando a heterogeneidade no meio rural por meio da participação ativa dos habitantes na gestão e controle do desenvolvimento, como forma de criar soluções tecnológicas específicas para cada agroecossistema, respeitando a cultura local e os princípios coletivos e comunitários (2012, p.04).

Campos ainda assevera que a elaboração do plano de DRS em bases agroecológicas define-se também por outros princípios, dentre eles, o da integralidade, da harmonia, da autonomia de gestão e controle e da minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas. Estes princípios são caracterizados como integrais, endógenos e sustentáveis, criando assim, novamente, a ideia de rede, característica comum entre as feiras solidárias e outras ações de ECOSOL, como por exemplo, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), que são instrumentos utilizados pela Economia Solidária para desenvolver processos de produção e comercialização solidária de forma autogestionária e comunitária (INSTITUTO PALMAS, 2013). Os objetivos e ações do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) apontam para semelhantes princípios da Economia Solidária e, portanto, do Desenvolvimento Comunitário Sustentável (DCS), bem como se reconhece a proximidade da Agroecologia e da Permacultura com a Economia Solidária, seja utilizando a Educação Popular Solidária nas OPs, seja utilizando a metodologia de redes para apoiar a formação de Empreendimentos de Economia Solidária – EES – formados a partir da produção de hortas orgânicas e compostagem e plantas medicinais. A Rede de Apoio Solidário e as Feiras Agroecológicas também são classificadas como Empreendimentos de Economia Solidária.

3.3 Rede Solidária: o que é e para quê serve

Figura 26 – inauguração da RESSOAVALE



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: Centro/ Mamanguape/PB

A Rede Solidária é uma rede social e, segundo o economista Paul Baran (apud JUNIOR [org.] et al., 2011), as redes sociais, em geral, podem ser espontâneas ou organizadas. Geralmente, uma rede social espontânea é um agrupamento não planejado de pessoas que têm valores ou objetivos parecidos. Uma rede social organizada pode acontecer a partir da união entre pessoas ou organizações que partilham valores e objetivos comuns, ligadas por vários tipos de relações. Baran afirma que as redes possibilitam relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes. Um ponto comum entre os diversos tipos de rede social é o compartilhamento de esforços, informações, interesses e conhecimentos em busca de objetivos e resultados compartilhados. Para que de fato novas ideias e processos interativos possam colaborar para o intercâmbio da informação e para a aquisição de conhecimentos é necessário desenvolver ações que a mobilizem e criem sustentabilidade.

Segundo este autor há 03 tipos de redes sociais:

Figura 27 – modelo de redes sociais de comunicação



Acervo do pesquisador/ 2013

Note-se que os nodos estão no mesmo espaço, o que muda nos três desenhos é o desenho, ou seja, a configuração dos fluxos. Se observar, cada conexão representa uma relação de poder e nesses três modelos poderia estar representada sua maior ou menor concentração de poder; as redes sociais centralizadas possuem um núcleo rígido, que pouco se altera e dele parte os demais fios e nodos/conexões. Já as redes descentralizadas possuem diversos núcleos, no entanto, cada núcleo possui uma central distribuidora de decisões e deles se irradiam os demais fios e nodos/conexões. A rede distribuída, pelo seu próprio conceito, é a rede onde há maior igualdade na estrutura de poder, onde os componentes não estão hierarquizados. Já as redes centralizadas e descentralizadas demonstram, necessariamente, redes hierarquizadas e com estruturas de poder bem marcadas e concentradas em determinados setores.

Para que realmente novas ideias e processos interativos possam contribuir para a aquisição de conhecimentos e trocas de informação é necessário desenvolver ações que a mobilizem e criem sustentabilidade. As redes são responsáveis pelas articulações entre diferentes atores que interagem entre si, fortalecem todo o conjunto e também são fortalecidas por este, permitindo a expansão em novas unidades ou mantendo um equilíbrio sustentável no conjunto. “Cada nódulo representa uma unidade e cada fio um canal por onde as unidades se articulam através de diversos fluxos” (MANCE, 2006. p. 35).

Em 1972, Barnes (apud ACIOLI, 2007. p.03) defendeu uma concepção de estrutura social de rede enquanto rede de relações institucionalmente não controlada ou definida, sendo um espaço onde, “a ideia que permeia a metáfora de redes é a de indivíduos em sociedade, ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em conflito entre si.” Para ele não existe uma teoria de redes sociais, sendo possível a adaptação da noção de rede para diversos tipos de teorias. A concepção básica de redes seria a de que a configuração de vínculos interpessoais entrecruzados é de forma inespecífica, conectados às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade. Devido as constantes mudanças a que estão submetidas às relações sociais e a impossibilidade de que sejam apreendidas e descritas somente em termos de normas, também se torna difícil a predefinição do formato ou conceito de rede. Entretanto, em artigo elaborado para apresentação da Diretoria da Fundação Criança, Graciani confirma:

Nestes últimos anos do Brasil, as redes se tornaram um dos principais focos de atenção, não só dos conselhos, fóruns, legisladores, universidades, mas também das ciências e dos negócios empresariais, devido à cultura emergente, principalmente pelas grandes invenções tecnológicas, como também pelo desenvolvimento notável

das comunicações na última metade do século XX, com a invenção e disseminação das redes computacionais, que trouxera um novo paradigma de comportamento institucional e organizacional, além de pessoas e da sociedade civil, em particular. A partir do novo conceito sobre redes, em que se relacionam fatos, acontecimentos e percepções integradas entre si e mapeadas segundo uma estrutura relacional, capaz de serem integradas e integradoras à mudança de paradigma, as redes agem de maneira comunicacional e tem sido uma das principais e desafiadoras atividades de organizações políticas de base (2010, p.03).

Graciani cita como exemplos de rede os diversos movimentos sociais articulados, tais como movimentos dos indígenas, das crianças e adolescentes, dos direitos humanos, etc. Define a formação dessas redes não só a partir do local como também do global, já que intermedeia processos que ultrapassam divisas estaduais e internacionais, se tornando assim, um dos fenômenos sociais mais importantes da nossa época.

Scherer-Warren (1996) nos ajuda a definir que o tipo de rede a ser analisada neste estudo é conhecido como Rede de Movimentos ou Rede Solidária que estão inseridos dentro do campo dos movimentos sociais. Esse estudo parte da análise utilizada pela Antropologia Social, das Ciências Sociais e da Geografia e tem como abordagem metodológica as interações sociais, territoriais, informais, institucionais e temporais. Apontando essa busca metodológica Scherer-Warren ressalta:

A análise em termos de redes de movimentos (ou de solidariedade) implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das entidades dos atores com o pluralismo. Enfim trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (1996, p.10).

Scherer-Warren ainda assevera que os estudos dessa metodologia investigativa e a análise de redes, realizados nos estudos de ações coletivas, têm apontado para a ideia de que as ações coletivas surgem naturalmente em forma de redes, que interagem e influenciam-se mutuamente. De fato, as redes propiciam uma atuação mais direcionada e eficaz quando estas são realmente empoderadas pelo grupo, ou melhor, pela coletividade comunitária. Por isso, Mance (2006) defende que as redes sociais mais organizadas podem possibilitar relacionamentos mais horizontais e não hierárquicos entre os participantes. É neste sentido que as redes vão se constituindo cada vez mais como importante ferramenta para o desenvolvimento local, ou mesmo comunitário, na medida em que dão cada vez mais suporte às ações que promovem tal desenvolvimento de forma que preservem o direito a cidadania, a vida e a dignidade do bem viver comunitário de configuração mais justa, horizontal e autogestionária.

— Tecendo Redes Solidárias

Em geral, as redes são criadas de forma autogestionária. A autogestão é compreendida como uma forma de promoção da democracia em organizações e empreendimentos econômicos onde os “trabalhadores são os sócios e os sócios são os trabalhadores” (SINGER, 1998, p.28).

Segundo Costa, a autogestão é oposta a visão de tantos outros instrumentos de promoção de participação hierárquica, no campo das organizações formais. A autogestão é modelo para os avanços na sociedade em tempo atuais de crise, para a autonomia e liberdade, porém sob a “estrita orientação dos trabalhadores” (2006, p. 82).

Segundo Graciani,

As redes (no caso citado pela autora, as de proteção social de crianças e adolescentes), são espaços de comunicação que envolve linguagens simbólicas, restrições culturais, relações de poder e exigirá conhecimento de várias áreas: biológicas, sociais, antropológicas e físicas, dentre outras (2010, p.04).

Ou seja, o ideal é que as redes tenham mesmo atores multidisciplinares e por isso sugere-se que a gestão das redes organizadas possa ser feita de forma coletiva, e não hierarquizada, já que este princípio é básico para a atuação Pública de seus interlocutores participantes. Segundo Fachinelli, Marcon e Moinet (2009) o resultado do processo de formação de ações em rede é o movimento de um conjunto de instituições que representam uma nova compreensão de desenvolvimento sustentável, autógeno, diversificado e descentralizado.

Geralmente, a articulação de políticas públicas é o maior desafio a ser ultrapassado pela atividade ideal do desenvolvimento territorial, pois tal articulação se demonstra necessária em todos os estados e níveis de poder, sendo que as articulações podem significar mudanças importantes nas dinâmicas tradicionais dos espaços de poder e na sua correlação de forças. É melhor multiplicar e envolver as ações dos diversos atores sociais envolvidos do que criar ou aplicar leis, medidas ou regras. A lógica da metodologia em rede, geralmente, não é conhecida ou mesmo vivenciada no dia-a-dia pela maioria das pessoas. Nas relações estabelecidas na rede a autoridade não se decreta, é adquirida por “adesão” e por indicação. “A participação ao projeto não se impõe, é obtida por implicação” (idem, p. 01). , a responsabilidade é de todos e quase nunca se rompe porque todos se sentem responsáveis. Os vínculos estabelecidos se formam a partir da convivência e da confiança que as relações próprias às redes criam e se mantêm em razão de uma participação desejada.

Outra lógica utilizada e destacada nas redes é a lógica da dádiva de Mauss (apud DZIMIRA e FRANÇA, 1999). Segundo este autor, a lógica do cuidado ressalta a dádiva num ambiente em que a mesma transcorra pelas condutas das pessoas envolvidas, pois a importância e o valor da lógica monetária vão diminuindo na medida em que a dádiva de si mesmo e do tempo pessoal são valorizados em favor da comunidade (ARRUDA apud CATTANI, 2003). Na rede, as pessoas se comprometem com os demais integrantes através da solidariedade, transcendendo os limites de qualquer empreendimento isolado. Engloba a ideia de melhorar o espaço de convivência comunitário com vistas a uma transformação da sociedade civil, uma vez que os trabalhadores se mobilizam politicamente, debatem sobre soluções para os problemas comuns, sob a forma da democracia direta e participativa (CARBONARI, 1999; SINGER, 1998). Segundo Gaiger (2003, p. 125), desta forma, é possível alcançar a eficiência sistêmica, a qual busca a concretização de benefícios sociais, e não apenas monetários ou econômicos. Arruda afirma ainda que, apesar de questionável a efetividade desse poder coletivo em atividades heterogestionárias, dando apenas a sensação de empoderamento, na Economia Solidária, os vínculos interpessoais são acentuados e favorecem o desenvolvimento de um ambiente de partilha social da riqueza, do poder e do saber, e contribui para o empoderamento de cada um e de todos. Nos pressupostos da Economia solidária, define-se que as hierarquias são rompidas e nela ninguém se sobressai como um dominador.

Outro pilar importante na formação de Redes Solidárias é o processo de comunicação pessoal e interinstitucional, permitindo a reestruturação da política do poder, pois permite que as decisões “institucionais” realmente aconteçam somadas com a comunidade, num processo endógeno, de dentro pra fora e vertical – de baixo para cima, partindo com as visões hegemônicas nas políticas públicas, que muitas vezes procuram desconsiderar as diversidades e necessidades locais e regionais. Ao romper com esse modelo fordista-tayloriano da autoridade hierárquica a rede reforça laços e vínculos afetivos e profissionais, criando um clima de reciprocidade e de autogestão. Segundo Costa,

Uma prática para ser considerada autogestionária, carece de que as suas relações (de trabalho) entre os membros não estejam condicionadas a qualquer outro tipo de vínculo de posse dos bens de produção, que não o estabelecido por todos. O exercício da autogestão não pode combinar relações de exploração do trabalho humano ou incentivar a exploração do grupo em relação a trabalhadores pertencentes ou não ao próprio grupo de produção. A ocupação para a geração de renda não comporta quaisquer outras diferenciadas expressões de relações de trabalho que provoquem ainda mais a sua divisão ou estabeleçam práticas alienantes na efetivação do trabalho (2006, p. 83).

É possível afirmar que no modelo heterogestivo todo subalterno se beneficia geralmente do relativo conforto conferido pela aplicação de medidas decididas em nível superior – de cima para baixo, onde a responsabilidade é sempre do outro e a autoridade serve apenas para cobrá-lo ou motivá-lo ao trabalho. No entanto, a formação de rede pressupõe e propõe uma ruptura de postura muito forte, sem prezar pela facilidade ou o mesmo pelo referido conforto acima citado, já que tomando decisões/ações mais coletivas, o grupo tem muito mais responsabilidade nas decisões. Nem sempre as mesmas são tomadas sem conflitos ou discussões. Aliás, a pedagogia do conflito faz parte de todo trabalho realizado nas redes. Este processo educativo desenvolve métodos onde o “grupo se educa consigo mesmo” (COSTA, 2006, p. 83), em decorrência de sua práxis de mudanças. Em geral as redes são acompanhadas pela assessoria de educadores populares que têm como instrumento pedagógico essa provocação de conflitos, que é outro princípio da educação autogestionária. Pelo conflito, contraditoriamente, se caminha ao encontro do consenso maior possível, para as deliberações políticas de produção. Segundo Sato e Esteves, “O conflito é a demonstração de que há possibilidade do debate público das questões que permanentemente acometem o empreendimento. O conflito demonstra ainda que há política ativa no grupo” (2002, p. 42).

É exatamente por entender que o processo de formação de redes são fenômenos locais e globais que se manifestam contrariamente a evolução do individualismo, do isolamento e da solidão dos seres, que os diversos movimentos e projetos sociais concebem como fundamental a contribuição de outros atores sociais e demais instituições internas e externas à comunidade, para alcançar de forma mais efetiva, o desenvolvimento local e comunitário através da articulação entre pessoas e instituições. Entre os diversos modelos de gestão de redes disponíveis estão os modelos de Rede de Apoio Solidário, Rede de Prosumadores (rede de produção, consumo e comercialização local) e as Comunidades de Prática.

— Considerações sobre Comunidades de Prática

Um dos resultados possíveis de um projeto social é a organização de uma rede local chamada de Rede de Prosumadores, rede de produção, consumo e protagonismo local (INSTITUTO PALMAS, 2013). Esta rede é formada basicamente por moradores e comerciantes locais, e seus participantes podem ter empreendimentos de cunho individual ou coletivo. Ela é uma ação de Economia Solidária – ECOSOL, mas até mesmo dentro deste movimento há formas diferentes de se pensar e fazer acontecer a economia. Mesmo estando

elencada num dos objetivos do projeto Ecofeira Iandé esta ação não será tratada aqui nesta pesquisa. Porém, sua ideia de articulação entre pessoas e instituições pode ser entendida como um modelo de Comunidade de Prática (COPs).

As COPs são experiências estudadas no campo das ciências administrativas e são organizações informais e, embora não existam muitas experiências dessas difundidas no Brasil, são identificadas como sendo um grupo de pessoas que se unem em torno de um mesmo interesse; são ferramentas para a construção do conhecimento que se dá de forma natural nas relações sociais estabelecidas no ambiente de trabalho.

Essas pessoas trabalham juntas para achar meios de melhorar o que fazem, ou seja, na resolução de um problema na comunidade ou no aprendizado diário, através da interação regular. O termo foi criado por Etienne Wenger em conjunto com Jean Lave em 1991 (GHERARDI; NICOLINI apud CABELLEIRA, 2007, p.05).

As COPs constroem uma rede de relações e facilitam a comunicação e a tomada de decisões de forma democrática na organização, ao reunir as pessoas e meios que as encorajam a conhecer umas às outras informalmente. Para Wenger (1998), existem três características básicas que definem um grupo como uma Comunidade de Prática:

1. A prática: os membros de uma comunidade de prática desenvolvem um repertório de experiências, histórias e ferramentas, as quais os qualificam para enfrentar certas situações que se tornem recorrentes.
2. A comunidade: precisa proporcionar interação. Para Wenger, o aprender é um ato social. As pessoas na Comunidade de Prática são atores que buscam, juntas, formas de superar um problema.
3. O domínio: o membro precisa ter uma identidade definida pelo interesse compartilhado. Ser membro significa ter um compromisso com o grupo e competências que diferem seus membros de outras pessoas.⁸

Uma de suas principais características é o conhecimento integrado e distribuído de forma aberta, sem restrições a cargos ou atividade, conhecimento este que está disponível para quem tiver interesse. Para quem participa das COPs, “aprender necessariamente requer envolvimento e contribuições para as atividades e para o desenvolvimento das comunidades. Em outras palavras, a aprendizagem não ganha espaço se a participação não é possível” (GHERARDI; NICOLINI apud CABELLEIRA, 2007, p.11).

Por isso o ideal é que os moradores e trabalhadores da organização sejam os

⁸ Ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade_de_pr%C3%A1tica

principais protagonistas presentes na rede, pois são estimulados a dar continuidade a esse processo de reflexão prática através do desafio de dar uma forma associativa diferenciada, já que a maioria das associações, apesar de baseadas em princípios democráticos, tem uma diretoria heterogestionária. Porém, a organização aqui proposta teria como princípio orientador e pedagógico a autogestão. Assim, se determinaria o princípio da autogestão como guia, refletindo e decidindo juntos sobre os rumos que a comunidade vai seguir, apoiando-se uns aos outros, sem perder de vista os processos econômicos de Comercialização Solidária e de Desenvolvimento Local Comunitário.

Apesar da concordância com estes termos, entende-se que a ação prática se caracteriza como elemento gerador fundamental para a atuação das Comunidades de Prática e se configuraria como principal instrumento pedagógico, onde todos os encontros podem – e devem – ter como propósito determinar ações efetivas focadas na resolução de problemas, a curto e médio prazo. O curto prazo ajuda a manter o foco da elaboração do grupo ou da comunidade em torno da prática, enquanto as ações de longo prazo ajudam a refletir sobre seus fins e quais os domínios do conhecimento e das atribuições seriam necessários para o grupo se apropriar e colaborar com o seu próprio desenvolvimento.

— Feiras e Empreendimentos de Economia Solidária

Figura 28 – Feira pública



Acervo do pesquisador/ 2013

Local: bairro Areial/ Mamanguape/PB

Apesar de não estarem presentes na avaliação e análise deste estudo, as Feiras Agroecológicas⁹ são uma excelente estratégia para formar atividades de comercialização em rede. Elas constituem uma importante ferramenta de comercialização, acordando espaços de venda direta, de divulgação cultural e local além de poder realizar trocas solidárias. Além de possibilitar a produção de bens e serviços comercializados, estes ambientes também retomam as relações de forma personalizada entre produtores e consumidores, beneficiando a fidelidade do consumo de produtos e serviços da produção familiar e agroecológica e também de origem solidária.

As Feiras de Economia Solidária se constituem não apenas como um espaço de exposição e comercialização direta dos produtos dos empreendimentos econômicos solidários, mas um espaço de trocas solidárias, de rodada de negócios, de apresentações culturais e artísticas, de informação e formação política em economia solidária, articulação de cadeias produtivas, bem como divulgação e estímulo do consumo ético, justo e solidário. Para viabilizar as atividades previstas para realização de uma feira de economia solidária, o ideal é realizar um bom planejamento e contar com uma equipe de trabalho que dialogue e construa coletivamente o evento (AMORIM, 2006, p.03).

As feiras proporcionam o encontro e também o intercâmbio de saberes práticos e conceituais para o fortalecimento da articulação entre a Agroecologia e a Economia Solidária, fomentando a formação de fóruns e redes. Além disso, podem promover e difundir a cultura local através da mobilização de artistas locais (violeteiros, cantadores, repentistas, cordelistas, etc.) e da comercialização do artesanato popular. Desde o início de suas atividades, a SENAES/MTE vem apoiando projetos para a efetivação estratégica das feiras e eventos como principal veículo de comercialização dos produtos da Economia Solidária e da Agroecologia .

As Feiras Agroecológicas são pequenos mercados e fontes de comercialização dos produtos agroecológicos. Espaços que o produtor familiar pode comercializar o seu “excedente” de produção, gerando renda. “As feiras Públicas movimentam o comércio, circulam alimentos, artesanato, bens e cultura. São espaços de reprodução social e cultural onde os produtores familiares se encontram, socializam, trocam ideias e produtos/sementes” (PORTAL AGROECOLOGIA, 2009). São consideradas como um espaço de comercialização de produtos locais, notadamente de caráter orgânico ou natural, mas também como um momento de aprendizado, com rodas de conversa e oficinas, sempre destacando temas e fazeres ambientais. Num clima descontraído, os espaços podem oferecer barracas de verduras e outros orgânicos, flores e mudas ornamentais, sucos de fruta, pães, bolos, e ainda o artesanato diferenciado sustentável, tudo baseado nos princípios e prática da Agroecologia e

⁹ Neste trabalho será feito uma consideração em favor do registro desta importante ação como estratégia de apoio a ser elaborada no segundo semestre de 2014, durante a execução do projeto Ecofeira Iandé.

da Permacultura. Além disso, geralmente as Feiras Agroecológicas podem agregar não só grupos de produção baseados na agricultura familiar e na agroecologia, como também outros tipos de produção (vestuários, artesanato, produtos de limpeza e higiene, etc.), sendo também consideradas uma das principais estratégias de comercialização entre os Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

— O que são EES:

Encontra-se disponível no site da SENAES a melhor e mais atualizada definição sobre o que são Empreendimentos de Economia Solidária (EES): são aquelas organizações coletivas e supra familiares (feiras, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados. Estes possuem práticas permanentes e não eventuais. Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica.

Os diversos EES podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização. Podem realizar atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (SENAES/MTE, 2008).

Existem centenas de empreendimentos solidários como esses espalhados por todo o país, realizando atividades de produção e comercialização solidária, gerando trabalho e renda (MORAIS, 2013) e diversas atividades econômicas. Ainda segundo a SENAES/MTE, estas atividades podem ser permanentes ou mesmo principais, indicando a razão de ser da organização. Sendo as organizações singulares ou complexas, deverão ser consideradas organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas singulares são pequenos grupos de produção ou de agricultura familiar enquanto que as organizações complexas são maiores, tais como as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

As feiras e mercados de troca, bem como os postos e as lojas solidárias, podem ser considerados como organizações singulares, mas nem por isso, menos articuladas. No aspecto comunitário, as atividades econômicas podem ser mais bem concretizadas através dos mercados de troca ou das feiras solidárias. Para Moraes (2013), as Feiras de Economia

Solidária são espaços onde as pessoas comercializam e trocam produtos, serviços e saberes entre elas de uma forma solidária, sem fazer uso de dinheiro e promovendo a cooperação em vez da competição, ação eleita pelo mercado capitalista. As feiras funcionam de forma coletiva, respeitando normas éticas e ecológicas ao consumir e produzir; seu objetivo principal é de caráter pedagógico, mas também político e cultural, propondo a todos os atores vivenciar um novo jeito de fazer circular a riqueza, com a lógica das trocas solidárias que resultem em ações e produtos sem a utilização de dinheiro.

Como resultados dessas práticas, mais pessoas participam e mais empreendimentos solidários aumentam suas vendas e re-conhecem as trocas utilizando ou não a moeda social tendo como possibilidade e acesso a uma nova cultura econômica, a partir das experiências de Feiras Agroecológicas e Solidárias. As feiras Agroecológicas aqui citadas são formadas a partir da produção de produtos orgânicos e agroecológicos promovidos pelas OPs.

As feiras são mais um instrumento de empoderamento comunitário e podem contribuir para uma real apropriação da comunidade, não só do espaço público como também através do fomento a novas políticas públicas que favoreçam a geração local de trabalho e renda de forma organizada, ética e sustentável, respeitando, simultaneamente, o aspecto do humano e do meio ambiente.

4. Crítica da Cena: concluindo a história

Segundo lideranças da AMBA o bairro Areial tem tido bastante dificuldade na promoção de seu Desenvolvimento Comunitário devido a diversos fatores, entre eles, a falta de investimento de políticas públicas em infraestrutura para o bairro:

Os problemas do bairro são: abastecimento de água, não é boa e falta muito... As pessoas pagam e não recebem; a iluminação pública [...] e infraestrutura, problema de asfaltamento, coleta de lixo, esgoto a céu aberto. A questão da saúde (é um problema) no país todo... E o problema de segurança, que é um problema serio mesmo... (IPEI 3).

Esta situação revela a necessidade de promover o DC que é continuamente ligado ao fortalecimento dos potenciais da localidade construindo e tecendo relações de proximidade e de pertença na comunidade (SCHILITHLER, 2004). Neste aspecto, a fim de trabalhar conceitos que ajudem na ampliação da qualidade de vida e do bem viver dos moradores do Areial de forma sistêmica (GAIGER, 2003, p. 125), elaboramos o Índice de Desenvolvimento Comunitário (IDC) a partir da opinião dos moradores e lideranças da comunidade em relação à qualidade de infraestrutura, educação, saúde, meio ambiente, geração de trabalho e renda, entre outros, incluindo aqui a relação da comunidade com o poder público. Tal índice é resultado da análise realizada a partir de questionário com os entrevistados sobre o índice de desenvolvimento do bairro Areial. Foi a partir desta análise que a equipe ratificou, no elenco das prioridades, a determinação para elaborar projetos de captação de recursos externos e envolver os moradores locais no seu processo de empoderamento e DC (MELO NETO e MAGALHÃES, 2006; HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007).

Elegemos como índices o máximo potencial de 100% a ser atingido nos quesitos abaixo descritos, partindo de uma discussão prévia realizada pela coordenação e pelos entrevistados. Nota-se, que o sinal negativo refere-se à qualidade/ quantidade que falta para atingir o nível máximo de 100%:

Quadro 01 – Índice de Desenvolvimento Comunitário do bairro Areial (%)

Saneamento = - 70	Eletricidade/energia = - 30	Acesso ao bairro = - 30
Situação das ruas = -70	Qualidade do meio ambiente = - 50	Qualidade da educação formal/informal = - 30
Qualidade da saúde = - 50	Qualidade do esporte = - 70	Articulação institucional = - 70
Qualid./quant. de pontos para produção/comercio = - 50	Segurança no bairro = -40	Emprego = - 50
TOTAL/MÉDIA	- 52,5	+ 47,5

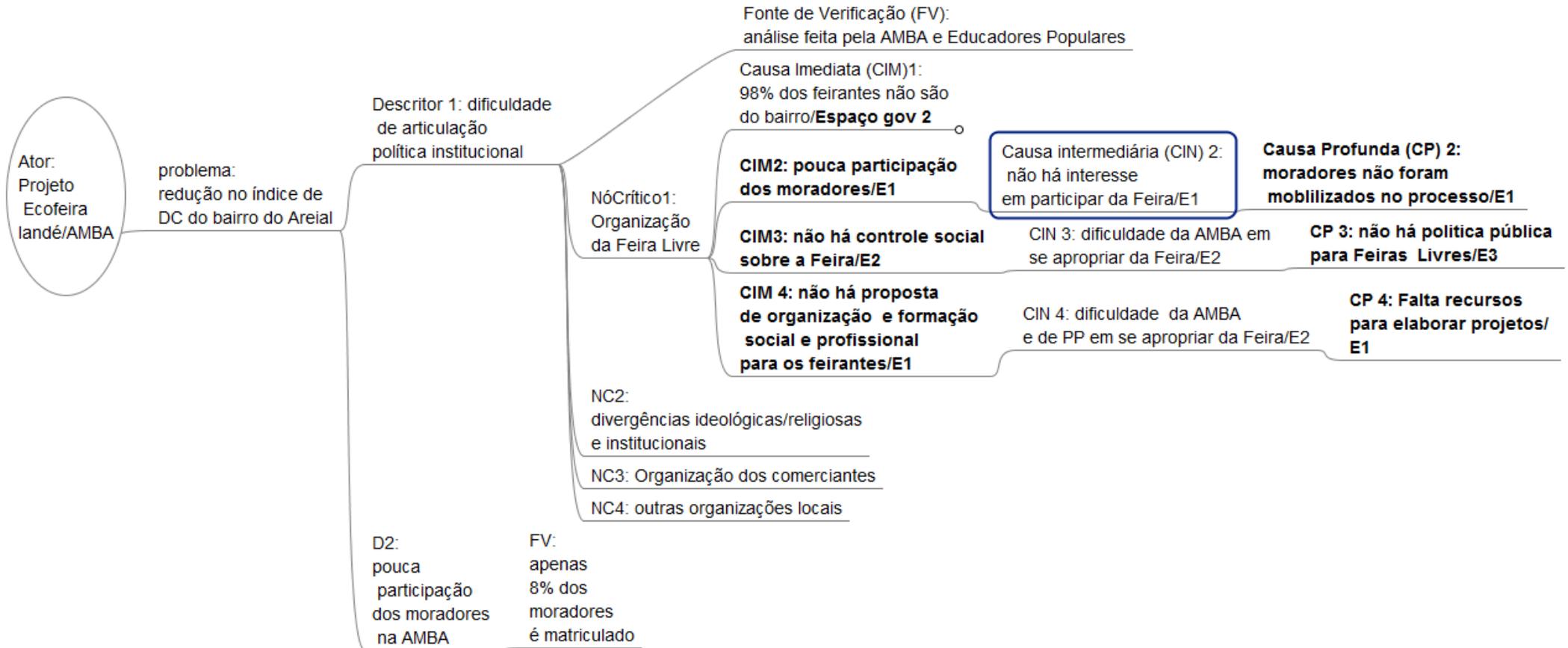
(dados fornecidos pela coordenação do Projeto Ecofeira Iandê em fevereiro de 2014)

Tendo como índice positivo de 47,5 % do bairro e tomando como satisfatório o índice de DC de 80%, podemos dizer que, a priori, o DC do bairro Areial se encontra muito aquém ao desejado por suas lideranças e moradores.

O projeto partiu de uma conversa com um dos diretores da AMBA, principalmente colocando a dificuldade de organizar a comunidade em torno de uma demanda comum... Dai surgiu a feira pública como um problema sério quanto à organização e limpeza da feira e de seus produtos... (IPEI 7).

É neste sentido que foi elaborado o primeiro momento do PES (BENINI et al, 2001) para avaliar qual seria a melhor atuação no bairro. Também utilizamos a ferramenta de mapa mental – FreeMind – para melhor visualizar as demandas, segundo quadro abaixo.

Quadro 02 – PES elaborado pela equipe do Projeto Ecofeira Iandé



Dentre os nós críticos acima detectados: 1) dificuldade na organização da feira Pública; 2) divergências ideológicas e religiosas entre as instituições locais; 3) dificuldade na organização dos comerciantes locais; e 4) dificuldade na criação de outras organizações locais, foi a identificação das causas profundas 1, 2 e 4: “falta de recursos para elaborar projetos” e “não há políticas públicas para a Feira Pública”, relacionadas ao nó crítico 1: “organização da Feira Pública”, que orientou a AMBA a procurar nossa equipe em 2012 e nos levou a elaborar um projeto de captação de recursos. Tal projeto foi aprovado em 2012 e iniciado em julho de 2013, dando possibilidade de contribuir com este projeto de pesquisa.

Partiu desta análise também a necessidade de se criar ações de trabalho junto ao poder público do município de Mamanguape e entorno, para auxiliar na elaboração de políticas públicas que efetivem ações necessárias ao melhor desenvolvimento comunitário do bairro e, portanto, do município (OLIVEIRA, 2012). Na atualidade do cenário político-econômico do município de Mamanguape e do seu entorno, a exclusão social anda de mãos dadas com a pobreza, devido ao sistema que favorece quem se beneficia pelo sistema público, em grande parte, ineficiente.

“Para que haja políticas públicas realmente funcionando para a maioria, é necessário que as pessoas cobrem do sistema político, ações voltadas para o bem comum de todos os cidadãos” (ibidem). Desta forma, a comunidade do Areial e de seu entorno tem demonstrado pouca organização social e baixa exigência na transparência do uso dos recursos do município em seu bairro. Apesar de algumas ações de infraestrutura terem sido realizadas, não se pode dizer que as mesmas foram provocadas pelas organizações sociais do bairro. Mesmo algumas das ações realizadas pelas entidades dentro da comunidade têm acontecido para garantir a organização local visando muito mais sua mobilização do que seu desenvolvimento, fazendo as pessoas participarem de ações específicas, sem que as mesmas façam parte de um processo mais prolongado (IESE, 2008).

Uma das propostas para a organização de cobrança de políticas públicas na forma de ações sociais voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro Areial seria o Projeto Ecofeira Iandé e a formação da Rede de Apoio Solidário, pois o projeto não tem só como objetivo o consumo saudável e a geração de trabalho e renda solidária, como também a cobrança de políticas públicas (CARVALHO, 2007).

Acho que o DC surge através da participação de pessoas e lideranças da comunidade e do entorno nos encontros da rede... Favorecendo o empoderamento coletivo... Mas também através da formação de associações de feirantes, de comerciantes [...] de uma rede de produção e consumo local (IPEI 6).

Esta cobrança não é feita de forma autoritária e sim autogestionária, ou seja, como processo de “materialização dos interesses e preocupações da comunidade” (JOSSEFA, 2012), onde este processo metodológico de organização social os moradores conseguem expandir suas expectativas de vida individual e coletiva, articulando-se para a participação em níveis mais amplos da sociedade, pressupondo momentos educativos e ações que orientem uma prática.

O desenvolvimento comunitário se dá através da organização coletiva consensuada e constante num determinado local, ou seja, através de formação de rede ou mesmo de associação local... Não basta só mobilizar as lideranças tem que movimentar também a comunidade em ações mais efetivas, por exemplo, na cobrança de políticas públicas [...] (IPEI 4).

É preciso salientar que este desenvolvimento local envolve não só aspectos de ordem e organização social e política, como também cultural, econômica e ambiental (FRANÇA FILHO, 2008).

4.1 Relações comunitárias: meio ambiente e demais vínculos

No bairro Areial – e até mesmo no município de Mamanguape, é possível notar a debilidade na organização comunitária e na cobrança de políticas públicas voltadas para questões ambientais seja pela falta de organização das casas, pela ausência de documentação legal em muitas delas, pela falta de higiene nas ruas e vielas, pela despreocupação com a pavimentação destas e ainda pela ausência de praças e de outros locais públicos para lazer e diversão.

A situação do meio ambiente do bairro é poluída, inclusive com muito lixo na rua, outro mais grave é o esgoto a céu aberto... Precisa melhorar a infra-estrutura.. Mas tem a poluição das usinas realizadas pelas queimadas da cana-de-açúcar... Tem o rio poluído também. Todo esse processo vai poluindo; ainda tem o veneno dos canaviais e plantação de abacaxis, que vai para o canal freático que está debaixo da terra... (IPEI 3).

Tais elementos não é um descaso puro e simples da comunidade ou do entorno com seu meio ambiente, mas também reflete a ausência de atenção e ação de políticas públicas do município e do estado. Aliás, notamos que a situação é semelhante em todo município de Mamanguape.

Para mim o principal problema no bairro é o problema da organização institucional local e o saneamento básico, porque o esgoto é a céu aberto... Mas esse é um problema de toda cidade (...) para mim o único jeito de melhorar é através da mobilização e organização comunitária para resolver os problemas junto com o poder publico... Ou seja, a formação de uma rede (IPEI 4).

No trabalho realizado pelo Projeto Ecofeira Iandé no bairro Areial, destaca-se a existência de algumas casas com amplos espaços em alguns quintais, onde, em muitas delas, os moradores mantêm alguma relação de cuidado com o verde e com algumas plantações de hortaliças e ervas medicinais, além de criar alguns animais domésticos e/ou outros para o consumo, como galinhas e bode. Segundo a visão sistêmica oferecida por Enlazador (2011), as OPs ajudaram os aprendentes a valorizar seus espaços e aprender novas técnicas de cultivo em pequenos espaços de suas casas: “Ah... Aprendi a cultivar temperos em pequenos vasos... usar garrafas pets para fazer gotejamento nas minhas plantas” (ICOM 7).

Uma das práticas mais utilizadas pelos educadores das OPs é o resgate de saberes (TARDIM, 2008), dos conhecimentos prévios dos aprendentes: "Minha mãe sempre me ensinou a cultivar ervas medicinais e plantas que eu pudesse usar no lugar de remédios e outros produtos industrializados" (ICOM 7). Na segunda etapa das OPs, serão cultivadas plantas medicinais, horta orgânica e composto orgânico como forma de trabalhar a Policultura (GONÇALVES, 2009).

Apesar do projeto ter o desejo de humanizar mais a feira pública idealizada pelos moradores no início do mandato da AMBA, no bairro Areial, nunca houve a efetivação de qualquer projeto ou grupo voltado para este tipo de desenvolvimento local. Em nossa avaliação isso resultou num baixo interesse e frequência dos moradores nas oficinas do projeto, não só devido a pouca crença em propostas deste tipo, como também pela dificuldade na participação e na falta da continuidade dos mesmos. Abaixo indicamos o nível da frequência dos moradores do Areial na primeira etapa das OPs:

Quadro 03 – Relação de Frequência dos Aprendentes

1º ETAPA - OPS DE PERMACULTURA E AGROECOLOGIA					
ÍNDICE QUANTITATIVO DE FREQUÊNCIA					
TOTAL DE MATRICULAS (PESSOAS)	MÊS	1	2	3	4
80		70	65	30	15

(dados fornecidos pela coordenação do Projeto Ecofeira Iandé em fevereiro de 2014)

Segundo o site do IDIS,

A gestão local dos recursos privados para fins públicos pode ser melhorada se os atores da comunidade se organizar em redes sociais e se os talentos e recursos locais forem aproveitados para atender às demandas sociais da comunidade, promovendo assim o desenvolvimento comunitário (IDIS, 2013).

Pode se afirmar então que, ao contrário, se existe falta de organização em rede para desenvolver projetos sociais em uma comunidade carente e/ou abandonada pelo poder público/civil, isso refletirá diretamente na dificuldade dessa comunidade não somente para se desenvolver como também para manter projetos nestes espaços/comunidades, refletindo diretamente na dificuldade dos mesmos em serem continuados ou mesmo para poder atrair outros projetos e propostas, tornando assim o local estigmatizado.

No bairro é notória a falta de políticas públicas municipais voltadas para esta área, que é reflexo/projeção dessa mesma condição no município, haja vista que em todo ele pode se constatar esta mesma hipótese: falta de saneamento básico nas ruas da periferia e até no centro, falta de cuidado com o lixo, com as feiras públicas, com os pontos comerciais, falta de apoio à práticas alternativas de alimentação saudável ou de medicinas alternativas e, por fim, faltam estímulos à alternativa de geração de trabalho e renda.

Tem várias propostas de geração de trabalho e renda, por exemplo, o artesanato... O cultivo de horta seria uma possibilidade de renda, de forma organizada realizar uma feira agroecológica... Seria uma fonte de renda... Tudo que trabalha com o coletivo gera trabalho e renda e poderia ser apoiada pelo poder público... [...] isso é prioridade pra nós, mas não é para o poder público... (IPEI 2).

Sobre a prática agroecológica no bairro Areial e na cidade de Mamanguape uma avaliação é feita por um dos educadores do projeto que acompanha desde o início a implantação do projeto. Segundo ele,

O desenvolvimento coletivo do bairro até agora não tomei consciência de algo realmente coletivo ligado a Agroecologia e agora o projeto quer criar tanto de hortifrúti quanto de fitoterapia... Pode ser ainda que a partir de agora com o projeto... Possamos corrigir... Pra ver onde vai ser possível... Ter mais pessoas pra participar [...] Não sei se poderia mais alguém poderia ajudar nas melhorias do bairro... Talvez vocês (o projeto) com o poder público, a associação também em colaboração... Poderia ser a rede... Não só como apoio, mas também de ajudar a articular [...] (IPEI 2).

Sobre o bairro, uma avaliação importante também é realizada por outro colaborador, que trabalhou na implantação do projeto desde o início; segundo ele,

[...] O bairro tem problemas de infraestrutura, a população que fez o desenvolvimento sem a pequena contribuição do poder público... A feira foi um dos fatores de desenvolvimento do bairro [...] O meio ambiente do bairro é totalmente desorganizado não há uma política pública voltada para a questão ambiental... Deixa

muito a desejar... (IRES 2).

Desta forma, podemos refletir que são enormes as dificuldades na implantação do Projeto Ecofeira Iandé e das Oficinas Pedagógicas relacionadas ao movimento da Agroecologia e da Educação Popular Solidária no município de Mamanguape e até desafiam a continuidade do projeto, mas, exatamente por isso, não são menos instigantes no desafio da insistência e da persistência da coordenação e dos interessados em sua continuidade. Novamente chamamos atenção para o fato que este desenvolvimento local envolve não só aspectos de ordem e organização social e política, mas também, fatores culturais, ambientais e econômicos.

— Relação com o trabalho e o comércio local

É enorme a importância do Projeto Ecofeira Iandé para o desenvolvimento local não só para ajudar nas questões ambientais, mas também em sua proposta de gerar trabalho e renda coletiva através da formação de grupos de produção (EES) e da formação de Feiras Agroecológicas no município de Mamanguape. No entanto, o DC de uma localidade está muito além da medida econômica como única riqueza a ser computada numa localidade. Segundo Jacobi,

Em 1973, Maurice Strong utilizou pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento. (Brusecke, 1996) Os princípios básicos foram formulados [...] tendo como pressuposto a existência de cinco dimensões do ecodesenvolvimento, a saber: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural, introduzindo um importante dimensionamento da sua complexidade. (Jacobi, 2013, p.01).

As organizações do bairro Areial têm demonstrado pouca preocupação com este tipo de sustentabilidade. Tal constatação vem não só da análise e vivência do pesquisador junto à comunidade como também de acordo com as análises das diversas entrevistas feitas com lideranças e moradores do bairro.

Analisando o espaço geográfico comercial, segundo informações da AMBA, o bairro Areial deve ser constituído por volta de 5.000 moradores/consumidores. O Areial tem apenas duas ruas principais de comércio – justamente onde acontece a feira pública. Nestas ruas estão distribuídos poucos comércios formalizados – farmácias, padarias e mercadinhos, a maioria vende produtos industrializados. Dentre estes há alguns comerciantes locais que vendem produtos alimentícios de forma informal (barraquinhas) tais como frango abatido, cachorro quente, tapioca, entre outros.

No entanto, o grande destaque é a venda de produtos alimentícios na feira pública do bairro, que acontece todos os domingos. A ideia da AMBA de fomentar uma feira pública no bairro não era só favorecer o consumo, mas também a geração de trabalho e renda local. Porém, apenas 3% dos feirantes é morador do bairro: “a feira pública do Areial é um problema sério [...] a estrutura é precária [...] a maioria dos feirantes não são moradores do bairro [...]” (IPEI 7).

Como resultado do descaso e abandono à precariedade da feira, tanto por comerciantes, moradores e principalmente pelo poder público, a feira pública não promove a geração de trabalho e renda local. Para agravar essa situação, segundo pesquisa realizada pelos agentes do projeto, a maioria dos produtos vendidos na feira não tem qualidade, são comprados de forma desordenada e vem sendo vendidos ao longo da semana. Os produtos são expostos à revelia, muitas vezes no chão das ruas, todos misturados. É possível encontrar uma barraca vendendo três tipos de produtos ao mesmo tempo – carne de boi, hortaliças e macaxeira, e bem ao seu lado, uma barraca de roupas. Os produtos, quando chegam à feira do bairro, no domingo, já passaram a semana em outras feiras, expostos ao tempo, sem processo de conservação e em processo de degradação. A maioria dos produtos da feira pública do Areial se resume em:

Quadro 04 – Produtos mais vendidos na feira pública

- Hortaliças (coentro, alface, couve);
- Legumes (batata, cenoura, macaxeira, iame);
- Frutas (banana, goiaba, acerola, tomate);
- Carnes (de boi, de bode, galinha);
- Roupas e produtos de higiene e limpeza;
- Outros produtos não perecíveis.

(dados fornecidos pela coordenação do Projeto Ecofeira Iandé em fevereiro de 2014)

Vale aqui salientar que uma das principais fontes de renda dos moradores é o trabalho na atividade sucroalcooleira no município de Mamanguape e arredores. O município conta com cinco unidades industriais que são as destilarias de Japungu, Miriri, Usina Monte Alegre, Una e Pemel. Juntas, moem um contingente de cana na ordem de 3,2 milhões de toneladas por ano, que representa 50% da produção de cana de açúcar no Estado da Paraíba. Dentre estas unidades produtoras, duas são produtoras de açúcar e etanol, e as três demais

produzem exclusivamente o etanol. No entanto, apesar de gerar trabalho e renda aos moradores do Areial e em torno, o período de colheita e aproveitamento da cana-de-açúcar dura apenas 06 meses. No semestre subsequente é grande a falta de ocupação e de renda dos trabalhadores do corte da cana e demais membros de suas famílias. “Neste período não há tanto o desemprego dos trabalhadores, porque estamos no período de colheita... Mas os próximos seis meses ele existe [...] creio que o índice seria de 50% (IPEI 3).

A agroindústria canavieira desde meados de 1990 vem trabalhando procurando respeitar as normas ambientais pela consciência ecológica formada ao longo dos anos, pela própria legislação atual que é bastante rigorosa e pelas exigências dos mercados nacionais e internacionais; para atendê-los é necessário que as empresas estejam no caminho das certificações ISO. No entanto, isso não garante que as usinas e demais indústrias contribuam realmente com a despoluição do meio ambiente do município e de seu entorno:

O meio ambiente aqui é muito complicado... Aqui a gente mora próximo à usina e tem a questão das duas coisas: quando ela tá moendo ela dá muito emprego, mas também tem a parte da sujeira (queimada da cana-de-açúcar) e da questão do pó de cana que contribui com o aquecimento global. (IPEI 1).

Não foi identificado nenhum tipo de produção no bairro, nem do tipo industrial nem mesmo de fabricação caseira. Portanto, o mercado de trabalho local se resume basicamente no trabalho braçal nas usinas de cana-de-açúcar, no comércio e na prestação de serviços, seja através de pequenas lojas como moto-taxi, consertos de carros, de maquinário e outros, seja através de serviços públicos – escola, PSF, etc. Quanto à comercialização e a produção na feira pública, como já foi ressaltado, mais de 90% dos feirantes não são do bairro. Outro fator que reforça o baixo índice de desenvolvimento do bairro é a carência de vínculo e colaboração entre as instituições do bairro tanto em relação à associação de bairro quanto às demais instituições.

— Relação institucional e os recursos para continuar a viagem

Como dito anteriormente a relação interinstitucional no bairro ainda é limitada dentro e fora da comunidade. Desta forma, o Projeto Ecofeira Iandé veio contribuindo bastante com este item na medida em que acentua as relações/vínculos entre as instituições através da rede. Entretanto, outras ações do projeto ajudam a reforçar as relações entre as instituições locais que apoiam o projeto: a AMBA e o grupo teatral Força Divina. Aqui se faz necessário falar do recurso aplicado nesta relação do projeto que, desde agosto de 2013, vem contribuindo mensalmente com o pagamento do aluguel da sede do grupo teatral Força

Divina; este grupo sempre buscou autonomia e um espaço próprio, através de recursos que não fossem somente dos seus associados. Até o ano de 2010 o grupo atuava nos espaços internos da igreja local – Nossa Senhora da Penha, pois tinha o apoio dos fiéis e do então pároco da igreja, o padre Anchieta.

Em 2010 houve uma alteração na coordenação regional da igreja católica local que contribuiu com a vinda de um novo pároco, o padre Alan. No entanto, apesar do belo trabalho de apresentação de peças teatrais realizadas pelo grupo, o novo pároco não se interessou em estimular tal atividade e proibiu o grupo de executar tais atividades no espaço da igreja local.

A gente se encontrava num espaço atrás da igreja... Daí com a mudança do padre ele quis transformar esse espaço em outro centro... sei lá, casa paroquial, sei que de fato não foi feito nada...ele pediu para desocuparmos, assim fizemos... (IPEI 3).

A partir daí, seus membros passaram a procurar um novo espaço e acabaram por alugar uma casa – localizada na Rua Santino de Brito, s/n, no bairro Areial, para manter sua proposta de levar lazer e cultura, especialmente através do teatro, para a comunidade do Areial e entorno. Para tanto, sempre contou com doações pessoais e com outros donativos de pessoas físicas de moradores e outros. Com a aprovação do Projeto Ecofeira Iandé, foi firmada a parceria para que o projeto pudesse utilizar o espaço durante o dia – já que a maioria das atividades do grupo era noite e fins de semana, arcando com as despesas do aluguel.

Além dos recursos para financiar o espaço coletivo, o projeto previu ainda a contratação de quatro educadores populares para articular as OPs. Para tanto, foi pensado cada uma das oficinas por 11 meses, contando com formação sobre Permacultura e Agroecologia, Comercialização Solidária, Web Comércio, Internet e demais atividades. Além disso, há recursos para contratação de dois coordenadores – Administrativo/Financeiro e Pedagógico; estágio para funções de secretário e uma bolsa do PROBEX para um estudante realizar a sistematização.

No início de abril de 2014 iniciou-se novamente os cursos de Agroecologia e de Informática básica, com vistas à produção e comercialização local.

A primeira etapa foi a de educação, de troca de experiências... A segunda seria a da produção da horta orgânica, da compostagem e das plantas medicinais para depois passar para a terceira que é a de comercialização... (IPEI 7).

O projeto financia também a ação de um Articulador da RESSOAVALE, que tem como uma de suas finalidades a mobilização de novos recursos através de parcerias com

o poder público e com demais parceiros da sociedade – parcerias com Ongs e com empresas locais.

A formação da rede no bairro deve ser através da comunicação interinstitucional, que permite que a política do poder seja alterada, as decisões “institucionais” realmente aconteçam somadas com a comunidade... Vejo o processo de discussão na rede como muito importante, cada um colocando seu ponto de vista. Isso, claro, sem perder de vista o consenso e a formação de opinião coletiva. Mas só se pode chegar ao consenso através do conflito, da discussão... (IPEI 4).

Da mobilização da rede em Mamanguape e no entorno, surgiu diversas parceria/recursos com o poder público para apoiar o projeto: a Secretaria de Cultura, que disponibiliza sempre o espaço do teatro Fênix para as atividades de eventos para o projeto; a Secretaria de Ação Social, que forneceu duas tendas para eventos; a Secretaria de Meio Ambiente, que tem um dos seus assessores como colaborador da rede; a Secretaria da Educação, que vem disponibilizando espaços das escolas locais para as atividades do projeto. Da mobilização em Rio Tinto, surgiu a parceria/recurso com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural, que disponibilizou um ônibus para transporte semanal dos aprendentes. O vice-secretário desta secretaria tornou-se grande parceiro e apoiador do projeto, colocando a coordenação em contato com três associações de bairro – Salemas, Maracujá, e Rua Nova, que cederam espaços físicos, alimentos e outros materiais para as atividades com os aprendentes, além de envolver o projeto em eventos e demais divulgações do município.

A ajuda que o projeto Iandé nos dá tem sido de muita importância na medida em que as nossas comunidades de Rio Tinto têm muita carência de projetos sociais... Ainda mais esse projeto, que trabalha Agroecologia... Estamos unidos e continuaremos unidos até dar certo [...] (IRES 3).

Outro recurso importante a ser destacado foi a parceria com o Estado, através da coordenação da Ong Aripuás, que cedeu parte do terreno do Módulo Esportivo de Mamanguape para realização de uma horta comunitária.

A ONG foi criada pra atuar na coletividade... Existe a falta de interesse do poder público... A gente atua nesse caminho de ajudar a coletividade. O maior desafio é as pessoas procurarem a coletividade, mas o pessoal é muito individualista... Tentar conscientizar é difícil... (IRES 1).

As parcerias com o poder civil através de organizações não governamentais tem resultado em grandes ações neste projeto, desde a sua elaboração até a execução, seja através de recursos humanos (educadores, apoiadores, facilitadores, etc.) seja na cessão de espaços para o desenvolvimento das hortas orgânicas. Mas é principalmente através da visão/atuação democrática e cidadã da coordenação, seja através das Oficinas Pedagógicas, seja através da

Rede Solidária que encontramos o principal investimento do projeto para dar o suporte necessário a sua efetivação.

— Relação comunitária com seus espaços sociais

Podemos avaliar que o DC do bairro Areial depende muito da reorganização das suas instituições sociais. A reorganização da associação de bairro (AMBA) é de fundamental importância para melhorar seus índices de DC. Uma das pessoas entrevistadas ao se referir às mudanças necessárias na comunidade, se referiu ao poder público como principal articulador destas mudanças:

Problemas do bairro? Acho que tem muitos... A saúde, esgoto... A saúde é péssima... A segurança do bairro, também é péssima [...] Sugestão para melhorar a saúde... O gestor, a prefeitura tem que fazer alguma coisa... O esgoto... Quem é da *saúde* – do *poder público* tem que fazer alguma coisa... [grifo nosso] (IPEI 8).

Com esta fala podemos observar o que afirma Carvalho (2008), que na maioria das comunidades periféricas, incluindo aí o Areial, a visão da população sobre o poder público se refere ao estado como, senão soberano, majoritário nas decisões. Carvalho chama a atenção para o fato que ao invés de preferir a atuação do poder social (cidadania), as pessoas preferem uma maior atuação do poder público (estadania). Desta forma, as pessoas se mantêm reféns do sistema político-econômico capitalista neoliberal e sua desenfreada proposta de consumismo e competição individual.

Isso pode ser demonstrado no início da implantação do projeto, onde houve mais de 80 matrículas realizadas pelos moradores nas OPs de Agroecologia. No entanto, após alguns meses, houve grande evasão (conforme demonstrado no quadro 2). Em conversa com os aprendentes que restaram nas OPs, nota-se o descontentamento de muitos membros da comunidade pelo projeto não realizar – individualmente – os cursos de informática, que foram divulgados, somente como uma das estratégias posteriores às OPs para realizar o comércio eletrônico, ou seja, para a criação de webs auxiliando a divulgação dos produtos agroecológicos. Então, ao saberem desta informação, vários inscritos desistiram de sua vaga:

Estou te dizendo, ao conversar com alguns matriculados, fiquei sabendo que muitos desistiram porque se sentiram enganados, pensaram que iam fazer informática e no fim foram mesmo era limpar quintal dos outros pra fazer roçado... Eu mesma pensei que ia ter informática, mas depois que participei dos cursos de horta gostei e fiquei (ICOM 7).

Percebe-se que, a priori, muitos moradores do Areial ainda valorizam mais ações de fundo individualizado, em detrimento das ações coletivas. Este feito se sobrepõe a ação do privado como algo acima da ação coletiva, do público, como se somente ações particulares possibilitassem liberdade de “criação, eficiência e liberdade individual” (SADER, 2003). Como afirma este autor, tal processo encobre a articulação social coletiva e fragmenta a busca por seus direitos. Assim como Vianna (1978) afirma que é difícil mobilizar os trabalhadores para uma ação de solidariedade em detrimento do individualismo capital, os moradores do bairro Areial e do seu entorno também ainda estão num processo de saída da própria estratificação, através da busca de sua mobilização social. Percebemos que muitos moradores não participam de atividades de reivindicação devido à falta de articulação política das suas próprias organizações locais. Desta forma, tal letargia individual/coletiva dificulta o desenvolvimento de ações mais comunitárias e solidárias para reivindicar melhorias sociais, gerando uma situação de descontentamento e de comodismo ao mesmo tempo (ESPING-ANDERSEN, 1995), impedindo a criação da democracia deliberativa citada em Habermas (1997). Podemos afirmar que ainda temos um *poder de Estado* (grifo nosso) – ou mesmo a condição de vivência deste na sociedade como a “estadania” – no município e no entorno que não favorece as formações ou ações de cunho mais coletivo e social nas comunidades. Nelas também é preciso se criar espaços públicos de debates, que se concretize a primazia do público sobre o privado, como dizia a filósofa Hanna Arendt (2004), onde a economia se subordine à política, saindo da condição dualista exposta por Vianna (1978) através da sua crítica ao modelo neoliberal capitalista. Para estes autores termos como consenso, cidadania, autogestão e participação social e coletiva são conceitos de prática social.

No Projeto Ecofeira Iandé as OPs são vivenciadas de forma prática e acontecem no formato da participação social e coletiva que favorece o processo democrático da aprendizagem, sem falar na formação oficial da RESSOAVALE. Contudo, a articulação de outros espaços de discussão na comunidade é necessária. Desta forma, nossa pesquisa vai apontando a ação política como uma atividade essencialmente coletiva e solidária (ARENDR, 2004) e sinaliza a necessidade de tais espaços públicos de debates locais que favoreçam o reconhecimento do diálogo, do dissenso e da pedagogia do conflito (FREIRE, 1970; COSTA, 2006, HABERMAS, 1997), alimentando e viabilizando o debate político e público ajudando, assim, a comunidade do Areial e do seu entorno a chegar a seu objetivo maior que é o Desenvolvimento Comunitário.

4.2 Final da História?

“A história é um profeta que, com os pés no presente, consegue olhar o passado e apontar o futuro” (Autor desconhecido).

A diligência do Projeto Ecofeira Iandé ou a história do bairro Areial não chegou ao fim. Quando se trata do desenvolvimento de pessoas, da comunidade, ele não pára, é contínuo. Apesar da falta de articulação política e institucional no bairro Areial e do seu entorno, concluímos que é possível ajudar a promover o desenvolvimento local e comunitário, já que o projeto teve boa repercussão e atuação na comunidade e fora dela, apesar de, nos tempos atuais, haver grande dificuldade de se trabalhar questões de Agroecologia no urbano – e mesmo no rural.

A maior dificuldade no bairro é o próprio recurso, francamente falando, a dificuldade que se teve e se tem, até agora, a de formar um grupo permanente para responder os anseios do projeto [...] seria de um trabalho coletivo do bairro de exercer as atividades propostas... Houve essa dificuldade... Não existe uma organização coletiva de comercialização ou mesmo do meio ambiente... Se houver seria poucos porcentos... Ainda há pouco interesse coletivo no bairro em criar a horta e as plantas medicinais... Mesmo no município eu não conheço... (IPEI 2).

Apesar das muitas dificuldades encontradas na implantação do Projeto Ecofeira Iandé e suas OPs, a pesquisa demonstrou que as ações do projeto seguiram os diversos princípios registrados da Educação/Economia Solidária, do Desenvolvimento Comunitário, pautadas na integralidade, na harmonia, na autonomia de gestão e controle autogestionária, criando assim, ações em Redes Solidárias. Desta forma, asseveramos que o projeto Ecofeira Iandé e seus instrumentos pedagógicos contribuíram – e muito – com o bairro Areial, executando, até o fechamento desta análise, seus principais objetivos e ações integrados aos princípios da Educação Popular Solidária e do Desenvolvimento Comunitário.

O trabalho de articulação da rede também é difícil, mas avaliamos que o processo de formação de rede caminha melhor que a execução das OPs. Apesar do projeto/diligência ainda ter mais um ano e meio para se desenvolver com o apoio da financiadora (Oi Novos Brasis), a pesquisa findou no mês de fevereiro e para que se realize a contento, é necessário fazermos algumas considerações finais.

Apesar de notória falta de saneamento básico, tanto no bairro quanto na cidade de Mamanguape, não temos notícias de projeto atual ou futuro reservado para resolver o

problema da água, do esgoto e do lixo espalhado pelo bairro e por toda cidade causando enormes constrangimentos e várias doenças à população. No Areial a situação é a mesma, concretamente não existe projeto ou política pública oficializada para atuar com a questão do meio ambiente local. Cumpre ao Projeto Ecofeira Iandé continuar com o seu trabalho de Educação Popular Solidária a fim de contribuir com a formação de práticas saudáveis de seus moradores para que exerçam um consumo saudável de alimentos e demais produtos sem contaminação ou agrotóxico. Sabemos quão difícil é empreender essa luta, mas como o projeto, até este momento, vem tendo resultados positivos na sua execução e repercussão, não só no bairro como também no município e no território do Vale do Mamanguape, recomenda-se sua continuidade.

Quanto às Oficinas Pedagógicas e a Rede de Apoio Solidário, metodologias utilizadas pelo Projeto Ecofeira Iandé com um caráter solidário e permeado por relações de proximidade (FRANÇA FILHO, et. al., 2013; MELO NETO E MAGALHÃES, 2003), em nossa pesquisa – verificar o terceiro capítulo – descobrimos escassa literatura sobre Oficinas Pedagógicas e sobre Educação Popular Solidária. No entanto, fomos beneficiados com bons referenciais teóricos sobre Agroecologia, Redes Sociais e Desenvolvimento Comunitário. Apesar de também não termos muitos referenciais teóricos sobre a caracterização de Feiras Agroecológicas, destacamos que a implantação de uma Feira Agroecológica no bairro Areial é interessante, mas está além do prazo de execução dessa pesquisa e, por isso, tal avaliação não faz parte desta análise.

Podemos ainda ressaltar a importância do segundo capítulo em reconstruir as fontes históricas e o contexto geográfico e situacional atual do bairro e da feira pública do Areial além de relatar ações do Projeto Ecofeira Iandé, registrando este momento como importante na atuação coletiva à favor de mudanças positivas para o bairro Areial, relacionadas tanto à mobilização quanto ao desenvolvimento local. Na medida em que o município não tem fontes/documentos oficiais sobre seus bairros periféricos, esta pesquisa vem contribuir significativamente com os anais locais.

São relevantes também os registros e análises do quarto capítulo com depoimentos de moradores e colaboradores do projeto, demonstrando apoio e interesse na continuidade do projeto por parte dos aprendentes das oficinas, dos colaboradores da rede, dos membros da associação de bairro, além da visão geral da coordenação sobre o projeto e o DC local.

Como já foi dito, até o mês de novembro o projeto tinha sua maior parceria com o Estado, através da Ong Aripuás, que cedeu parte do terreno do módulo esportivo de Mamanguape para realização de uma horta comunitária. Por questões político-partidárias o local foi inviabilizado – porém o projeto já está em vias de conseguir, através de suas parcerias de rede, outro espaço para as oficinas.

Em verdade, o projeto está entrando agora na sua segunda etapa: a da formação de grupo de produção (EES) e da formação da Comercialização Solidária. Para esta etapa, o projeto vem utilizando o empoderamento da Rede de Apoio Solidário para construir suas parcerias e tem como proposta, para o mês de abril de 2014, assinar um convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Mamanguape, utilizando o terreno público da EMEF Prof. Adailton Coelho Costa (localizada no bairro do Guguri) para atender adolescentes e seus familiares moradores do entorno e o público participante já atendido no Areial e no entorno. Este convênio ainda propõe uma parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Transportes.

Nesta nova etapa o projeto pretende realizar as OPs disponibilizando dois educadores para as atividades de cultivo de horta orgânica comunitária, canteiros de plantas medicinais e demais materiais para compostagem e de um cuidador orgânico para auxílio nas atividades acima citadas. O município tem como contrapartida a cessão de uso do terreno, do poço artesiano localizado na escola com a finalidade de irrigar a horta orgânica comunitária e os canteiros de plantas medicinais, plantas ornamentais e demais materiais de compostagem; disponibilização de transporte (ônibus escolar) para o público atendido no entorno, principalmente do bairro Areial; disponibilização de vigias noturnos e diurnos; disponibilização de maquinário para beneficiar a área a ser cultivada (trator, caminhão caçamba, retroescavadeira, areia preta etc.). Referente à produção advinda do cultivo das hortas e das plantas medicinais, 10% da produção ficam para a escola e os outros 90% serão trabalhados de acordo com os princípios da autogestão e da Economia Solidária, ou seja, seguindo o processo de decisão coletiva entre os aprendentes. Provavelmente, no fim do segundo semestre de 2014, os grupos já devem estar se formando e organizando a comercialização de seus produtos de hortifrúti e de plantas medicinais. A ideia é de futuramente mobilizar recursos para a formação de Feiras Agroecológicas não só no bairro como em seu entorno.

Quanto ao DC do bairro Areial, podemos avaliar que a reorganização da AMBA é de fundamental importância para melhorar seus índices de DC. É fundamental a participação dos moradores nos processos de desenvolvimento local, seja através da AMBA, seja através de outros mecanismos democráticos disponíveis no território/bairro. Não se pode ficar esperando que o poder público faça sua parte sem que os cidadãos moradores criem mecanismos de participação e de cobrança dessas políticas públicas. Faz-se necessário registrar aqui que, em dezembro de 2013, aconteceu um sinistro – óbito – do presidente da AMBA, o Sr. Severino Cordeiro da Silva, chamado de seu Bino. Homem de luta e de muito valor, com excepcional desempenho e doação comunitária, seu Bino é uma das lideranças locais de maior destaque. No entanto, sua morte reforçou a necessidade de reformulação da diretoria da AMBA aonde, interinamente, o vice-presidente Sr. Jorge Targino vem assumindo a presidência da associação e tem feito encontros regulares com a coordenação do Projeto Ecofeira Iandé. A diretoria da AMBA já sinalizou que terá novas eleições em março de 2014, convocando toda a comunidade a participar de forma democrática e cidadã.

Quanto à feira pública do bairro podemos dizer que este é um empreendimento complexo. Na verdade, implantar uma feira exige um planejamento muito elaborado e coletivo, pois é necessário não só pessoas para trabalhar nela, mas também recursos financeiros e logísticos. Antes de implantar a feira seria preciso elaborar um PROJETO de execução. Isso não foi feito nem pela comunidade do Areial nem pelo poder público. Ou seja, a feira foi pensada pela AMBA e pelo vereador Vladimir sem nenhum planejamento estratégico prévio e, portanto, não se realizou a contento. Não é de se admirar que hoje a feira se encontre bastante desorganizada e com pouca qualidade e higiene. Somente através do diálogo entre moradores (associação), poder público e feirantes é possível reavaliar e reorganizar tal empreendimento. A Rede de Apoio Solidário propõe tal diálogo, inicialmente, discutindo a coleta seletiva do lixo orgânico da feira pública para colaborar com a higienização da feira e também dar início ao processo de reciclagem, produzindo o composto orgânico utilizado nas atividades de cultivo já citadas. Mas muito ainda há de se discutir e decidir para chegar numa melhoria da qualidade na realização desta feira – e de outras do entorno. Com isso, pretende-se atingir a dois dos objetivos do projeto: a humanização/higienização da feira pública do bairro e a organização da Rede de Apoio Solidário. Está programada ainda para este semestre de 2014 o segundo encontro da Rede de Apoio Solidário, tendo como proposta de ação prática inicial tal coleta seletiva.

Vale ressaltar que o projeto e sua coordenação continuam empreitando seu trabalho, tanto na continuidade das atividades das Oficinas Pedagógicas quanto na articulação das parcerias da Rede de Apoio Solidário. Desta forma, apesar de todas as dificuldades e obstáculos, a provocação da organização coletiva e o projeto Ecofeira Iandé continuam caminhando em busca do Desenvolvimento Comunitário (DC) do bairro Areal e também o Desenvolvimento Rural Sustentável da região.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Sonia, **Redes Sociais e Teoria Social**: revendo os fundamentos do conceito, in *Inf. Inf.*, Londrina, v. 12, n. espec., 2007.
- AGROECOLOGIA EM REDE, **Agroecologia em Rede**; disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/>, acesso em 20/07/2010.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda, GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais** – pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ALMEIDA, Jalcione, **A Agronomia entre a teoria e a ação**, artigo apresentado no “Seminário Integrador”, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS), 2004, ver íntegra na *Revista de Educação Agrícola Superior*, Brasília, ABEAS, vol. 18, n.2, 2000. pp. 7-13. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/423.pdf>, acesso em: 30/12/2013.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989.
- AMORIM, Risoneide Sousa **Como Organizar Feiras de Economia Solidária**: Oficina de Avaliação de Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, Brasília/DF, SENAES/MTE, 2006.
- ARENDDT, Hanna. **A condição humana**, São Paulo: Edusp, São Paulo, 2004
- _____, **A tradição revolucionária e seu tesouro perdido** In: *Da revolução*, Brasília: Ática - UNB, 1988.
- ARENDDT, Ronald João Jacques, **Construtivismo ou construcionismo?** Contribuições deste debate para a Psicologia Social, UERJ (RJ), Estudos de Psicologia 2003, 8(1), 5-13; disponível <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17230.pdf>, acesso em 30/12/2013.
- ARMANDO, Marcio Silveira **Agrodiversidade: Ferramenta para uma agricultura sustentável**, Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2002.
- ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia Solidária**. In CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. P.232–242.
- BENINI, Édi A., et al, (Organizadores), **Gestão Pública e Sociedade**, vol. I e II”, Editora Outras Expressões, São Paulo, 2011.
- BENTHIEN, P. F., **ONGs e Agroecologia no Brasil**. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia In *Revista Brasileira de Agroecologia*. Publicação da Associação Brasileira de Agroecologia. 2007. [3] Acessado em 2 de junho de 2010.
- BLOOM, P. *et al.* **Taxionomia de objetivos educacionais e domínio cognitivo**. Porto Alegre: Globo, 1973.
- BOBBIO, N., **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 14ª Ed. 2007.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema, **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRENNAND, E.et al., **Democracia e construção do espaço público em Jürgen Habermas**. IN: Diálogos com Jürgen Habermas. Edna Brennand e Washington Medeiros (org.). João Pessoa: Ed. da UFPB, 2006.

BRITO Lydia Maria Pinto e RIBEIRO, Edinelza Macedo. **Desenvolvimento local sustentável e o fenômeno cultural dos bois bumbás de Parintins**, Universidade Federal do Ceará, APGS, Viçosa, v1. n.3, pp. 1-22, jul./set. 2009 Pag.3.

BROTTO, Fábio Otuzi., **Jogos cooperativos** - se o importante é competir, o fundamental é cooperar! Santos: Renovada, 1997. (Projeto Cooperação).

BURRELL, G.; MORGAN G., **Sociological Paradigms and Organizational Analysis.**, London, UK: Heinemann Educational Books, 1979.

CAMPOS, Silvane de Almeida, **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2012; disponível em: <http://mauriciosnovaes.blogspot.com.br/2012/05/agroecologia-e-desenvolvimento-rural.html>, acesso em 04/10/2012

CARBONARI, P. C., **Economia Popular Solidária**: possibilidades e limites. In: Seminário Regional Passo Fundo de Trabalho e Economia Popular e Solidária, Dez. 1999. (Mimeo)

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A., PAULUS, G., **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: 2006. [<http://agroecologia.pbworks.com/f/Agroecologia++Novo+Paradigma+EXT+rural+agroeco.pdf>] Acessado em 2 de junho de 2010.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

CHAGAS, Eduardo F. **O Método Dialético de Marx**: investigação e exposição crítica do objeto. Síntese - Revista de Filosofia. Belo Horizonte, v. 38, nº 120, p. 55-70, 2011.

CHRISTOPOULOS, Tânia Pereira, DINIZ, Eduardo Henrique, **Comunidades de Prática Como Ferramentas de Inovação**, XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, Gramado, RS, outubro/2006;

CONAES/MTE, **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável**: II Conferência Nacional De Economia Solidária – (Documento Base para Etapas Preparatórias), Brasília, 2010.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da, **Pedagogia da Presença**: da solidão ao encontro/texto de apoio, 2ª Edição. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001; disponível em< http://api.ning.com/files/5NsBNm3M5r3XD-bi*syIKy62iSihimTumX6ACUcyoXw_/PilarIITextosDiversosAntonioCarlosGomesdaCosta.pdf>. Acesso em 08/04/2013.

COSTA, Pedro de Almeida; CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais**. In: ENCONTRO DE Estudos Organizacionais (ENEO) da ANPAD, 5. Anais... Belo Horizonte: 2008.

COSTA, Márcia. **Trabalho informal**: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Cadernos do CRH. v. 23. N. 58. P. 171-190. 2010. Disponível em <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=577>. Acessado em 23/04/2010.

COSTA, Francisco Xavier Pereira da [et. Al], **Incubação de Empreendimento Solidário Popular**: fragmentos teóricos, Editora Universitária, João Pessoa, 2006.

COZBY, Paul C., **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**, Tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DAHRENDORF, R., **O Conflito Social Moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

DIAS, G.F., **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992.

DZIMIRA, S.; FRANÇA, G. **Economia Solidária e Dádiva**. In: ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE, [S.I.], v. 6, n.14, p.141-183, jan-abr. 1999. 157

ESPING-ANDERSEN, G. **As três economias políticas do WelfareState**. Lua Nova. n. 24 set. 1991. PP. 85-116.

ENLAZADOR, Thomas. **Ecovilas e Comunidades Alternativas**: um paradigma sustentável, comunitário e solidário, 2011, Disponível Em <http://jeporu.com/wp-content/uploads/2011/01/Almanaque.pdf>, acesso em 20/12/2013.

FACHINELLI, A. C.; MARCON C. E MOINET, N., **A prática da gestão de redes**: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação / Ver revista EXAME edição 733 de 07 de fevereiro de 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, **A via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local**, revista O&S - v.15 - n.45 - Abril/Junho – 2008. p. 219 – 232.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de (et. al). **Bancos Comunitário de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias**: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Brasília: SENAES/MTE, 2013.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do Oprimido**. Rio, Paz e Terra, 1970.

_____ **A pedagogia da libertação**, São Paulo, Editora Unesp, 2001.

FUKOKA, Masanobu, **A Revolução de Uma Palha, Uma introdução à agricultura selvagem**, Editora Via Optima, edição/reimpressão: 2001.

GAIGER, Luiz I. Eficiência Sistêmica. In: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 125-.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. in CABELLEIRA, Denise Mross, **Comunidades de Prática – Conceitos e Reflexões para uma Estratégia de Gestão do Conhecimento**, ANANPAD, XXXI Encontro da ANANPAD, RJ, 22 a 26 de setembro de 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 5. ed., São Paulo, Atlas, 2006.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, S., **Para além do Agronegócio** – A "agroecologia" e a reconstrução do atual sistema agrícola e alimentar. In: Thomaz, A. J., França, L. B. J. (orgs.) Geografia e Trabalho no Século XXI. Editorial Centelha: Presidente Prudente, 2009. p. 70-94.

GRACIANI, Maria Stela Santos, **Desafios e perspectivas do Trabalho em Rede de Proteção Social**. Disponível em: www.fundacaocrianca.org.br/.../Relacao_entre_rede_e_cultura.pdf. Acesso em 29/06/2010.

HABERMAS, J., **Política Deliberativa - Um conceito procedimental de Democracia**. IN: Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. P.09 a 56.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HERMANN & BOVO, **Mapas Mentais - Enriquecendo Inteligências**, api_user_11797_"Acervo Virtual Espírita", 2005.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A reforma educacional no Brasil (1988-2001)**. Processos legislativos, projetos em conflito e sujeitos históricos. 2ª. Edição ampliada e revisada. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2011.

HOROCHOVSKI e MEIRELLES, **Problematizando o conceito de Empoderamento**, Florianópolis, UFSC, 2007.

HUNTER, James C., **O Monge e o Executivo**, uma história sobre a essência da liderança, rio de Janeiro, Editora Sextante, 2004, 144 pg.

IESE – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS. **Mobilização Social** – Revisão de Literatura. Maputo: IESE, Novembro de 2008. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/cd_ppi/pastas/governacao/saude/artigos_cientificos_imprensa/mobilizacao_social.pdf. Acesso em: 20/03/2013.

ÍÑIGUEZ, L. **Construcionismo Social e Psicologia Social**. In: MARTINS, J. B., HAMMOUTI, N. E., & ÍÑIGUEZ, L. Temas em análise institucional e em construcionismo social (pp. 127-156). São Carlos, RIMA - Fundação Araucária, 2002.

INSTITUTO PERMACULTURA DA BAHIA, **O que é Permacultura**; disponível em: <http://www.permacultura-bahia.org.br/interna.php?cod=13>; acesso em 18/11/2013.

INSTITUTO PERMEAR, 2012; **Rede de Permacultura**; disponível em: <http://www.permear.org.br/permacultura/>, acesso em 18/11/2013.

INSTITUTO PALMAS, **O que é um Banco Comunitário** disponível em <http://www.inovacaoparainclusao.com/o-que-eacute-um-banco-comunitaacuterio.html>, acesso em 22/10/2013.

JACOBI, Pedro, **O complexo desafio da Sustentabilidade**; disponível em <http://michelonengenharia.com.br/downloads/Sutentabilidade.pdf>, acesso em 16/12/2013.

JOSSEFA, Manuel Jaime. **Desenvolvimento Comunitário e Gestão Ambiental: O Caso das Associações de Produtores Apoiadas pela Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade (AMDC)**, 2012, Dissertação (Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação) - Programa de Pós-Graduação em Cidadania Ambiental, Universidade Aberta, Lisboa.

JUNIOR Fábio Ribas, et Al..., **Conhecer para Transformar: Guia para diagnóstico e formulação da política municipal de proteção integral das crianças e adolescentes**, São Paulo : Fundação Telefônica, 2011, 332p.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio, **A reconstrução ecológica da agricultura**, 2001, Botucatu : Agroecológica, 2001.

KISIL, Marcos. **Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária**. In IOSCHPE, Evelyn (et. al). 3º setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 131-155.

LÉVY, Pierre, **A inteligência coletiva - por uma antropologia do ciberespaço**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=N9QHkFT_WC4C&oi=fnd&pg=PA11&dq=L%C3%89VY,+P+%2B+A+i+ntelig%C3%A4ncia+coletiva&ots=HvSEmb9NPY&sig=5LonMKmxlyxEQyfcDR-ouNpsME0#v=onepage&q=L%C3%89VY%2C%20P%20%2B%20A%20intelig%C3%A4ncia%20coletiva&f=false>. Acesso em 01/09/2012.

LUCENA, Sarah Araújo de, **A implantação de um banco comunitário de desenvolvimento: um estudo sobre o processo organizativo comunitário**, 2013. 194f. Orientadora: Márcia da Silva Costa, Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/CCSA, João Pessoa, 2013.

COVER, Maciel. **Marxismo e metodologia da ciência social: aprendizados, limites e possibilidades**. GEPAL – Grupo de Estudos de Políticas da América Latina, Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503, Londrina, 2010.

MAGALHÃES, Sandra e MELLO NETO, João Joaquim, **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade** – Fortaleza/CE, 2006;

MALAGODI, Edgard. **Notas Epistemológicas e Metodológicas sobre a teoria dialética**. Campina Grande/PB. UFPB, 1993.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANÇE, Euclides André. **A Consistência das Redes Solidárias**. 2006. Disponível em: http://www.rits.org.br/redes_teste/download/tema_janeiro2006.zip., acesso em 24/03/

2013.

MARI, Cezar Luiz de, **O papel do educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana**”; disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CDQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.anped.org.br%2Freunioes%2F26%2Ftrabalhos%2Fcezarluizdemari.rtf&ei=-FnUuWaL9KzsASQ6oHIDg&usq=AFQjCNFqsHPPrEtn5H1BlbyRx1F1zZYawrQ&bvm=bv.57799294,d.cWc>, acesso em 10/12/2013.

MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira; BÓGUS, Cláudia Maia, **Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde**. In: SAÚDE E SOCIEDADE [S.I.], v.13, n. 3, p.44-57, set-dez. 2004. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n3/06.pdf>. Acesso em 15/11/2011.

MATUS, Carlos. **Estrategia y Plan**, Santiago : Universitária, 1972. 192p.

_____ **Política, Planejamento e Governo**, Brasília: IPEA, 1993.

MATURAMA, Humberto, **Emoções e Linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres, Ricas Soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Janeiro de 2003, Expressão Gráfica, 118p. il.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research - a guide to design and interpretation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009. p. 21 – 38.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento** - pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1993.

MORAIS, L.P., **O que é Economia Solidária?** Disponível em: http://ccns.cebem.org/docs/O_que_economia_solidaria.pdf, acessado em 10/08/2013.

MOREIRA, Rodrigo Machado. **Da hegemonia do Agronegócio à heterogeneidade restauradora da Agroecologia**: Estratégias de fortalecimento da transição agroecológica na agricultura familiar camponesa do Programa de Extensão Rural Agroecológica de Botucatu e região – Progera, São Paulo, Brasil. Orientadores: Angel Calle Collado – Universidad De Córdoba – España / Canrobert Costa Neto – Universidade Federal Rural de Rio De Janeiro, UFRJ – Brasil, Tese “Sobressalente” como parte dos requerimentos para a obtenção do título de doutor em Agronomia - Programa Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Córdoba, 2012.

MORIN, Edgar, **Entrevista dada para Juremir Machado Silva**, em 7 de agosto de 2011 - Educação, disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/?p=1129>, acesso em: 22/12/2013.

MORROW, Rosemary, **Permacultura Passo a Passo**, Editora Mais Calango, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 2010.

MÜTSCHLE, M. S; GONSALES FILHO, J. **Oficinas pedagógicas; A arte e a magia do fazer na escola**; volume I. 5ª. Ed. Edições Loyola, São Paulo. 155 p. 1997.

OFICINA SENAES/MTE. **Secretaria Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**: documento final. – Brasília: , SPPE, DEQ, 2006. 47 p, disponível em

>http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4BF2FAFE7B5D/prog_formacao_termo_anexo1.pdf , acesso em 10/02/2013.

OESTERREICH, Sandra, **Texto do MEC, Visão Atual Sobre Oficinas Pedagógicas**, 2008; disponível em <http://escolaeinclusao.blogspot.com.br/2008/06/texto-do-mec-viso-atual-sobre-oficinas.html>, acesso em 12/09/2013.

OLIVEIRA, Edilson, **O cidadão pode cobrar ação das políticas públicas existentes**. Disponível em http://direito-democracia.blogspot.com.br/p/boletim-informativo_27.html, acesso em 10/02/2012.

PALMAS, Banco, **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**: Uma rede sob controle da comunidade, 2010. Disponível em <http://www.slideshare.net/bancopalmas/bancos-comunitrios-de-desenvolvimento>; Acesso em 16/10/2013.

PALMAS, Instituto, **O que é um Banco Comunitário**, Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>, acesso em: 16/10/2013.

PASSETTI, Edson; FREIRE, Paulo. **Conversação libertária com Paulo Freire**. São Paulo: Ed. Imaginária, 1998.

PORTAL AGROECOLOGIA, **O que é agroecologia?** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroecologia>, acesso em 18 de outubro de 2009.

PORTAL AMBIENTE BRASIL, **Agroecologia no Brasil**. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/agricultura_organica.html , acesso em: 2 de junho de 2010.

PNUD – PROGRAMA das Nações Unidas, **Desenvolvimento Humano e IDH**, 2012; disponível em <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>, acesso em 24/12/2013.

SADER, E., **Público versus mercantil**. Artigo, Folha de São Paulo. Publicada em 19 de junho de 2003.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1998.

SANTOS, Maria Stela, **Desafios e Perspectivas do Trabalho em Rede de Proteção Social**; texto apresentado na apresentação da Diretoria da Fundação Criança, em 13/02/2009.

SANTOS, Daniel Pereira dos; GOMES, Ivalcir de Sousa; LUCENA, Sarah Araújo de. **Comunidade São Rafael: a organização local e o desenvolvimento comunitário**, III Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais, 2011.

SATO, Leny e ESTEVES, Egeu. **Autogestão. Possibilidades e ambiguidades de um processo organizativo peculiar**. Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) - Central Única dos Trabalhadores (CUT). São Paulo, 2002.

SCHLITTLER, Célia R. Belizia, **Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a Transformação Social**; Global Editora, 2004.

SCHWANDT, Thomas. **Três posturas epistemológicas: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (Orgs.). Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola-Centro, 1996.

SCHNEIDER, S. Mattei, L., CAZELLA, A. A., **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Schneider, S., Silva, M. K., Marques, P. E. M. (Orgs.). Políticas públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50

SENAES/MTE, **Formação/Educação em Economia Solidária**. Relatório Final. Brasília: SENAES/MTE, 2005.

_____, **Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária**; diretrizes conceituais e estratégias; Brasília, 2006.

_____, **Economia Solidária, Outra economia acontece?**, Publicação CECIP, Brasília, 2008.

SINGER, Paul, **Texto do MTE para Discussão**, Brasília, maio de 2004; http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_desenvolvimentocomunidadespobre.pdf;

_____, **Uma utopia militante. Repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998;

SOARES, Carlos Eduardo et al. **Gestão da Rede de Apoio no Projeto Ecofeira Iandé** – desafios do desenvolvimento comunitário no bairro Areial, Mamanguape, PB. In: SECAMPO – Seminário sobre Educação no Campo, 15p. 2013, Mamanguape, **Anais...** Paraíba.

SOUZA, João Francisco. **Por que sistematizar?** In Centro Nordestino de Animação Popular. Almanaque de Metodologia da Educação Popular. Recife-PE: CEPE Companhia Editora de Pernambuco, 1998.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

SPINK, Peter Kevin. **O pesquisador conversador no cotidiano**. In: PSICOLOGIA & SOCIEDADE, Porto Alegre, v. 20, p. 70-77, 2008. Edição especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspe10.pdf>>. Acesso em: 22 maio. 2013.

TARDIM, José, **Agroecologia: uma forte alternativa ao agronegócio**, entrevista dada ao Instituto Humanitas Unisinos, 2008, disponível em

<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=34189>, acessado em 04/10/2013.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília-D.F: UNB. v. 2. 2009. (cap. IX pág. 187 a 193).

WEZEL, A., SOLDAT, V. (2009), **A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline agroecology**. INTERNATIONAL JOURNAL OF AGRICULTURAL SUSTAINABILITY, 2009, p. 3–18; disponível em <http://www.jatropha.pro/PDF%20bestanden/A%20quantitative%20and%20qualitative%20historical%20analysis%20of%20the.pdf>, acesso em 20/10/2013.

WENGER, E., **Communities of Practice: learning, meaning and identity**. New York: Cambridge, 1998.

WIKIPÉDIA, **Mamanguape**, 2013, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mamanguape>; acesso em 05/09/2013.

WIKIPÉDIA, **Permacultura**, 2013, disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Permacultura>; acesso em 20/12/2013.

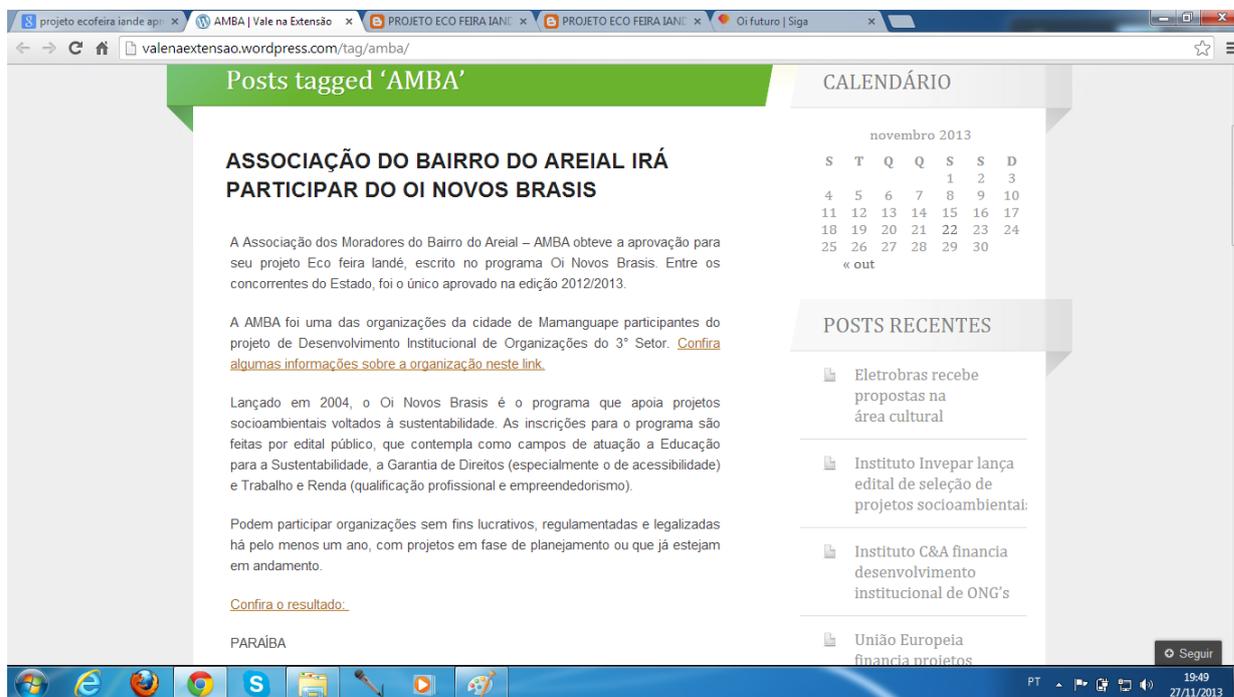
Anexo A

Anexo A: Divulgação do projeto Ecofeira Iandé em mídia:



Fonte: Blog Ecofeira Iandé (2013): projetoecofeiriande.blogspot.com.br

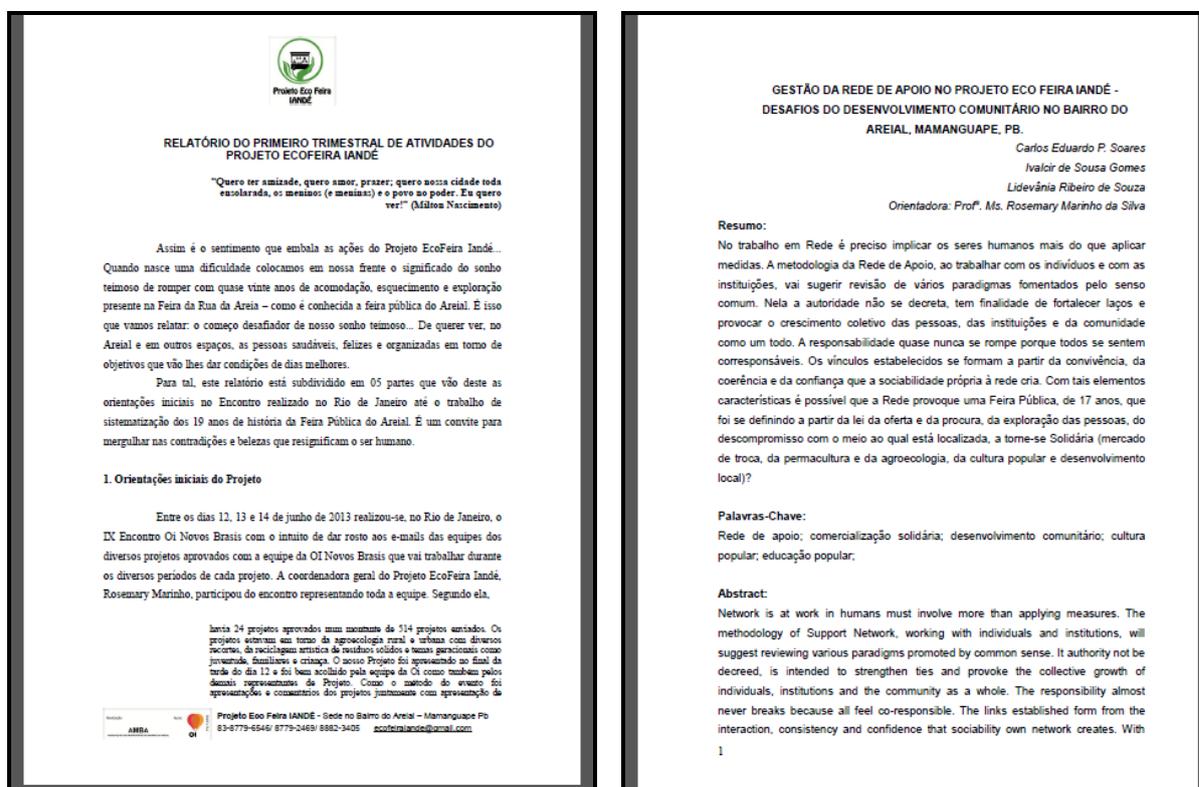
Reportagem sobre o projeto Ecofeira Iandé



Fonte: <http://www.valenaextensao.wordpress.com/tag/amba>

Anexo B

Anexo B: Relatórios sobre o projeto Ecofeira Iandé.



Fonte: Relatório do Primeiro Trimestral de Atividades do Projeto Ecofeira Iandé (2013)

Anexo C

Anexo C: Apoio ao Desenvolvimento Local: Projeto elaborado em parceria pelo CEP PINDOBAL e educadores da rede.

			
<p>Administração Contratante: Delegação da União Europeia no Brasil</p> <p>ATORES NÃO ESTATAIS E AUTORIDADES LOCAIS EM DESENVOLVIMENTO</p> <p>LOTE 1: Atores Não Estatais (ANE) Rubrica Orçamental: 21 03 01</p> <p>LOTE 2: Autoridades Locais (AL) Rubrica Orçamental: 21 03 02</p> <p>Referência: EuropeAid/134-987/L/ACT/BR</p>			
<p>DOCUMENTO SÍNTESE</p> <p>Prazo para apresentação Primeira fase do procedimento limitado: 01 de novembro de 2013 Segunda fase do procedimento limitado: a definir</p>			
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO:	USINA AGROECOLÓGICA CEP PINDOBAL		
NÚMERO E DESIGNAÇÃO DO LOTE	LOTE 1: Atores Não Estatais (ANE) Rubrica Orçamental: 21 03 01		
LOCALIZAÇÃO DA AÇÃO:	BAIRRO: FAZENDA PINDOBAL/ CIDADE DE MAMANGUAPE/ ESTADO DA PARAÍBA/ BRASIL		
NOME DO REQUERENTE	CENTRO DE EDUCAÇÃO PRODUTIVA PINDOBAL		
NACIONALIDADE DO REQUERENTE ¹	BRASIL		
<table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td>PROCESSO N.º</td> <td></td> </tr> </table> <p>(RESERVADO À ADMINISTRAÇÃO)</p>		PROCESSO N.º	
PROCESSO N.º			
Número de Identificação EuropeAid ²	BR-2013-CPU-3110638437		
Contrato em execução /Número de entidade jurídica (quando aplicável) ³			
<p>¹ Os estatutos de uma organização devem demonstrar que estes foram estabelecidos ao abrigo da legislação do país em questão e que a sede social está situada num país elegível. Nenhuma organização estabelecida num outro país não pode ser considerada uma organização local elegível. Ver notas de rodapé das Orientações relativas ao convite.</p> <p>² A inserir se a organização estiver registada no PADOR (<i>Potential Applicant Data On-Line Registration</i>). Para mais informações e para efeitos de registo, consulte o sítio Internet http://ec.europa.eu/europeaid/online-services/pador.</p> <p>2013.1 DOCUMENTO SÍNTESE FINALok</p>			

Fonte: Projeto de AgroUsina CEP PINDOBAL enviado para União Europeia (2013)

Apêndice A

Apêndice A: Questionário elaborado pelo autor para entrevista da Dissertação



Grupo ICOM e IAM:

A) Quais os problemas principais do bairro? Como melhorar?

B) Qual a situação atual do meio ambiente do bairro? Como melhorar?

C) Como você vê a situação atual da Feira livre? Como melhorar?

D) O que você acha/pensa/sabe sobre o projeto Ecofeira Iandê?

E) O que você acha/pensa/sabe das oficinas de agroecologia, plantas medicinais e de comercialização solidária (explicar)?

F) O que você acha/pensa/sabe sobre o trabalho de Rede de Apoio?

G) Quais dessas opções são prioridades para:
 Você: () saúde () alimentação saudável () geração de trab. e renda
 Sociedade em geral: () saúde () alimentação saudável () geração de trabalho e renda ()
 Poder público: () saúde () alimentação saudável () geração de trabalho e renda ()

H) Quais desses cursos mais lhe interessariam/interessam/mas importantes:
 () plantas medicinais (saúde) () agroecologia (alimentação saudável)
 () comercialização solidária (trabalho e renda) () outros _____

Grupo IPEI E IRAS

1) Quais os problemas principais do bairro? Como melhorar?

2) Qual a situação atual do meio ambiente do bairro? Como melhorar?

3) Quais os problemas principais da cidade? Como melhorar?

4) Qual a situação atual do meio ambiente na cidade? Como melhorar?

5) Como você vê a situação atual da Feira livre? Como melhorar?

6) O que você acha/pensa/sabe sobre o projeto Ecofeira Iandê?

7) O que você acha/pensa/sabe das oficinas de agroecologia, plantas medicinais e de comercialização solidária (explicar)?

8) O que você acha/pensa/sabe sobre o trabalho de Rede de Apoio?

9) Quais dessas opções são prioridades para:



10) Você: () saúde () alimentação saudável () geração de trab. e renda
 Sociedade em geral: () saúde () alimentação saudável () geração de trabalho e renda ()
 Poder público: () saúde () alimentação saudável () geração de trabalho e renda ()

11) Quais desses cursos mais lhe interessariam/interessam/mas importantes:
 () plantas medicinais (saúde) () agroecologia (alimentação saudável)
 () comercialização solidária (trabalho e renda) () outros _____

Fonte: Gomes, Ivalcir Sousa (2013)